

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO EM ENSINO

LUDYMILA AGUIAR GEMINO

**RELATOS INTERIORES, EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS:
A EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR EM UMA CIDADE PEQUENA**

Santo Antônio de Pádua
2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BNO

G322r Gemino, Ludymila Aguiar
Relatos Interiores, Experiências Cotidianas: A Educação não-escolar de uma Cidade Pequena / Ludymila Aguiar Gemino ; Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, orientadora. Santo Antônio de Pádua, 2018.
115 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, 2018.

1. Vida Cotidiana. 2. Educação não-escolar. 3. Práticas instituintes. 4. Cidades Pequenas. 5. Produção intelectual. I. Título II. Benedito, Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite , orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior.

CDD -

LUDYMILA AGUIAR GEMINO

**RELATOS INTERIORES, EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS:
A EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR EM UMA CIDADE PEQUENA**

Dissertação elaborada por Ludymila Aguiar Gemino, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Mestrado em Ensino, Linha de Pesquisa: Epistemologias do Cotidiano e Práticas Instituintes, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Profa. Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, como pré-requisito de obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora:
Profa. Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito

Santo Antônio de Pádua
2018

LUDYMILA AGUIAR GEMINO

**RELATOS INTERIORES, EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS:
A EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR EM UMA CIDADE PEQUENA**

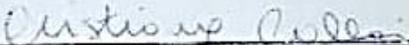
Dissertação elaborada por Ludymila Aguiar Gemino, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Mestrado em Ensino, Linha de Pesquisa: Epistemologias do Cotidiano e Práticas Instituintes, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (INFES), da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a orientação da Profa. Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, como pré-requisito de obtenção do título de Mestre em Ensino.

Aprovada em 04 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA¹:



Profa. Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito
Universidade Federal Fluminense – UFF
Orientadora



Profa. Dra. Cristiana Callai de Souza
Universidade Federal Fluminense – UFF
Examinadora



Profa. Dra. Maria Tereza Goudard Tavares
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Examinadora



Profa. Dra. Maristela Barenco Corrêa de Mello
Universidade Federal Fluminense - UFF
Suplente

Santo Antônio de Pádua
2018

¹ Banca aprovada pelo Colegiado do PPGEN em 07/03/2018.

À Miracema, por tornar imensa a cidade pequena.

Aos meus pais, Isabel Gemino e Cleber Gemino por sonharem junto comigo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria que soubessem que estas palavras, basicamente, são uma tentativa de expressar minha gratidão, meu respeito e minha felicidade por tudo que proporcionaram até aqui. A construção deste trabalho, foi realizado humildemente, com sonhos, questionamentos e leituras. Orgulhosamente, estou feliz por cada linha e ciente que ainda tenho muito caminho e leitura pela frente. O sonho apenas começou. Dessa forma, estendo e dedico esta pesquisa a todos, que de alguma maneira, estiveram comigo, não posso deixar de citar e agradecer aqueles que foram excepcionais para esta realização.

Agradeço a Jeová Deus, por ser essencial em minha vida, permitindo que essa realização fosse possível. Obrigada por fortalecer minha fé e abençoar minha trajetória.

Agradeço especialmente aos meus pais, Isabel Gemino e Cleber Gemino. Eu dedico minha vida, meus sonhos e minhas conquistas a vocês. Obrigada por não desistirem, obrigada por tanto amor. Eu amo vocês incondicionalmente.

Agradeço aos meus irmãos, Júnior e Douglas, por vocês eu tenho sido cada vez mais forte. Agradeço a minha amiga e irmã Jessyka Fernandes, pelas palavras de incentivo, pelo apoio e por acreditar que eu seria capaz.

Especialmente, agradeço à minha orientadora Mitsi Pinheiro de Lacerda, por transformar a minha vida. Você permitiu que eu sonhasse. A você, minha eterna gratidão pelos ensinamentos, pelos conselhos e, verdadeiramente, pela amizade. Meu coração transborda de gratidão, pela oportunidade que você proporcionou, pelo caminho que se dispôs a trilhar comigo com tanto amor, paciência e perseverança. Obrigada por fortalecer o amor e respeito que tenho pela pesquisa, pelos estudos em Cotidianos e, principalmente, pelas orientações em minha formação profissional e pessoal. Obrigada por essa história, obrigada por tudo.

Agradeço carinhosamente, às professoras Dras. Cristiana Callai de Souza e Maria Tereza Goudard Tavares, por aceitarem fazer parte deste sonho. Obrigada pelas contribuições, pelo tempo, pela leitura e por encorajarem o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por tornarem este momento ainda mais especial.

Agradeço à professora Dra. Maristela Barenco Corrêa de Mello, pelo apoio e suporte concedido como Suplente, assim como por todos os seus ensinamentos compartilhados durante minha trajetória acadêmica.

Agradeço à professora Dra. Bernardina Maria de Sousa Leal, por sua generosidade e contribuição.

Agradeço à minha querida amiga, Lara Leal, por caminhar, sonhar e lutar ao meu lado durante toda esta trajetória. Obrigada Lara você faz parte deste sonho.

Agradeço ao Marcelo Salim de Martino que, gentilmente, compartilhou preciosas memórias, contribuindo para esta realização.

Agradeço à Universidade Federal Fluminense – UFF, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES, responsável por grande parte de meu aprendizado, ao Programa de Mestrado em Ensino – INFES/UFF, por ter proporcionado esta oportunidade, aos queridos funcionários da UFF/INFES, que sempre me auxiliariam com dedicação, carinho e disponibilidade.

Agradeço a todos os Professores do Programa de Mestrado em Ensino – INFES/UFF, que foram tão importantes em minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pelo incentivo, pelo empenho e por fazerem parte de minha formação.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Cotidianos, pelas orientações coletivas, pelo respeito e por compartilharem saberes.

Agradeço a FAPERJ, pelo apoio financeiro a mim e ao meu Programa, sem o qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço aos meus familiares e sobrinhos que me trazem alegria, aos meus tios Luciene e Nilson, minha prima Isadora e minha fiel afilhada Fernanda, pela consideração afável.

Meus sinceros agradecimentos aos meus amigos e colegas, pelos momentos de ternura, suporte e carinho. Em especial, a turma de mestrado 2016, pelos momentos que estivemos juntos, torcendo uns pelos outros. Nossa turma escreveu uma linda história. Obrigada por tudo!

Por fim, agradeço minha querida cidade, Miracema. Por tudo que vivi e por tudo que ainda viverei em seus interiores. Obrigada, Miracema, por tanto encanto. Obrigada, Praça “Dona Ermelinda”, por escrever a cidade, a história e agora, minhas memórias.

Sem dúvida, escrevemos, em primeiro lugar, para nós, para esclarecermos, para tratar de elaborar o sentido ou o sem sentido daquilo que nos acontece. Mas é preciso escrever, também, para compartilhar, para dizer alguma coisa a alguém, mesmo sem conhecê-lo, ainda que talvez nunca nos leia.

Jorge Larrosa

RESUMO

Considerando que a educação não se restringe aos muros escolares e que os praticantes dos cotidianos inventam novos usos enquanto habitam os espaços, o presente estudo teve como objetivo investigar a educação não-escolar em uma pequena cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Este objetivo esteve relacionado ao interesse por compreender como se constroem outros sentidos sociais em um espaço público, cuja ocorrência pode ser observada na praça de uma cidade pequena. A pesquisa se justifica sob quatro aspectos: (i) a legitimação das culturas locais, uma vez que a versão hegemônica da história, em grande parte, atua com o registro do que se passa nos grandes centros e em momentos considerados históricos; (ii) a socialização de práticas educativas não-escolares, sinalizando a importância de sua ocorrência e sugerindo que a escola também as observe e incorpore; (iii) o registro de eventos da vida cotidiana que se configuram como realidade não-documentada; (iv) a compreensão de outras formas de organização do espaço e sua utilização como espaço de aprendizagem em uma praça pública da cidade de Miracema/RJ. O estudo recorreu à Pesquisa Documental e às orientações metodológicas da História Oral, de forma a produzir dados que registrassem o traçado histórico do lugar, e com o intuito de acessar a História narrada desde o ponto de vista dos sujeitos. Foram utilizadas, durante o trabalho de campo na praça, orientações da Etnografia como metodologia de pesquisa, a qual visa produzir dados de conhecimento antropológico, fazendo uso de alguns procedimentos não apenas técnicos, como também epistêmicos, visto que visam à produção do conhecimento e geração de informações, próprios da pesquisa etnográfica, como: a observação, o registro em diário de campo, a descrição densa e a produção de imagens, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social, que não a Antropologia. O campo de pesquisa foi a Praça “Dona Ermelinda”, localizada no centro da cidade de Miracema/RJ. O trabalho contou com a influência de diversos teóricos, dentre eles: Michel de Certeau, Henri Lefebvre, Jorge Larrosa, Michel de Foucault e Boaventura de Sousa Santos. Este estudo possibilitou a compreensão de que a pesquisa em cotidianos se distancia dos modelos rígidos, cartesianos e lineares. Nos mostrou que há outros saberes e outras formas de enxergar o mundo, e que se trata de um processo que nos surpreende e que de alguma forma nos liberta. Além disso, percebemos que existe uma história não documentada, escrita pelos praticantes que reconstróem os sentidos e a memória. Concluímos que a educação não se restringe aos muros escolares, e que a cidade pequena é um dos *espaçostempos* do aprender.

Palavras-chave: Vida Cotidiana. Educação não-escolar. Práticas instituintes. Cidades Pequenas.

ABSTRACT

Considering that education is not confined to school walls and that practitioners of everyday invent new uses while inhabiting the spaces, this study aimed to investigate the non-school in a small town in the state of Rio de Janeiro. This objective was related to the interest in understanding how to build different social meanings in a public space, the occurrence of which can be seen in the square of a small town. The research is justified under four aspects: (i) the legitimacy of local cultures, since the hegemonic version of the story, largely operates with the record of what is happening in large cities and considered historical moments; (ii) the socialization of non-school educational practices, signaling the importance of its occurrence and suggesting that the school also observe and incorporate; (iii) the everyday life event log that are configured as non-documented fact; (iv) an understanding of other forms of organization of space and its use as a learning space in a public square of the city of Miracema / RJ. This study resorted to Document Search and methodological guidelines of oral history in order to produce data if they recorded the historical layout of the place, and in order to access the history told from the point of view of the subject. Were used during the field work in the square, Ethnography guidelines as a research methodology, which aims at producing anthropological knowledge of data, making use of not only some technical procedures, as also epistemic, as aimed at the production of knowledge and information generation, own ethnographic research, such as observation, journaling field, thick description and the production of images, linked now to other theoretical fields of interpreting reality social, not anthropology. The research field was the Square “Dona Ermelinda”, located in the center of Miracema / RJ. For the theoretical basis this work included the influence of various theorists, among them: Michel de Certeau, Henri Lefebvre, Jorge Larrosa, Michel Foucault, Boaventura de Sousa Santos. This study allowed us to understand the that research in everyday moves away from rigid Cartesian and linear models. He showed us that there are other knowledge and other ways of seeing the world, and it is a process, a journey, a discovery that surprises us and that somehow frees us. Also, we realize that there is a history not documented, like a diamond in its raw state, written by practitioners rebuilding the senses and memory. We conclude that oral history is rich, precious and necessary. People weave meanings and write their stories in the places they inhabit. It is up to us, researchers continue to hone the everyday, in the quest for knowledge extraction, knowledge, experience.

Key words: Everyday Life. non-school education. instituting practices. Small towns.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa Conceitual – Projeto de Pesquisa.....	16
Figura 2 –	Praça “Dona Ermelinda”.....	68
Figura 3 –	Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães).....	79
Quadro 1 –	Definições de “Praça”.....	84

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	MORAR NO INTERIOR DO MEU INTERIOR	19
3	CIDADE: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS	47
4	BENDITA SEJAS, Ó ERMELINDA	65
5	A (LEI)TURA DO INTERIOR DA PRAÇA	87
6	“O QUE NÃO TEM FIM SEMPRE ACABA ASSIM”	102
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXOS	109
	ANEXO A – Comprovante Plataforma Brasil	110
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	111
	ANEXO C – Declaração de Anuência	113
	ANEXO D – Termo de Uso e Autorização de Imagem	114

1 INTRODUÇÃO

Acreditando que as pessoas nos ensinam o tempo todo, produzimos conhecimento em nosso dia a dia, busco conhecer, através da rotina da praça, como as pessoas se organizam e ensinam: a praça faz parte desse cenário, dessa ação, que embora sem carteiras e lousas, aprendemos e ensinamos o tempo todo. Somos seres vivos, que criamos, inventamos e reinventamos. A educação faz parte de nossa sociedade mais ampla com seus diferentes processos de socialização, antes mesmo de aprendermos o bê-á-bá. A escola nos ensina, a vida também nos ensina. Ambas se entrelaçam, se misturam e independem uma da outra para existir. “Quantas praças podemos perceber em um único lugar”¹, quantas lições podemos aprender ali, entre bancos, coqueiros e principalmente, com as pessoas que ali frequentam e passam.

Considerando que a educação não se restringe aos muros escolares e que os praticantes dos cotidianos inventam novos usos enquanto habitam os espaços, o presente estudo teve como objetivo investigar a educação não-escolar. Este objetivo relaciona-se ao interesse por compreender como se constroem alguns sentidos sociais em um espaço público, cuja ocorrência pode ser observada na praça de uma cidade pequena.

Diante tais provocações, a relevância deste trabalho reside em alguns pontos que serão apresentados a seguir, tais como: (i) a legitimação das culturas locais, uma vez que a versão hegemônica da história, em grande parte, atua com o registro do que se passa nos grandes centros e em momentos considerados históricos; (ii) a socialização de práticas educativas não-escolares, sinalizando a importância de sua ocorrência e sugerindo que a escola também as observe e incorpore; (iii) o registro de eventos da vida cotidiana que se configura como realidade não-documentada (EZPELETA e ROCKWELL, 2007); (iv) a compreensão de outras formas de organização do espaço e a utilização deste como espaço de aprendizagem.

Este texto foi dividido em quatro capítulos, além da Introdução, da Referência Bibliográfica consultada e dos anexos. A seguir, na Figura 1, apresento o mapa conceitual no qual registro o desenho desta pesquisa. A construção e o uso do mapa conceitual, primordialmente, contribuiu na organização das minhas ideias, das minhas informações e o no andamento da minha pesquisa. Sendo uma técnica que considero muito flexível e

¹ Contribuição da professora Maristela Barenco, durante disciplina de Epistemologia e Educação, no curso de Mestrado em Ensino/UFF.

um recurso significativo de aprendizagem, este instrumento auxiliou a identificar a estrutura de significados e a estabelecer as relações de conhecimentos nos contextos das ideias que serão apresentadas de forma esquematizada. Embora minha atividade investigativa não tenha sido direcionada por etapas distintas e sequenciais conforme possa dar a entender a visualização do mapa, a elaboração do mesmo me ajudou a imprimir inteligibilidade ao meu fazer. Sendo assim, embora o mapa conceitual apresente os elementos constituintes da pesquisa em caixas isoladas, durante o processo de construção e amplitude do trabalho estas caixas não se fizeram presentes.

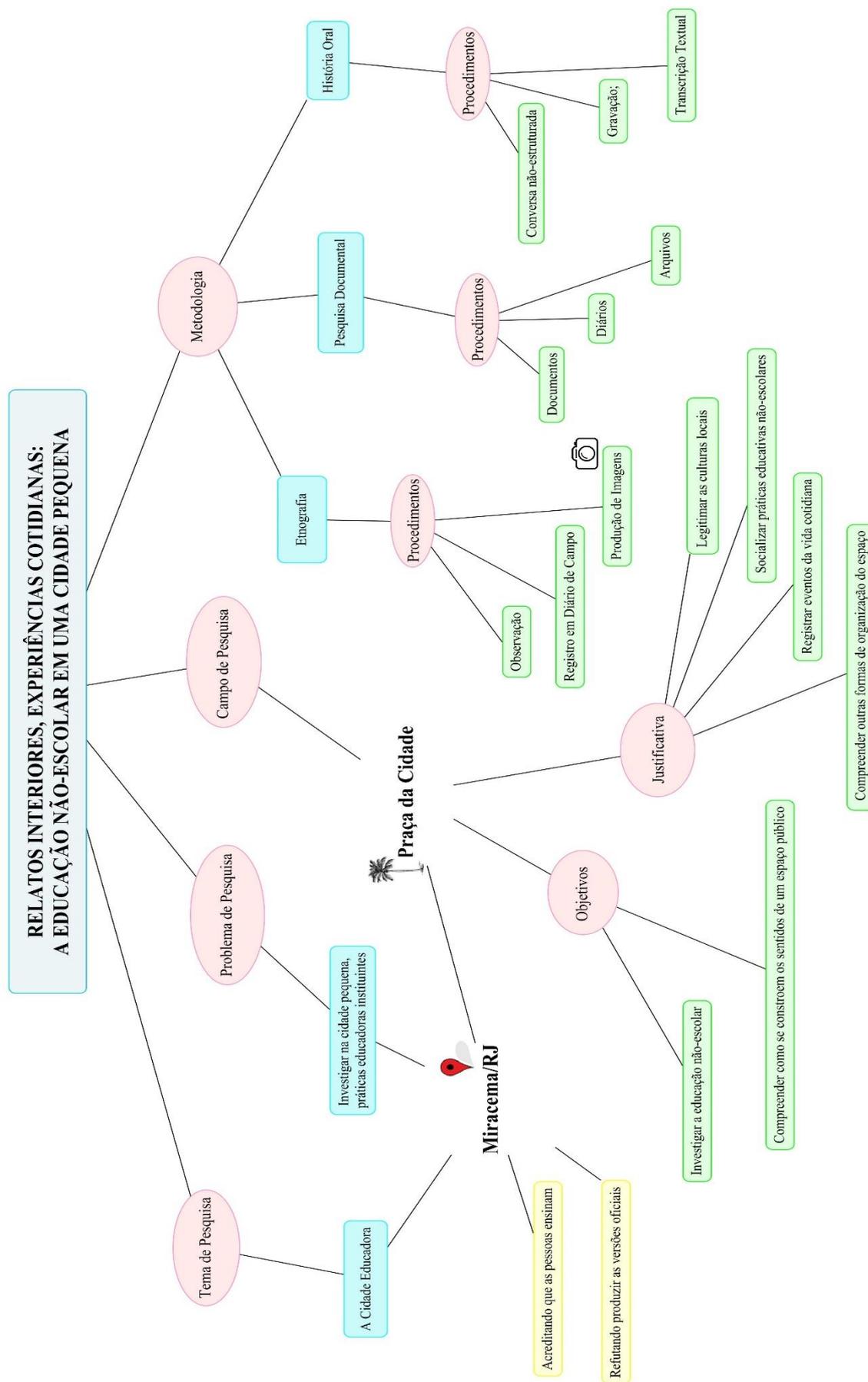


Figura 1 - Mapa Conceitual da Pesquisa.
FONTE: Arquivo Pessoal, 2017

Nesta Introdução que aqui se finda, apresentei breve relato sobre meu interesse pelo tema “Cidade Educadora”, minha paixão por cidades pequenas, especialmente, a minha Miracema/RJ, apresentando meu objetivo de investigar a educação não-escolar, cuja ocorrência pode ser observada na praça de uma cidade pequena. Apresentei, ainda, a relevância deste trabalho, dentre os quais os diversos motivos pertinentes desta investigação, destaca-se a experiência vivenciada pela pesquisadora, que se caracteriza por um sentimento/pensamento que sempre estivera presente.

No primeiro capítulo, trago reflexões sobre a metodologia utilizada, com orientações da Etnografia como metodologia de pesquisa, a qual visa produzir dados de conhecimento antropológico, fazendo uso de alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica, como: a observação, o registro em diário de campo, a descrição densa e a produção de imagens, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social, que não a teoria antropológica.

No segundo capítulo, apresento a mulher Ermelinda que, contrariando toda a História, escreveu sua trajetória com muita força, ousadia e representatividade, e em seguida apresento a Praça “Dona Ermelinda”, em torno da qual foi gestada a cidade de Miracema. Apresento a praça, que é onde eu vou tecer a minha epistemologia e alimentar minha produção de conhecimentos. Foram apresentados dados referentes à Pesquisa Documental e à História Oral, para acessar a memória e contribuir com a construção do capítulo referente à história da praça.

É apresentado um terceiro capítulo, dedicado à minha pesquisa e a observação de campo, que ocorreu em diálogo com os capítulos e os estudos bibliográficos que estão em movimento, e com o acolhimento das preciosas orientações da Banca de Qualificação constituída pelas Professoras Cristiana Callai de Souza, Maria Tereza Goudard Tavares, Bernardina Maria de Sousa Leal, e carinhosamente, Mitsi Pinheiro de Lacerda, que acreditou e confiou à construção desta pesquisa com muita dedicação e afetividade. Registro aqui meus mais sinceros agradecimentos à Banca e sua generosidade por compartilhar seus conhecimentos comigo.

Por fim, o último capítulo, são apresentadas minhas considerações acerca do caminho e das reflexões tecidas neste trabalho.

Em Anexo, estão presentes: (a) o comprovante da Plataforma Brasil 011852/2017 submetido em 11/12/2016; (b) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caso algum participante venha a ser abordado quando realizar a pesquisa de campo, (c) Declaração

de Anuência da Instituição coparticipante Prefeitura Municipal de Miracema; (d) Termo de Uso e Autorização de Imagem.

2 MORAR NO INTERIOR DO MEU INTERIOR

Depois de um tempo, percebi que não só reconhecia a cidade onde morava; depois de um tempo, tive a sensação de senti-la. De repente, passei a ter outros olhares, sobre as mesmas coisas, outros detalhes, sobre os velhos retalhos. É necessário conhecer a fundo nossas origens, as histórias que rodeiam as ruas, escolas, esquinas e praças do lugar onde crescemos. Sou nascida e criada na cidade de Miracema, Noroeste Fluminense, interior do Rio de Janeiro.

O interior se fez muito presente em minha vida quando me vi fora dele. Sozinha, em meio a uma cidade grande, “capital da província”, havia ali muito mais do que trezentos quilômetros de distância da minha cidade. Havia um choque cultural-político-social que transporte nenhum seria capaz de encurtar. Quem são essas pessoas? Porque agem tão diferente do que é comum aos meus olhos? E então, me vejo como uma criança, perdida, parafraseando Leal (1998, p.113), “a demonstrar sua incessante busca pelo sentido das coisas, sua estranheza diante daquilo que lhe é apresentado de modo aparentemente familiar”. Questionamentos incessantes permeavam minha mente e rodeavam meus pensamentos. Como assim, as pessoas não cumprimentam umas às outras? Como assim, os vizinhos não se conhecem? Colocava-me a pensar sobre essas diferentes relações que, de repente, se apresentavam diante aos meus olhos. Tal exercício, exercitava o filosofar como o de uma criança, sem restrições, com necessidades de compreender o mundo.

Ao indagar sobre a própria existência, ao buscar fundamentos para atitudes habituais, ao questionar aquilo que parece óbvio, a criança busca desvelar a realidade circundante. Inquieta frente a situações aparentemente incontestáveis, extraídas de um contexto familiar, ela opera um processo de revisão da realidade. Intrigando-se diante do estabelecido, a criança empreende a tarefa de compreender diferentes situações e auferir-lhes significação e sentido (LEAL, 1998, p.113).

Aos poucos fui compreendendo o ambiente no qual estava inserida, e nessas descobertas, pensei que me conheceria melhor, mas, ao invés de conhecer-me, eis que me reconheço. Assim, os vazios que antes ecoavam em mim foram se preenchendo, se completando, transbordando, aos poucos, iam fazendo sentido e a vida ia moldando de significados.

Escrevendo parece mais fácil, mas foram tempos difíceis. As mudanças por si, já não são fáceis. Então, não teria muito sentido se diferente fosse. Licenciada em Pedagogia, pensei que me reconheceria como tal, mas dessa vez, diferente de anteriormente, foi necessário conhecer-me. Pedagoga, se torna com a prática, que se faz em práxis, quando dialogada com a teoria. A sabedoria é algo distante. O título havia sido o primeiro passo, um grande passo.

Por isso, fui embora, como tantos outros jovens de minha cidade, fui em busca de estudos. Depois de licenciada em Pedagogia, resolvi iniciar a Especialização. A cidade do Rio de Janeiro sempre me encantou. Quando encontrei a oportunidade de estudar e morar lá, não pensei duas vezes, coloquei a coragem na mala e fui. Quanta gente, quanta pressa, quanta euforia! Nervos salteando a pele, calafrios, tremores, dores e suores. Isso resume grande parte do que eu senti. Duas horas para chegar à universidade, trânsito caótico, nenhum “bom dia, como vai?”. Por que em geral, as pessoas das cidades grandes são assim? De onde veio uma cidade grande, se não de cidades pequenas? O que faz uma cidade ser GRANDE? Neste caso, de onde a cidade veio não determinou o que a cidade se tornou.

Em Lefebvre (2008, p.62), a cidade como sendo “conjunto das diferenças entre as cidades”, negligencia as singularidades da vida urbana, os modos de viver da cidade, o habitar propriamente dito. Para o filósofo, a noção de habitar é uma condição revolucionária, por ser capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, habitar envolve múltiplas dimensões.

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (LEFEBVRE, 2008, p. 118).

A observação do movimento que se processa na vida cotidiana pode facilmente suprimir o interesse do observador, pois, em sua superfície, há somente o repetitivo, o comum. “Abrir os olhos” aqui, não consiste no mecanismo de mover as pálpebras, mas em desconfiar de que há algo que eu ainda não compreendi.

Eu queria apenas parar e observar, assim como é de costume no interior, já que a temporalidade do lugar convida a se pensar o viver, o habitar. É a base da reprodução da vida, o tripé: cidadão – identidade – lugar. Mas, expondo as pressões existentes dos modos

de ser e de viver, eu era pisoteada pelo tempo. Não pode. Não temos tempo. Tempo... o tempo paira nos ares do interior.

Essa ideia sobre o tempo sempre me chamou muito a atenção, levando-me a questionar muito sobre. A falta de tempo me perturba. Cada vez que o tempo passa, a sensação que tenho é de que temos cada vez menos tempo.

Tenho medo de perder tempo tentando ganhá-lo, como a maioria das pessoas fazem. Compram coisas práticas que as fazem economizar tempo, mas precisam trabalhar mais para pagar tais coisas. Boaventura Santos (1987) fala sobre isso: construímos artefatos para facilitar a vida moderna e com isso “ganharmos” tempo, mas a queixa recorrente é esta: não temos tempo. Ele diz que somos uma sociedade que ampliou o tempo, perdendo-o. É um ciclo vicioso que não nos leva a lugar nenhum. Vivemos numa sociedade capitalista, logo, navegamos numa maré onde tempo é dinheiro, é valioso, mas costuma ser desperdiçado facilmente, e isso resulta em frustração.

Seria uma escolha viver assim? O que poderíamos fazer para mudar isso? Eu não sei bem responder a essas questões. Ultimamente, também tenho pensado muito sobre isso, “essa necessidade de querer ter respostas para tudo”², de querer imediatamente ter um entendimento sobre as coisas que regem nossas vidas. Mas acredito essa ser uma outra questão. Desde a antiguidade, filósofos, físicos, poetas e tantos outros se dedicam a pensar sobre o tempo. Não é minha intenção trazer o que tem sido produzido sobre isso, porque este não é o tema do meu estudo. Minha alusão à complexa questão do tempo tem a ver com a minha percepção temporal, quando me desloquei de um lugar para outro. Desde as primeiras rupturas com a ciência clássica, a questão do tempo se tornou indissociável da questão do espaço: não é possível pensar o tempo sem pensar o espaço. É isso, pois, que faço neste trabalho: penso o espaço que habito e percebo a dimensão temporal.

Cotidianamente falando, o tempo o que me amedronta, é o nosso tempo de vida. Ao mesmo, tenho a sensação de que as pessoas ao redor lidam melhor com isso, pois me parece que elas compreendem bem essa correria, esse transe de vai e vem que quase nunca para.

Gosto de ter a sensação de que o tempo paira.

É necessário nos darmos tempo e espaço, perceber o que nos cerca. Larrosa (2002) nos diz sobre a velocidade em que nos são dados os acontecimentos, e a obsessão que temos pela novidade, em outras palavras. Tudo que se passa demasiadamente depressa,

² Este pensamento foi despertado no Mestrado em Ensino, na disciplina Epistemologia da Educação, quando a Professora Maristela Barenco disse essa frase.

reduz o estímulo fugaz e instantâneo, que imediatamente é substituído por outro estímulo ou por outra excitação. Buscamos, incessantemente, uma compreensão de mundo. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Efetivamente, como Larrosa (2002) apresenta, a experiência se torna cada vez mais rara, por falta de tempo.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que corre: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).

Para Larrosa (2002), a experiência é engolida pelos dias que correm, recebemos em excesso as informações, o que afeta nossa memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro. O sujeito moderno é um consumidor voraz e insaciável, eternamente insatisfeito pelas notícias e pelas novidades. O sujeito moderno tem pressa, sente a necessidade de estar permanentemente excitado, nas palavras de Larrosa (2002, p.23), o sujeito moderno já se tornou incapaz de silêncio, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece.

Talvez isso explique eu gostar tanto de ficar acordada madrugada afora; o silêncio da madrugada me traz paz, concentração e entendimento sobre meus dias conflituosos, sobre as milhões de perguntas que passam sobre minha mente e esse sofrimento de querer as respostas.

Nessa lógica, Larrosa (2002) acredita que os aparatos educacionais também funcionam cada vez mais no sentido de tornar impossível que alguma coisa nos aconteça, não somente pelo seu funcionamento tão mecanicamente contido, mas também pela velocidade. Cada vez estamos mais tempo na escola, mas cada vez temos menos tempo. O sujeito da formação permanente e acelerada é um sujeito que usa o tempo como um valor ou como uma mercadoria, isto é, um sujeito que não pode perder tempo, que tem sempre que aproveitar o tempo, seguir o passo veloz do que se passa, sem perder nada. Com efeito, na escola, o currículo se organiza em pacotes cada vez mais numerosos e cada vez mais curtos. Assim, de acordo com Larrosa (2002), também em educação, estamos cada vez mais acelerados e nada nos acontece. “E por isso, porque sempre

estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. E, por não podermos parar, nada nos acontece” (LARROSA, 2002, p. 24).

O tempo também nos oferece essa sensação de cura, de que tudo passa e de que tudo recomeça. A sensação de viver o fim do mundo algumas vezes e na manhã seguinte estar tudo bem³. Ou quando Carlos Drummond de Andrade, em seu poema “O Tempo”⁴ nos conforta muito bem sobre essa ideia de recomeço, de segunda chance de fazer com que as coisas daqui adiante sejam diferentes.

Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias, a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança fazendo-a funcionar no limite da exaustão.
Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez com outro número e outra vontade de acreditar que daqui para adiante vai ser diferente [...]

Talvez seja o que a grande maioria das pessoas esperam sobre o tempo, a esperança de que dias melhores virão. E elas continuam vivendo, cumprindo com suas obrigações, traçando seus caminhos e assim construindo uma forma de vida e de viver.

Sinto isso bem forte.

A educação não-escolar consiste em um termo cuja conceituação resulta de uma expressão corrente na literatura pedagógica desde a última metade do século passado. A recorrência discursiva que prolifera o uso dessa expressão sustenta a necessidade de destacar e reconhecer novos cenários e práticas educativas para além dos limites da escola. Ou seja, a educação não escolar constitui-se na denominação de espaços, contextos ou âmbitos sociais e institucionais que são distintos da escola.

A princípio, o termo não-escolar, manifesta-se como uma negação à escola, o que pode remeter o entendimento de que entre um e outro tipo de educação existe uma relação de contrariedade. Porém, em conformidade com Severo (2015, p.05), “torna-se mais adequado pensar no sentido da educação não-escolar não como uma oposição à escola, mas como uma forma de educação que, com relação a esta, pode estabelecer interfaces de colaboração, complementariedade, associação e suporte”.

³ Frase inspirada na estrofe da canção “Melhor assim” de Engenheiros do Havai. Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/45735/>> Acesso em: 23/07/2016.

⁴ Poema “O Tempo” de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em : <http://www.sbu.unicamp.br/lendolettras/index.php/textos/22-quando-drummond-fala>. Acesso em: 23/07/2016.

A educação não escolar se relaciona com o paradigma de aprendizagem ao longo de toda a vida, de modo que representa ações que prolongam os tempos e os espaços de formação e auto formação, com base em necessidades contextuais dos sujeitos e das comunidades, atuando como mecanismo catalisador da articulação de saberes diante de necessidades emergentes nas esferas das sociabilidades humanas e do trabalho (SEVERO, 2015, p. 06).

Tal paradigma se caracteriza por meio de práticas educativas abertas, plurais e contextualizadas, cuja a cultura e a experiência vivida pelo sujeito sejam a base para a construção de saberes. O uso do termo educação não-escolar, evidencia-se mais como uma categoria temática, ou situacional, isto porque, delimita-se a um âmbito, uma situação ou um espaço educativo.

[...] escola é um momento do processo educativo na vida da sociedade, mas que esse processo é global e envolve outros espaços e tempos sociais; que os efeitos formativos da escola nas pessoas se vinculam a aprendizagens decorrentes de outros contextos nos quais elas estão inseridas, não conformando, desse modo, a influência determinante em sua constituição como sujeito individual e social; que a identidade social da escola serve para operacionalizar alguns objetivos pedagógicos e não todos; e que, para potencializar tais objetivos, torna-se necessário estabelecer meios de interligação entre escola e outros espaços educativos, em caráter complementar, integrativo ou paliativo (SEVERO, 2015, p.08).

Para compreender a educação não escolar, devemos compreender a educação de forma livre, ampla e inovadora. É comum, a palavra educação ser associada diretamente à escola, mas a educação não se restringe somente a esses espaços, sua existência se movimenta através de diferentes práticas em locais de convívio público onde não tenha, necessariamente, formalidade de ensino, tais como teatros, clubes, cinemas, campos, ruas e praças. Assim, refiro-me a diferentes espaços que nos possibilitam construir diferentes modos de vivenciar e compreender o processo de ensino, de aprendizagem, de saberes e fazeres cotidianos.

Os diversos espaços sociais são, permanentemente, afetados por redes de regulação e antidisciplina, em movimentos complexos cujos traços são a contradição e a complementaridade. Dentre os tantos espaços possíveis, meu interesse repousa na praça. Antes de iniciar esta pesquisa eu pensava que a praça era um local de grande valor, principalmente, para as cidades do interior, cidades que foram construídas em torno da praça e da Igreja. Compreender essas vinculações foram tarefas lentas, uma vez que essas lógicas estão enraizadas profundamente em nós. Na verdade, a praça não é um local de grande valor, mas ela é produzida para ser um local de grande valor. Ou seja, ela é a representação de um poder hegemônico que cria um centro, apropria-se deste centro e faz

dele a referência. Logo, a praça não é um local de valor como eu pensava; francamente, as periferias são conduzidas a pensar isso, todos os habitantes são convocados a pensar isso e concordar. Nós não percebemos que não percebemos, e quando despertamos sobre, a praça ganha outro sentido, outro significado que transforma à nossa maneira de enxergar a vida. O belo não deixa de ser belo, mas sinto robustecer os sentimentos e o lirismo que costumo firmar sobre a vida cotidiana.

Inicialmente, acreditei que esse espaçotempo não pertencia a ninguém, ao mesmo tempo que era de todo o mundo. Mais uma desconstrução. Não tenho pudor em revelar que era exatamente dessa forma que eu acreditava. Nem todos os espaços são construídos para todos. Há na praça a eterna luta pelo espaço. Foram momentos em que percebi que eu estava constantemente em pesquisa, nós limitamos um lugar e descobrimos que o limite na verdade está em nós. Não no lugar. A praça é um mundo que eu não dou conta de ver sozinha. Nós não percebemos que não vemos. Pelo envolvimento com a praça, algumas conversas acontecem sobre outras praças. Como por exemplo, a lembrança de infância de uma querida professora que relembra que a praça da sua cidade era dividida: os extremos debaixo das árvores para as “moças de baixa reputação”; havia os bancos dos idosos; o coreto para as crianças; o entorno do chafariz para as “moças de boa família”; perto do pipoqueiro ficavam as famílias, assistindo TV os homens solteiros.

A praça é o mundo.

Não tem idade, todos a frequentam. Idosos jogam cartas, crianças correm em volta do jardim, adolescentes fazem rodas de conversas, adultos sentam e observam o movimento enquanto outros, movidos por intencionalidades diversas, atravessam-na rapidamente, em ziguezagues sem fim. Parece-me que a cidade cresce em seus arredores. Sendo ainda mais ousada, parece-me que a praça seja tão preciosa como um útero, gere vidas, filhos. Em nossa arrogância, passamos a vida acalentando aquilo sobre o qual nos julgamos conhecedores. Mas, contraditoriamente e ao mesmo tempo, a praça é, também, espaço no qual as diferenças circulam nem sempre amistosamente, um espaço de distinção e de diferenciação social. Há uma tolerância tácita a respeito da presença do outro, do diferente, mas a natureza democrática do lugar convive com as segregações, interdições e regulações. Trata-se de olhar a praça como possibilidade para práticas e comportamentos sociais, que ampliam o nosso conhecimento sobre o universo social urbano, observar o seu entorno e seus aspectos para além de nossos próprios sentimentos.

Nas cidades, as praças e as ruas são lugares nos quais as temporalidades e espacialidades não são completamente reguladas. É possível entrar e sair da praça a

qualquer momento; é possível passar por ela, é possível ficar. Sozinha, acompanhada, sentada no banco, na escada ou no chão, descalça, esfarrapada ou vestida com um traje hegemonicamente “social” – quem decide o uso que faz da praça, é o praticante deste cotidiano. Contraditoriamente, a praça dispõe de marcos regulatórios tácitos, e sua dimensão material é regulada e interdita de modo não explícito.

Em conformidade com as reflexões de Certeau (1998), compreendo que essas observações esboçam com que sutil complexidade os relatos, cotidianos ou literários são, metaforicamente, nossos transportes coletivos⁵. Como um ônibus ou um trem, pois de acordo com Certeau (1998), assim como os transportes coletivos, os relatos, atravessam e organizam lugares todo dia, selecionando e reunindo-os num só conjunto, fazendo deles frases e itinerários. Os relatos são percursos de espaços. Para Certeau (1998, p. 200), “todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço”.

Nesta lógica, a ideia de lugar e espaço delimitará um campo, compreendendo o cotidiano como espaço praticado.

Um lugar é a ordem (seja qual for), segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do ‘próprio’: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar ‘próprio’ e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Existe espaço sempre que se tomam em conta os vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis (CERTEAU, 1998, p.201).

Portanto, é de certo modo transformado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. O espaço não tem a estabilidade de um lugar, algo fisicamente imóvel, que depende dessas dinâmicas e desses movimentos. Esses lugares estão ligados entre si, o que conduz de um lugar ao outro são os trânsitos que, segundo Certeau (1998), atribui-se a diferentes modalidades: epistêmica, alética ou deôntica. Nas palavras de Certeau (1998), a epistêmica refere-se ao conhecimento, a alética à existência e a deôntica aos deveres. Logo, o lugar está intimamente ligado ao relato em uma espécie de bricolagem do mundo. Quando relatamos, nós criamos outra coisa. Por isso, nos relatos há uma outra prática inventada por nós. São aventuras narradas que produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de ordem. Um relato é a viagem, escrita pelos passos das pessoas.

⁵ Referindo-se ao transporte coletivo que na Atenas contemporânea chamam *metaphorai*, ou seja, para ir ou voltar para casa ou para o trabalho, toma-se uma metáfora – um ônibus ou um trem (CERTEAU, 1998).

Com esse olhar, a partir das ideias de relatos de espaços de Certeau, posto-me a contemplar a praça nesta pesquisa. A praça como um lugar privilegiado de práticas sociais, oferece inúmeras histórias em seu cotidiano. Para Certeau (1998, p.188), “os relatos de lugares são bricolagens. São feitos resíduos ou detritos de mundo”. São fragmentos que narram uma história, como lembranças, memórias, que podem ser lugares vividos com presenças de ausências, aquilo que não é mais, pois se mostra com o poder de detectar presenças do que já não existe mais, do que já foi.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempo empilhados que podem desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 1998, p.189).

Certeau, ressalta a ideia de um lugar enfiado de tempos diversos, de estarmos ligados a tal: pelas lembranças, pelos esquecimentos. Um lugar frequentado por múltiplos, escondidos em silêncio. “Só se pode morar num lugar assim povoado de lembranças” – (1998, p.189). Dessa maneira, penso na praça, nas histórias e nos silêncios que ela porta.

A fim de compreender as noções de “espaço e lugar”, Certeau (1998) estabelece uma distinção entre ambas. Para o autor, um “lugar” é a ordem a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, seja qual for a ordem, duas coisas não ocupam o mesmo lugar, imperando a lei do “próprio”. “Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (p.201). Já o espaço, é o que nós poderíamos considerar como um conjunto de movimentos que se desdobram, o espaço realiza-se enquanto é vivenciado, praticado. “É o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais” (p.202).

Observando a Praça “Dona Ermelinda”, é possível notar lugares comuns a tantas outras praças, tais como o local onde se encontra o carrinho do pipoqueiro, os bancos, os canteiros, o *Rinck*⁶, o parquinho. Em suma, lugar seria um ver, um estar aí; aliás, seria uma “praça” geograficamente acentuada. A localização dos elementos configura o lugar, e é na lógica de sua disposição cartográfica que encontramos as marcas do poder hegemônico – poder que prescreve uma ordem, demarcando o lugar. Junto a isso,

⁶ *Rinck* é quadra/pista para a prática de esportes, tais como: futsal, basquete e vôlei e patinação.

contudo, transitam os praticantes do cotidiano, aqueles que se deslocam através de um “próprio” (CERTEAU, 1998, p.201), pelo campo do outro, pela lógica do outro. Embate permanente entre o controle e a inventividade, o lugar tenta se sobrepor às trilhas indeterminadas dos caminhantes do cotidiano, ao mesmo tempo em que estes o deturpam. Na aparentemente inocente pracinha da cidade pequena, é travada a longa batalha entre os marcadores inertes do poder, e o incessante movimento de seus usuários.

Inicialmente, é preciso compreender alguns questionamentos a respeito da utilização, nesta pesquisa, do termo cidade pequena. Cientificamente, não há um consenso sobre a definição de cidade, assim como não há sobre cidade pequena.

Primeiramente, a classificação em nível mundial das cidades, como pequenas, médias e grandes é muito variável de país para país. Cada Estado, de acordo com seus requisitos administrativos e sua realidade é responsável por elaborar tal classificação. Logo, geralmente, dependendo do país, uma cidade é considerada pequena de acordo com um número mínimo de habitantes, ou devido à suas dimensões demográficas. No Brasil, todas as sedes de municípios são consideradas cidades, independentemente do número populacional de cada uma delas. Ou seja, tanto Miracema, quanto o Rio de Janeiro são consideradas cidades, independentes de seu número populacional. Dessa forma, há diversos critérios que definem uma cidade e sua urbanização, assim há diversos critérios para definir uma cidade como pequena.

Mesmo diante, da indefinição que envolve essa categoria de cidades, compreendemos as cidades pequenas como uma das dimensões socioespaciais, geradas pelo processo histórico de produção do espaço urbano e regional. As dimensões espaciais, o número de habitantes, a pouca diversidade de funções urbanas, a dependência de um centro maior, a temporalidade lenta, a relação com a vida rural e a proximidade entre as pessoas são os principais elementos que caracterizam as cidades pequenas [...] (GONÇALVES, 2005, p. 20).

Portanto, de acordo com Gonçalves (2005, p. 34), “as cidades possuem diferentes trajetórias de desenvolvimento e múltiplos perfis, que impedem essa simplificação do termo”. No âmbito da Ciência Geográfica Brasileira e áreas afins, geralmente, o termo oficialmente utilizado é cidade de porte pequeno. Comumente, cidade de pequeno porte, cidadezinha, pequena cidade e cidade pequena, são termos utilizados em urbanismo para designar cidades que abriguem menos de cinquenta mil habitantes.

De acordo com Lacerda (2014, p. 112), é incoerente afirmarmos que uma cidade é pequena baseada apenas na quantidade de habitantes que esta possui, pois é necessário

incluir diversos fatores para assim caracterizá-la, como, por exemplo, o seu espaço demográfico, localização, renda per capita, dentre outros.

Adjetivar uma cidade como pequena – que com as cidades pequenas tenho me ocupado – é algo que, para ser feito, precisa considerar variáveis, tais como o tamanho de seu território (tarefa complicada dadas as diversidades regionais e locais), além da densidade de sua população que, sozinha, não diz muito, pois depende de sua localização (LACERDA, 2014, p. 113).

Diante tal amplitude, considero, pois, nesta escrita, que o meu campo de pesquisa é uma cidade pequena, “porque é dessa forma que seus habitantes a elas se referem: eu moro em uma cidade pequena” (LACERDA, 2014, p.113).

Nas palavras de Certeau (1998, p.202), “o espaço é um lugar praticado”. Assim, a rua, a praça, geometricamente definidas por um urbanismo, é transformada em espaço na medida em que diferentes sujeitos exercem as práticas de uso deste lugar.

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas. Diversamente do lugar, não tem, portanto, nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio” (CERTEAU, 1998, p.202).

Essas características esboçam que o relato de espaço é uma língua falada, ou seja, um sistema linguístico distributivo de lugares sendo, ao mesmo tempo, organizado por um ato que o pratica. No que se refere a espaço público, especificamente, a praça, adquire identidade como um lugar praticado, onde as pessoas se encontram, realizam atividades de lazer, conversam e exercem convívio social. A praça tem uma função na forma, na circulação e na configuração da cidade, propriamente por uma vivência temporal das pessoas.

A partir de suas considerações sobre o que constitui a cultura de uma sociedade – suas representações, comportamentos – é possível pensar os aspectos acerca dessas relações. Segundo Certeau (1998), graças ao conhecimento desses objetos sociais, torna-se possível e necessário balizar o uso que deles fazem os grupos ou os sujeitos. Como exemplo, Certeau (1998), apresenta uma análise das imagens difundidas pela televisão, ou seja, das representações que a televisão conduz, dos modos que os sujeitos se comportam perante ao aparelho, assim, deve ser completar com aquilo que surge a partir destas situações – a fabricação, com ares poéticos, no sentido de produção. O consumidor

fabrica as imagens, o mesmo pode ser entendido para o uso do espaço urbano, os produtos que comparamos nos supermercados, ou as informações lidas do jornal.

A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (CERTEAU, 1998, p.39).

Para Certeau (1998), os sistemas da “produção” televisiva, urbanística, comercial, não deixam aos consumidores um lugar onde possam marcar o que fazem com os produtos, ou seja, existe outra possibilidade de produção, a qual diz respeito às maneiras de empregar os produtos, como observamos na citação acima, podemos dizer que há uma inversão de perspectiva. Citando como exemplo, muitas vezes, os indígenas subvertiam as ações rituais, as representações ou as leis que lhes eram impostas dos colonizadores espanhóis para fins e referências próprias; embora os indígenas não as rejeitassem diretamente ou as modificassem, as contornavam – seria a bricolagem, a qual representa a união de vários elementos culturais que resultam em algo novo. Ou seja, faziam das leis que lhes eram submetidas e consentidas na dominação, outras coisas. Semelhante aos indígenas, porém em grau menor, em nossas sociedades, os sujeitos que não fazem parte dos grupos das “elites”, a classe dominante, ao herdar estas culturas impostas, as ressignifica.

De modo algum, a presença e a circulação de uma representação designa o que ela é para seus usuários. É necessário analisar sua maneira de usá-las pelos praticantes que não a fabricam, mas diante seus processos de utilização e “consumo” atribuem uma nova significação.

Por muito tempo, fui levada a crer que o parquinho fosse o lugar de excelência para as crianças, e muito apreciado por elas, legitimando uma lógica hegemônica. Parecia perfeito: um parquinho com amplo espaço, terra, árvores, brinquedos coloridos e uma ludicidade explícita. A visualização deste lugar “perfeito” conduzia à percepção de que todas as crianças coadunavam com isto, e então haveria, no mundo, ao menos um lugar ideal. Até então, eu não via outros elementos que conflitassem com o parquinho, e que agora, começo a perceber desde um olhar dialético: a cerca que protege as crianças e lhes nega outras relações sociais; o cadeado no portão que dificulta a depredação e que produz uma lógica privada; os horários determinados para o consumo; a regulação do número de

usuários posta por cada um dos brinquedos, o que fragmenta relações; a hierarquização que inscreve entre as crianças, já que configura para elas quem tem ou não direito a determinado brinquedo. Meu primeiro olhar para o parquinho foi conduzido pela ingenuidade transmitida por uma suposta ludicidade que eu encontrava no lugar. Desde então, tenho tentado observar dialeticamente os elementos presentes, de forma a compreender a eterna tensão entre uma força que regula e uma prática que liberta. Toda configuração arquitetônica é um aprisionamento, pois ela determina e prescreve o consumo. Certeau (1998) faz uma distinção entre consumo e uso. Funciona assim: é construído um parquinho para ser consumido pelas crianças. É uma ordenação, uma configuração do lugar que implica no domínio dos corpos. Porém, as crianças fazem usos do lugar, como praticantes. A proporção muda de acordo com os olhares de quem observa.

Em um outro dia, nessa mesma praça, observo uma mãe levando a filha para a escola, de bicicleta. Aquela criança me marcou. Lembrou-me dos tempos escolares, em que eu ia, exatamente igual a ela: na garupa da bicicleta, cabelos bem penteados e com um laço de fita, uniforme limpo e bem engomado, sapatos engraxados e mochilinha nas costas. Aquela cena passava-se lentamente, como em um filme da minha vida. De repente, a mãe para a bicicleta e a menina desce. Vai até o jardim e colhe uma flor, e volta para a mãe, toda saltitante. Uma flor. Um gesto. Talvez a flor fosse para a mãe ou para a professora. Eu não sei. Mas, essa observação de algum modo despertou, em mim, a vontade de refletir sobre o que se passa dentro de nós, sobre nossas ações naturais no dia a dia que constituem um espaço, um ambiente e que dessa maneira formam pessoas. O pensamento não é que isso seja uma regra, sabemos que não, a vida é muito incerta para fazermos tal levantamento, mas a questão talvez seja olhar para esse detalhe, para esse ponto que, embora não seja único, é uma possibilidade, uma realidade que nos cerca. Talvez eu faça parte desta realidade, desse mínimo.

E ali, percebo que a praça tem algo nos dizer, e que a praça diz algo que ainda não tenha escutado, que ela tem mostrado e ensinado, desde sempre, algo que ainda não notei e não aprendi, a nos mostrar, a nos ensinar.

A obra de Gaston Bachelard (1993), provoca-me e aproxima-me de determinado sentimento. Bachelard, ensina-me a sentir a praça não como um objeto, mas como poesia, como uma “imagem poética”. Um verdadeiro despertar que, nas palavras do autor, abala toda a nossa atividade linguística e nos coloca diante da origem do ser falante. Assim, sinto-me neste momento, um ser que tenta traduzir todo este emaranhado de maravilhamento. Bachelard (1993), revela que no domínio da criação da imagem poética,

através do espaço, pode-se chegar a uma fenomenologia da imaginação a qual se refere como uma “fenomenologia microscópica”, isto é, reconhecer uma imagem em seu íntimo, em sua subjetividade pura, efêmera diante das inúmeras possibilidades de investigação. Não tenho a intenção de enfatizar nesta pesquisa estudos sobre a fenomenologia; essa abordagem fenomenológica, embora breve, em muito me ajudou a pensar sobre esse não saber que a praça despertou em mim, pois “a imaginação imagina incessantemente e se enriquece de novas imagens. É essa riqueza do ser imaginado que queremos explorar” (1993, p.354). Ou seja, a fenomenologia da imaginação. Particularmente, de forma sucinta, aproxima-se muito do sentimento que tenho a respeito daquilo que virá, que está sendo construído socialmente, culturalmente e historicamente. Talvez eu não esteja pronta para essa poética do espaço, mas sinto-me disponível, com abertura e capacidade de apreciar o novo, o diferente, de construir algo que ainda não sei, mas que acredito. O não saber não como um despreparo, mas consciente de algo que simplesmente ainda não se sabe, e que talvez nem saberá. Sobre essas imagens que me encontro, que percebo o meu estar na praça, e meu fazer científico. Nas palavras de Bachelard (1993, p.184), a fenomenologia da imagem “emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade”.

A imagem, em sua simplicidade, não precisa de um saber. Ela é a dádiva de uma consciência ingênua. Em sua expressão, é uma linguagem jovem. O poeta, na novidade de suas imagens, é sempre origem de linguagem. Para especificarmos bem o que possa ser uma fenomenologia da imagem, para frisarmos que a imagem existe antes do pensamento, seria necessário dizer que a poesia é antes de ser uma fenomenologia do espírito, uma fenomenologia da alma. Deveríamos então acumular documentos sobre a consciência sonhadora (BACHELARD, 1993, p. 185).

Para o autor, a imagem poética não está submetida como alguns psicólogos e psicanalista afirmam, a um impulso, a um eco do passado, e sim, a um inverso da causalidade. A imagem poética é um súbito relevo, “um ser próprio, um dinamismo próprio, que advém de uma ontologia direta” (1993, p.183), ou seja, consiste em aprender a imagem em sua essência pura, “ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir de nosso ser” (1983, p.188). Por exemplo, ao ler uma poesia, a imagem construída terá significado em si mesma, no momento atual e de característica individual de cada leitor, que se torna nesse instante também autor. Bachelard se interessa pelo efeito que a imagem oferece ao leitor, assim, a imagem faz-se verdadeiramente sua. “No caso, ela é a expressão criada do ser” (BACHELARD, 1993, p.188).

O espaço compreendido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente à delimitação e a reflexão somente do arquitetônico. A imagem poética é o espaço vivido, essencialmente “variacional”, e não determinações definitivas, mas o vivido com a expansão da imaginação. A imagem poética enraíza-se em nós, recebemo-la com a sensação de que poderíamos criá-la. Nas palavras de Bachelard (1993, p.196), “a imaginação imagina incessantemente e se enriquece de novas imagens. É essa riqueza do ser imaginado que queremos explorar”. Portanto, a imagem é instantânea, realiza-se na simplicidade, não se estabelece a um saber como podemos ver na citação acima. A essa manifestação de força e inspiração, considera-se substancialmente dois polos: a alma e o espírito. Que na filosofia de Bachelard (1993), tais polos são indispensáveis para estudar os fenômenos da imagem poética, em seus diferentes nuances, a fim de que possa seguir principalmente o progresso destas desde o devaneio até a sua realização.

O espírito pode chegar a um estado de calma, mas no devaneio poético a alma está de guarda, sem tensão, descansada e ativa. Para fazer um poema completo, bem estruturado, será preciso que o espírito o prefigure em projetos. Mas, para uma simples imagem poética, não há projeto, e não lhe é preciso mais que um movimento da alma. Numa imagem poética a alma acusa sua presença (BACHELARD, 1993, p.187).

Em outras palavras, tal dualismo – espírito e alma, seguem duas linhas de análise fenomenológica, a dupla: ressonância e repercussão, na qual uma leva às exuberâncias do espírito, outra às profundezas da alma. “Parece que, por sua exuberância, o poema desperta profundezas em nós” (1993, p.187). Observamo-nos:

As ressonâncias se dispersam nos diferentes planos da nossa vida no mundo, a repercussão nos chama a um aprofundamento de nossa própria existência. Na ressonância, ouvimos o poema, na repercussão nós o falamos, pois é nosso. A repercussão opera uma revirada do ser. Parece que o ser do poeta é nosso ser. A multiplicidade das ressonâncias sai então da unidade do ser da repercussão (BACHELARD, 1993, 187).

O fenomenólogo, percebe através da leitura de um poema, suas efluências, suas manifestações, e não as do poeta. Ou seja, a poesia seria em simples objeto para o espírito, mas a alma, seria o que o autor cita de Pierre-Jean Jouve, uma “fenomenologia da alma; inaugural”, que vem habitá-la, animá-la. A fenomenologia, diferente da geografia ou da etnografia que descrevem os mais diversos tipos de habitação, procura evidenciar a função original do habitar. Para o fenomenólogo, faz-se necessário exatamente o

contrário, é preciso superar a descrição, seja ela objetiva ou subjetiva, ou melhor, que ela relate fatos ou impressões.

Assim, perante tais características, esforça-se para compreender o “germe da felicidade”, no que concerne à concha inicial – ninho. Tal qual, “visam determinar o valor humano dos espaços de posse, espaços proibidos a forças adversas, espaços amados. Por razões muitas vezes bem diversas e com as diferenças que comportam os vários matizes poéticos, são espaços louvados” (BACHELARD, 1993, p.196).

Estas orientações referem-se aos espaços de intimidades, que caracterizam por uma atração, uma valorização pessoal. Espaços que aproximam, aconchegam e marcam com profundidade. São imagens simples em que, o autor, refere-se a “espaço feliz”. Logo, trata-se de desenhos vividos pelo nosso modo de existir e de ser. Levando-se em consideração tais aspectos, Bachelard sinaliza enquanto referência o que denomina como “instrumento de análise da alma humana”, isto é, nosso inconsciente, nossas lembranças e também nossos esquecimentos, encontram-se, por assim dizer, “alojados”. Tal como concha, ninho e sobretudo, casa. Pois, a essa fenomenologia é referida como “topofilia”, que visa determinar o valor humano dos espaços íntimos, amados que desencadeiam sentimentos e lembranças. “Nossa alma é uma morada” (p.197).

Podemos perceber que, uma fenomenologia do imaginário não trata de fazer descrição da casa e das coisas que o habitam, mas de compreender o sentimento que envolve o habitante que povoa esse espaço. Assim, o espaço habitado e o espaço daquele que o habitou têm muito a dizer. A noção de “produção de espaço” era ainda incomum na época em que Henri Lefebvre (2008) desenvolveu sua teoria. A fenomenologia está mais ligada à subjetividade. É interessante que Lefebvre (um marxista que trabalha com o método materialismo dialético) traga a fenomenologia para pensar o espaço. Ele vê no espaço aquilo que é concebido (o material, o instituído), o vivido (o fenomenológico) e o percebido (a tensão entre as duas coisas anteriores).

Lefebvre propõe uma teoria que entende o espaço como fundamentalmente atado à realidade social, do que geralmente se conclui que o espaço “em si mesmo” jamais pode servir como um ponto de partida epistemológico. Nas palavras dele, o espaço não existe em si mesmo, ele é produzido. Ou seja, eles são entendidos como aspectos integrais da prática social, assim são resultado e pré-condição da produção da sociedade. Veja:

Como o espaço (social) é produzido? A chave para a teoria de Lefebvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. Lefebvre também os chama de

formantes ou momentos da produção do espaço. Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação” (SCHMID, 2012, p.03).

Desta forma, a noção de produção de espaço, rompe com a concepção generalizada do espaço e relaciona-se com o incondicional, com as relações sensíveis entre o homem e a sociedade. Como podemos perceber na citação acima, a produção do espaço se constrói a partir de três dimensões: o espaço percebido (prática espacial), que designa a dimensão material da atividade e interação social, como as redes de interação e comunicação que se erguem na vida cotidiana ou no processo de produção; o espaço concebido (representação do espaço), que dão uma imagem e desta forma também define o espaço, emergem ao nível do discurso, e encerram formas verbalizadas como as descrições, as definições e especialmente teorias científicas do espaço; e o espaço vivido (espaços de representação) é definido como a inversão (terminológica) da “representação do espaço”, não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais, como um poder divino, o logos, o Estado, referindo-se assim a um processo de significação que se une a um símbolo.

Esta noção desenvolvida por Lefebvre, vai de encontro à ideia de que há um espaço concreto e um espaço abstrato, uma abordagem dupla do espaço: fenomenológica e linguística ou semiótica. A teoria da produção de espaço, especialmente, reside sua relevância no fato de que ela associa sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo, assim, a compreensão e a verificação dos processos espaciais em diferentes níveis. Assim, o espaço pode ser visto a partir de perspectivas diferentes, agrupado em três campos diferentes, um primeiro espaço físico, um segundo espaço mental e um terceiro espaço social. O físico está relacionado às leis da natureza; o mental, ao pensamento lógico e o social; ao desenvolvimento das relações sociais. “O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente” (SCHMID, 2012, p.16). Lefebvre, compreende que o espaço é, primordialmente, social.

Todavia, a maneira de Lefebvre em relação à versão fenomenológica não se distancia de Bachelard, pois em vários longos trechos de sua obra encontram-se reflexões que direcionam para esta noção tridimensional de espaço de Lefebvre: o percebido, o concebido e o vivido, referindo-se, respectivamente, a “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”. Essa tríade, denotam ao mesmo tempo,

processos ativos individuais e sociais, não é somente característica da autoprodução do homem, mas da autoprodução da sociedade.

A praça como um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido, ou seja, uma experiência. As três dimensões da produção do espaço supracitadas, precisam ser entendidas de igual valor, de forma a reconhecer que tanto o percebido quanto o concebido e o vivido são, essencialmente, o mesmo espaço adotado em dimensões de análise distintas e dialeticamente indissociáveis. Ou seja, nenhuma dessas pode ser imaginada como a origem absoluta, e ou privilegiada. “O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo” (SCHMID, 2012, p.18).

Tavares (2003), nos convida a refletir sobre a materialização de uma educação cidadã diante das históricas contradições políticas e sociais em curso no país. Para a autora, há um conflito muito grande em efetivar uma educação cidadã em uma sociedade que nos minoriza, nos exclui e nos impede de ser mais. Na sociedade em que vivemos, dispositivos são acionados e relações desiguais são produzidas de forma a fazer o sujeito pensar que seus “direitos” são associados a “deveres”. Uma das ideias empregadas nesta conversação, é a produção da crença de que “o sujeito deve exercer sua cidadania”, como se a cidadania fosse algo fora dele, algo que ele devesse alcançar se, e somente se, cumprir com todos os seus deveres.

A ciência da cidade tem a cidade por objeto. Esta ciência toma emprestado seus métodos, démarches e conceitos às ciências parcelares. [...] porque o objeto, a cidade, enquanto realidade acabada, se decompõem. O conhecimento tem diante de si, a fim de decupá-la e recompô-la a partir de fragmentos, a cidade histórica já modificada. [...] A cidade historicamente formada não vive mais, não é mais aprendida praticamente. Não é mais do que um objeto de consumo cultural para os turistas e para o esteticismo, ávidos de espetáculos e do pitoresco (LEFEBVRE, 2008, p.106).

Tal reflexão me impulsiona a pensar sobre o direito que temos à cidade, os diversos sentidos de nosso papel em seu desenvolvimento e crescimento, a importância de provocar no outro, essa reflexão, esse direito. Esse devir sufocante. Talvez seja preciso passarmos a pensar sobre a responsabilidade que temos no sentido de habitar esse universo, refiro-me à cidade e às pessoas. Nesse caso, ao seu universo, ao meu, do outro. Um todo.

Na compreensão de Lefebvre (2008), a cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus

elementos constituintes, com sua história. “Ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto” (LEFEBVRE, 2008, p.52). Porém, tais transformações da cidade não são os resultados passivos da globalidade social, a cidade depende também das relações de imediatismo, das relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade, mas de acordo com Lefebvre (2008), ela não se reduz mais a organização dessas relações diretas, mas sim, a um meio termo, a um meio caminho entre aquilo que se chama de ordem próxima e ordem distante. A ordem próxima trata das relações dos sujeitos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, as relações desses grupos entre eles. A ordem distante se refere à ordem da sociedade propriamente dita, regida por grandes e poderosas instituições, como a Igreja, Estado, por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Ou seja, a ordem distante se institui nesse nível dotado de poderes, a ordem próxima persuade, tornando evidente através e na imediaticidade. Dessa forma, para Lefebvre (2008, p.52), “a cidade é uma mediação entre as mediações”.

A cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2008, 52).

Como exemplo, a cidade que a idade média ocidental criou, dominada por mercadores e banqueiros, essa cidade foi a obra deles. De acordo com Lefebvre (2008), de modo algum podemos conceber essa cidade criada por mercadores e banqueiros, simplesmente como ocasiões de lucro. Pois esses mercadores e banqueiros agiam a fim de promover a troca, no entanto “a cidade foi para eles bem mais um valor de uso, do que um valor de troca” (p.53). O valor de troca predomina o valor de uso. A cidade tinha um valor de uso, antes do capitalismo e da industrialização. Hoje não são os valores econômicos, outros valores que predominam. Assim, ao mesmo tempo, a riqueza desse poder se inscreve na cidade e aí prescreve uma ordem. Na história, houve uma produção⁷ de cidades, assim como houve uma produção de conhecimentos, de cultura, de obras de artes e de civilizações. Em síntese, nas palavras de Lefebvre há a “coexistência dialética

⁷ Produção, em sentido mais amplo: produção de obras e produção de relações.

desses contrários”, some-se a isto que o valor de uso não predomina sobre o valor de troca, o valor de uso coexiste com o valor de troca.

Para Lefebvre (2008), a cidade foi e continua a ser objeto, mas não à maneira de um objeto manejável, instrumental. Como exemplo, ao comparar a cidade com um livro, uma escrita, não se tem o direito de esquecer seu caráter de mediação. Não podemos separar a cidade nem daquilo que ela contém, nem daquilo que a contém; em Lefebvre (2008, p.54), “a cidade escrita e prescrita, isso quer dizer que ela significa: ela ordena, ela estipula”. Cabe a nós refletir para descobrir.

Em Lefebvre (2008), encontramos importante distinção entre as noções de “obra” e “produto”. A noção de “obra” implica considerarmos a cidade como “agentes” históricos e sociais, que leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou grupos) e seu “produto”. Isso é, tudo aquilo que foi criado antes da industrialização, quando passamos a uma sociedade repleta de produtos, ou seja, não há mais a história do sujeito inscrita naquilo que ele cria. A obra é quando o indivíduo olha para o mundo, olha para si e busca dentro de si, aquilo que ele deseja e assim, cria. Olha para suas necessidades, para suas condições materiais de vida, para sua realidade, para sua família e constrói, inventa o seu alimento, a sua vestimenta, inventa o seu modo de vida, o seu modo de habitar. A cidade é uma obra naquilo em que as pessoas criam.

Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, a realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento (LEFEBVRE, 2008, p. 54).

Implica entender a realidade social em suas formas e relações, principalmente no modo de vida social que discorre na cidade. A praça é uma obra em uma “sociedade burocrática de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 2008, p.47). Ou seja, a praça é uma obra que continua a existir em uma outra temporalidade, onde a obra não existe mais, mas o produto. A praça oferece à população normas de consumo; ela diz onde devemos caminhar, sentar, brincar, conversar em grupo ou não. A praça nos informa como ela tem que ser consumida, mas nesta investigação meu interesse é buscar suas formas de uso.

Quando Lefebvre defende o uso do espaço, ele o entende enquanto obra – resultado da ação humana que acontece enquanto criatividade, autoria e estilo. O uso estaria ligado, portanto, a esta dimensão do espaço enquanto obra e, assim, desprovido das regulações postas pela lógica hegemônica, a qual prescreve o consumo do lugar. Sem

abandonar as preciosas orientações lefebvrianas, neste momento refiro-me ao uso enquanto as “maneiras de fazer”, de que nos fala Certeau (1998), “as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (p.41). Certeau explica que os mecanismos de poder, regulamentação e disciplinamento da sociedade que tentam legitimar e dominar a vida dos sujeitos, podem ser inteligentemente burlados por práticas instituintes. Ou seja, de acordo com o autor, é possível que os praticantes do cotidiano desenvolvam outros sentidos que alterem e manipulem aquilo que está posto, através da multiplicidade de práticas, táticas e estratégias articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano. Portanto, tais sujeitos, consumidores, criam suas formas de uso conforme seus interesses, tornando a vida social espaço de criação dentro de um cotidiano improvisado, sempre possível de ser ressignificado. Nas palavras de Certeau (1998, p.38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”; para tal, Certeau denomina de “artes de fazer”, “astúcias sutis” e “táticas de resistência”, as quais modificam normas e regras produzindo uma reinvenção do espaço e do uso a necessidade de cada um, “cada individualidade é lugar onde atua uma pluralidade (p.38) ”.

Assim, os sujeitos “fabricam” formas de uso, seja nos produtos comprados em supermercados, nas imagens difundidas pela televisão, na leitura de um poema ou em espaços urbanos, planejados, tais como o campo de minha investigação: a praça. É importante ressaltar, “que a questão tratada se refere a modos de opção ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor ou seu veículo” (CERTEAU, 1998, p.38).

Durante uma conversa com uma professora⁸ da Universidade Federal Fluminense, do *campus* Santo Antônio de Pádua, ela relatou uma história válida para contar aqui. No ano de 2012, o edifício do *campus* fora inaugurado e, aos poucos ia se desenvolvendo; quando os bancos do pátio chegaram, eles foram dispostos por todo o pátio, virados uns de costas para os outros. Logo, como pesquisadora⁹ do Cotidiano, esse detalhe lhe saltou aos olhos, nos convidando a refletir sobre, “que lógica é essa, de organizar os bancos uns de costas para os outros? ”. Um pátio frequentado por alunos, professores e funcionários com bancos de costas um para o outro! Diante tal incômodo, propôs que mudassem a organização em que se encontravam os bancos, um de frente para outro, de forma a que

⁸ Contribuição da professora Mitsi Pinheiro de Lacerda, durante conversa informal.

⁹ Optei por utilizar durante toda a pesquisa o gênero feminino, pois essa pesquisa é repleta de mulheres merecedoras de destaque.

as pessoas estabelecessem relações naquele ambiente, favorecendo a linguagem dos olhares, das conversas, dos corpos. Até hoje, os bancos se encontram nessa posição convidativa à conversa e, dificilmente há um banco vazio de conversações. O mesmo detalhe, pode ser visto na Praça “Dona Ermelinda”; há uma parte lateral que dá acesso à praça, que entre uma entrada a outra, encontram-se os bancos de madeira com pés de ferro, um de frente para o outro, e os diferentes grupos se encontram e se organizam nesse ambiente. O curioso é que quando as pessoas utilizam esse espaço, outras pessoas, em geral, evitam atravessá-lo quando esses dois bancos de frente um para outro se encontram ocupados. As pessoas não invadem esse “espaço praticado” (CERTEAU, 1998, p.202), é como se estivessem invadindo a zona de conforto do outro, a conversa, por sua vez, as pessoas dão a volta, fazendo outro caminho.

Por isso escrevo, por acreditar nas pessoas, por acreditar que estas produzem sentidos, que estas tecem o seu próprio sentido através de suas vivências. Parafraseando Larrosa (2002, p.21), as palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras.

E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos. E o modo como agimos em relação a tudo isso (LARROSA, 2002, p.21).

O autor nos chama atenção sobre pensar no homem enquanto palavra, pensar que estamos tecidos de palavras, que o nosso modo de viver é próprio desse ser vivente, que é o homem, que somos nós, que se forma e se doa em palavras. Milhares de coisas passam por nós, assim como o tempo que falávamos anteriormente. Dessa forma, compreendo quando Larrosa (2002), nos chama atenção compartilhando que a experiência tem sido cada vez mais rara. Que a experiência é uma palavra que, em suma, não pode ser transferida, transmitida, recebida, emprestada, repassada. A experiência precisa nos acontecer, nos passar e nos tocar profundamente, como uma ferida. Algo que nos estremece, que nos para, imobiliza a pensar e a refletir sobre aquilo que se passa por nós.

Dentre os diversos motivos pertinentes desta investigação, destaca-se a experiência vivenciada pela pesquisadora, que se caracteriza por um sentimento/pensamento que sempre estivera presente. Tal sentimento, remete ao passado, o qual havia certa aspiração de conhecer o cotidiano de outras cidades, pois a sensação

de satisfação sentida pela pesquisadora por sua cidade natal era tanta que acreditava-se conhecê-la por inteiro; a princípio, acreditava-se que a representatividade da cidade em seu interior estaria mais que esclarecida a seu ingênuo entendimento. Bastou-se, porém, ter a oportunidade de viver fora - em outra cidade que não a nativa, com outros costumes, outras rotinas, para perceber o quanto a cidade natal se fazia presente, se revelava e se reinventava de tantas outras formas. Assim, eis que pensava ter o domínio de toda a estrutura e organização referente à cidade. Entretanto, percebeu o desconhecimento de tantas práticas ainda não vistas, questões que talvez sempre estiveram presentes desde o passado, notadas quando passou a olhar externamente, olhar a cidade de fora dela. Passei a enxergar mais Miracema/RJ quando eu não estava presente, fisicamente, em seu espaço. Supondo que, talvez essa seja uma grande armadilha para muitos habitantes; até onde enxergamos, conhecemos e aprendemos com o local onde nascemos, nos criamos e vivemos. Senti na pele, senti me tocar profundamente, Miracema/RJ passou a significar ainda mais. Algumas melodias ilustravam meus dias, letras que desenhavam os instantes que, experienciava.

Longe de casa
 Há mais de uma semana
 Milhas e milhas distante
 Do meu amor
 [...]. Eu faço meu caminho
 O rádio toca uma canção
 Que me faz lembrar você, eu
 Eu fico louco de emoção
 E já não sei o que vou fazer
 (BARRETO; MESQUITA, 1983)

Como na canção, eu também sonhava. Eu queria compreender o que sentia, eu queria entender o caminho que fazia. Afinal, eu estava exatamente onde queria estar, na “cidade do caos”, que sempre foi meu cais – Rio. Rio, presente do verbo rir. Rio, de Rio de Janeiro. Assim, dividi-me ao meio. E desde então, meu coração passou a pertencer a duas grandes cidades. A grandeza a qual menciono, não se refere a seus espaços geográficos, tampouco, ao seu número de habitantes. Mas, à sagacidade e ao deleitamento que ambas, transcendem-me.

Acerca desses sentimentos, encontro o fabulista Calvino (1972), que extraordinariamente, nos apresenta Kublai Khan e Marco Polo. Juntos, embarcamos para o século XIII, onde Calvino supera-se dos possíveis fatos e ousadamente, cria um delirante diálogo entre Khan e Polo: o famoso “imperador dos tártaros” e o “o maior

viajante de todos os tempos”, respectivamente, vivenciaram momentos grandiosos e imaginativos, perceptíveis diante as narrativas, e sobretudo, perante os diálogos filosóficos que nos magnetiza do início ao fim. A obra de Calvino (1972) é um convite para aqueles que apreciam uma escrita poética. Seu processo criativo se faz evidente em cada linha que não precisam seguir uma ordem cronológica, pode-se ler qualquer página, a qualquer momento sem perder a lógica. Calvino investe em uma escrita em nada canônica, de tal modo, uma escrita que não se prenda tanto a métodos, mas a ideias, sentidos, sentimentos.

Khan, apesar de todo o seu poder, sofre com os limites, já que a ele não lhe é oferecido a oportunidade de conhecer o que lhe pertence. Melancólico e inconformado, “por não poder ver com os próprios olhos toda a extensão dos seus domínios, Kublai Khan faz de Marco Polo o seu telescópio, o instrumento que irá franquear-lhe as maravilhas de seu império” (1972, p.3). Para narrar as inúmeras cidades que conheceu durante suas viagens em missões diplomáticas, Polo, apropria-se de uma sucessão de curtíssimas descrições imaginativas e intrincadas de cinquenta e cinco cidades por onde teria passado, onde curiosamente, cada cidade tem o nome de uma mulher, como por exemplo, Diomira, Isidora e Dorotéia – caracterizadas de modo metafórico, todas organizadas em grupos temáticos, como: “as cidades e a memória”, “as cidades e o céu”, “as cidades e os mortos”; Convém ressaltar, que não se sabe se realmente o “imperador dos tártaros” acredita em tudo que Polo narra delirantemente, mas o grande Khan continua a ouvir firmemente o jovem veneziano. Assim, disponho um trecho entre um diálogo e outro deles. Observe:

Kublai: Não sei quando você encontrou tempo de visitar todos os países que me descreve. A minha impressão é que você nunca saiu deste jardim.

Polo: Todas as coisas que vejo e faço ganham sentido num espaço da mente em que reina a mesma calma que existe aqui, a mesma penumbra, o mesmo silêncio percorrido pelo farfalhar das folhas. No momento que me concentro, sempre me encontro neste jardim, neste mesmo horário [...] (CALVINO, 1972, p.43).

No diálogo referido, podemos observar que Polo impulsionava suas narrativas mesmo diante dos questionamentos de Khan, que perante o fascínio das aventuras que lhe eram compartilhadas, duvidava se realmente essas cidades existiam. Polo, embarcava nas incertezas do imperador e fermentava-se de outras narrativas ainda mais fabulosas. Além disso, destemido advertia “que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles” (CALVINO, 1972, p. 27). Através de suas palavras, Polo foi a peça que permitiu com que Khan fosse capaz de explorar o que

era seu, por meio de seus olhos e de suas descrições minuciosas. Polo conta as histórias das cidades detalhadas com suas próprias experiências, suas ambições e perspectivas. Para mais, realçando ainda suas palavras “quem comanda a narração não é a voz: é o ouvido” (p. 57). Assim, formando-se várias leituras para cada cidade mencionada, é possível não só imaginar tais, mas sobretudo, é possível sentir, uma a uma em suas singularidades.

A cada cidade compartilhada por ele, inevitavelmente, perguntava-me:

- Mas que cidade é esta?

Particularmente, tal indagação, faz com que eu acredite que essa seja talvez uma das mais importantes reflexões que esta leitura me provoca. A cidade deve ser um ponto privilegiado de nossas reflexões. Pensar sobre essas cidades, faz com que eu pense a cidade pela qual se realiza a minha pesquisa. Miracema não seria apenas uma, mas seria várias dessas cidades descritas. Peço licença, ao atrevimento, mas Miracema seria Ermelinda, porque a cidade reflui de suas recordações, de seu passado muitas vezes silenciado, não contado. Calvino (1972, p.7) nos atesta quando diz que “a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, [...] cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”. Cidades sobre cidades, emaranhado de um todo e de singularidades, penso que a cidade não é construída pelas pessoas – pela sociedade em si, mas sim, construída através daquilo que as pessoas criam, realizam e praticam. Contemplando, a partir deste princípio (desconsiderando a industrialização e a transformação desta em mercadoria), a cidade é uma “obra” (LEFEBVRE, 2008).

A relação que estabelecemos com a cidade, atribui um elo primordial entre nós e a sua história, refiro-me à história da cidade e também à história que escrevemos e criamos nela e com ela. A cidade deixa traços memoriais, que me fazem pensar metaforicamente em um palimpsesto¹⁰. Um pergaminho onde se escreve uma história, que depois é raspada para se escrever outra, e outra... Um “manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores”¹¹.

Demasiadamente, uma cidade palimpsesto. Cidade de memórias, latentes nas camadas construídas no tempo, na história e também nas pessoas. Assim como ao palimpsesto, a cidade é uma sobreposição e coexistência dessas camadas e construções,

¹⁰ Palimpsesto, termo que em grego significa raspar novamente.

¹¹ Descrição do dicionário *online*. Disponível em: <http://www.osdicionarios.com/c/significado/palimpsesto>. Acesso em: 12/12/2017.

são histórias sobre histórias, escritas sobre escritas. Junto a isso, há uma lógica urbana/industrial em processo de expansão, onde se percebe um cenário de mudanças climáticas, instabilidade econômica, iniquidade social, diferentes opções políticas e formas distintas de observá-las. A cidade palimpsesto, tem-se as histórias perdidas e raspadas, mas também há possibilidades de outras. Produzem, portanto, “bricolagens”. (CERTEAU, 1988). Oriundo do francês, o termo “bricolagem” significa um trabalho manual feito de improviso e que aproveita materiais diferentes. Certeau (1988), utiliza a noção de bricolagem, para representar a união de vários elementos culturais que resultam em algo novo, ou seja, os sujeitos subvertem uma ordem, usando-as para outras finalidades que não aquelas que lhe são impostas.

Talvez, este possa ser um dos possíveis motivos pelos quais Calvino (1972), referiu-se às cidades como “cidades invisíveis”. São metáforas para se pensar a construção, invisível por sua inexistência – inexistência de não ser algo originalmente, natural, tais como a natureza, as cataratas, as montanhas gigantescas, a lua e o céu. Isto posto, a cidade seria uma produção, uma invenção criada por nós, meros mortais. Portanto, ao mencionar a cidade como produção, refiro-me a ela em seu sentido objetivo, considerando suas formas e suas estruturas, construções como prédios, ruas, indústrias e praças. Logo, ao mencionar a cidade como uma obra, refiro-me a ela em seu sentido subjetivo, que a elabora a partir de suas funcionalidades, de seu uso e vivências por aqueles que a habitam, assim, considerando suas culturas, seus valores e seus hábitos. Ou seja, a forma que consumimos a cidade e seu espaço é diferente da forma que a utilizamos.

De fato, ao descrever estas “cidades invisíveis”, Calvino (1972), na verdade, diz mais sobre nós, do que propriamente de cidades. Ora, certamente estas cidades representam as pessoas que a habitam, como por exemplo Cloé, a mais casta das cidades, um lugar onde “as pessoas que passam pelas ruas não se reconhecem. Quando se veem, imaginam mil coisas a respeito umas das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas” (CALVINO, 1972, p. 24). Ou Irene, a cidade sem dentro, isto é, um lugar onde as pessoas passam sem entrar, “uma cidade distante que muda à medida que se aproxima dela” (CALVINO, 1972, p. 52). À luz dos exemplos citados acima, Polo, ao descrever Cloé e Irene, nos diz mais sobre seus habitantes do que precisamente das cidades. Afinal, não é Cloé a cidade casta, nem Irene a cidade nunca vista de dentro, e sim, as pessoas. Os sujeitos de Cloé é que são castos, assim como os sujeitos de Irene é que são os que não a adentram. O modo como as pessoas vivenciam a cidade é o que a transforma naquilo que ela é, ou seja, ao conhecer uma

cidade e apontarmos uma característica para ela. Na verdade, é um costume referir à cidade como se esta fosse por si só assim. Vejamos: se uma cidade é violenta, a cidade, realmente, deveria se caracterizar assim, ou os sujeitos que habitam esse espaço que praticam atos prioritariamente violentos?

Embora esta seja uma reflexão simplificada, pensar sobre essas relações cidades/pessoas requer um processo de absorção, o qual considero importante, pois podem contribuir para o desenvolvimento de diferentes pensamentos sobre o que é a cidade, sobre suas relações entre seus sujeitos e seus espaços, além de suas organizações cotidianas.

As cidades que Calvino (1972), nos apresenta são cidades que povoamos a cada dia, assim como seus espaços: as ruas, as pontes e as praças. Para quantas pessoas, especificamente, a Praça “Dona Ermelinda” seria invisível? Provavelmente, até para mim, a qual desperta tanta atenção e interesse em querer saber mais sobre a praça, sobre suas relações intrincadas por seus sujeitos; decerto, não seja possível ver tudo e dar conta de toda as suas dimensões sociais e espaciais, considerando que para cada indivíduo a praça é uma, é vista de uma determinada maneira. Desse modo, mesmo que este seja o caminho que venho trilhando nesta pesquisa, não estou imune para que meus olhos não fiquem baços diante de tantas possibilidades e adversidades. Ocasionalmente, alguns haveres permanecerão invisíveis a meus olhos. Reconhecer nossos limites, talvez seja a melhor maneira de lidar com essas invisibilidades.

Posteriormente, mergulhei meus pensamentos nos “porquês”, no desejo de falar sobre a cidade, sobre a importância de observar o que se passa com mais intensidade, de extrair experiências, de pensar as práticas cotidianas que se desenrolam na cidade, pensar a cidade, como cidade educadora. A noção de cidade educadora, consolidou-se no início da década de 1990, durante o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, em Barcelona, na Espanha, onde foi aprovada uma carta de princípios básicos que caracterizam uma cidade que educa. Podemos considerar uma cidade como educadora quando ela exerce mais que seus desempenhos tradicionais: econômicos, sociais e de prestação de serviços, mas quando esta dispõe de uma nova função a qual objetiva a formação para e pela cidadania. “É a cidade, como espaço de cultura, educando a escola e todos que circulam em seus espaços, e a escola, como palco do espetáculo da vida, educando a cidade numa troca de saberes e de competências”. (GADOTTI, 2006, p.134).

Na perspectiva de Freire (1993, p.13), “enquanto educadora, a Cidade é também educanda”. Para Freire (1993), não basta reconhecer que a Cidade é educativa, e sim, que

ela se faz educativa por sua necessidade de educar, de aprender, de ensinar de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época.

A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos (FREIRE, 1993, p.13).

Esta cultura evidencia características de outras gerações, as quais não encontramos arquivadas na memória das cidades, são as manifestações que herdamos vivas de sua cultura e de nossa cultura. A forma com que cuidamos e zelamos por aquilo que é público, as calçadas, os muros das casas, as lixeiras e as praças. “Perfilamos a cidade, e por ela somos perfilados” (FREIRE, 1993, p.14).

Passamos, então, a não ter clareza, o que na verdade temos, são perturbações das propostas de desenvolvimento. Que bagunça o nosso interior! Aprendemos a participar, participando. Essa forma de pensar, remete à importância de exercermos cidadania, além dos espaços escolares, nos espaços sociais. Todos os lugares onde as pessoas transitam, trabalham, encontram-se, tais como, as praças, as igrejas, os clubes, propiciam oportunidades de criação e construção, por meio das interações estabelecidas por esses sujeitos a respeito de seu meio e sua realidade. Isto é, quando conseguimos silenciar a ordem imposta pela urbanidade, e fazer uso desse lugar, e praticar o lugar, é possível propiciar aprendizagem; esse processo nem sempre é direto, e pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas.

3 CIDADE: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Na “praça” estava escrita uma cidade ¹²

Sem mar, peço licença a Drummond, que me inspira com seu verso, um outro. Em minha cidade não há mar, mas há uma praça que me faz amar. Sinto saudades de olhar a praça com os olhos de menina, tudo parecia tão maior, tão gigante. Parece-me que as lembranças que trazemos quando criança são mais fortes, mais fascinantes. O ambiente, o cheiro e as cores. Tudo parece ser mais intenso. Talvez faça mais sentido em nossas vidas.

As palmeiras vistas de baixo para cima: folhas e céu. Sempre foram marcantes, mas nos últimos tempos, compreendia melhor tal marca. Passei um período estudando no Rio de Janeiro; uma vez por semana eu precisava chegar cedo em um local distante, então eu saía bem cedo, ainda de madrugada sozinha pelas ruas, escuras e sempre frias, pois por mais que fizesse os 40 graus popularmente conhecido da cidade¹³, naquele horário o sol ainda não tinha aquecido as ruas. No início do caminho, assim que saía de casa, eu passava por uma comprida rua, sempre seguia pela calçada ao lado direito, do outro lado, há um jardim, que possui uma fileira de palmeiras, de um lado e de outro, assim como na praça de Miracema. Eu me lembro de sempre olhar para aquelas palmeiras como quem fizesse uma oração; aquelas palmeiras se tornaram sinais de força; de alguma forma olhar para elas, assim como olhei a vida inteira as palmeiras da praça da minha cidade, confortava meu coração. Eu sentia minha cidade interiormente, eu sentia minha Miracema. O lugar onde eu me criei, onde eu cresci e onde eu sempre me senti segura. Então, a paisagem ressignificou-se e transformou-se diante meus olhos. Parecia Miracema, mas era “outra” cidade maravilhosa.

Dessa forma, a escolha da praça como campo de pesquisa está aliada a sentimentos que me envolvem emocionalmente. A praça que compõem minhas histórias e vivências que operam valores, ideias e convicções sobre os mais diversos temas a que se têm acesso, construindo-se assim, uma totalidade de conhecimentos espontâneos à vida cotidiana.

¹² Inspirado no trecho original do poema “Mas Viveremos”, de Carlos Drummond de Andrade: “No mar estava escrito uma cidade”.

¹³ Expressão conhecida e representada na Canção que simboliza a cidade que alcança essa temperatura. “Rio 40 graus” é composta por Fernanda Abreu, Fausto *Fawcett e Laufer* e gravada por Abreu no álbum *SLA 2 Be Sample* de 1992.

A praça, a partir do ponto de vista instituído, foi construída segundo um modelo panóptico¹⁴. Mas ela também pode tecer-se em linhas de fuga, transgressão, Topofilias, pedaço, lugar, gramática da viração, etc. Ordenar a cidade, fazer as pessoas fluírem para serem observadas, para seguirem um caminhar, para sentar nos lugares designados, que são os bancos. A praça foi toda construída para ser observada pelo judiciário, pelo legislativo, pelo executivo e pela religião que é o que fica em torno. Um centro onde todos esses poderes instituídos observam. Mas a praça também é o lugar onde o povo fala.

Recordo-me uma ocasião em que precisei ir até a cidade de São João de Meriti – RJ, para uma Reunião de *Job*¹⁵ e a referência que recebi para chegar ao determinado endereço, foi a praça. Sem conhecer a cidade, pedi referências e me disseram que bastaria pegar uma condução em um determinado ponto e descer na Praça Antártica, na Avenida “Presidente Lincoln”. Lá foi eu, deixada para trás por uns três, quatro ônibus circulares, eu perguntava ao motorista: - Esse ônibus passa pela Praça Antártica – Vilar do Teles? Rapidamente os motoristas me respondiam que não conheciam o endereço e me pediam mais referências; como eu não tinha, eles seguiam e me deixavam. Até que finalmente um outro ônibus parou e fiz a mesma pergunta ao motorista que também respondeu que não saberia dizer se a linha passava ou não por tal endereço, uma passageira gritou: - passa sim, ela quer ir à Praça dos Três Poderes. Então o motorista disse: - ah sim, então pode subir que passa. Chamou-me atenção a Praça não ser reconhecida pelo nome oficial, por supostos moradores da Cidade e sim ser conhecida por um antigo nome.

Diante esta narrativa, é possível apreender que na cidade, o espaço e sua forma de organização são vivenciados e percebidos de maneiras diferentes, cada indivíduo vivencia o seu cotidiano de forma inerente. Assim, sujeitos e grupos sociais que vivem e habitam a cidade e seus espaços, como ruas e praças, compõem a “geografia da cidade”, denominada “geografia do cotidiano”, exatamente pelo modo específico que cada um vive, pelo uso habitual, de ser, de representar e de fazer.

Enquanto o instituído está arquitetando, o instituinte vem e se coloca; o instituído está dado, está ali; o instituinte vem e o transforma. O instituído é o poder maior, a instituição, as normas, as leis e a burocracia e o instituinte é o que é tecido através das emoções, das relações uns com outros. Com raras ocorrências na realidade, mas sempre presente nas utopias, sabemos que o povo, quando se mobiliza, é capaz de mudar as leis vigentes, ou seja, mudar a sociedade, o mundo.

¹⁴ Panóptico vem de Panoptismo. (Pan=tudo; óptico=ver).

¹⁵ *Job*, vem do inglês e significa trabalho.

Marilena Chauí (2003), em sua obra, designa a expressão do discurso competente, “que é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”. De modo que, podemos considerar, com aquilo que nos é “dado” – o discurso instituído, submetido a norma cuja linguagem sofre uma restrição. Nas palavras da autora: “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (p.7). Ou seja, é um discurso onde aquele que fala, já foi previamente reconhecido e autorizado de acordo com os cânones da esfera de sua própria competência. Dessa forma, Chauí, convida a refletir o que essa repartição e demarcação do discurso significam, que determina quem, onde e quando, tem o direito de falar e ouvir, naturalizando assim, as relações de poder construídas historicamente.

Para Chauí (2003), as ideias estão sempre “fora do lugar”, quando se refere à definição de ideologia, no sentido de uma circunscrição do espaço social e político de uma sociedade determinada. Diante uma sociedade que cultua aquilo que é científico como única forma de saber, o conhecimento científico tido como único, válido e verdadeiro determina, assim, aqueles que por sua vez estão autorizados a falar e ouvir. Segundo Chauí (2003) nas palavras de Lefort (1977), “o homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu” (p.12). Isto é, o discurso competente não se trata de uma submissão qualquer, mas de algo ainda mais profundo, a interiorização de suas regras. Pois aqueles que não o fizerem, correm risco de ver a si mesmo, como incompetentes, anormal, melhor dizer, a negação de um saber – o não-saber.

Sob esse prisma, torna-se possível dizer que na ideologia as ideias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente. Com efeito, afirmar que nela as ideias estão fora do tempo é perceber a diferença entre o histórico ou instituinte e o institucional ou instituído. A ideologia teme tudo quanto possa ser instituinte ou fundador, e só pode incorporá-lo quando perdeu a força inaugural e tornou-se algo já instituído. Por essa via podemos perceber a diferença entre ideologia e saber, na medida em que, neste, as ideias são produto de um trabalho, enquanto naquela as ideias assumem a forma de conhecimentos, isto é, de ideias instituídas (CHAUÍ, 2003, p.5).

Portanto, a diferença entre ideologia e saber é que, neste, as ideias são produtos de um trabalho, enquanto naquela, as ideias assumem a forma de conhecimentos, ou seja, de ideias instituídas. Em conformidade com as palavras de Chauí (2002, p.13), a ciência da competência se tornou bem-vinda, pois o saber é perigoso apenas quando é instituinte, negador e histórico. O conhecimento, a competência instituída e institucional, não é um

risco, pois é a arma para um fantástico projeto de dominação e de intimidação social e política.

O poeta baiano, Antônio de Castro Alves, proclamava em seus poemas libertários sobre a escravidão. Em meados do século XIX, Castro Alves fez parte de uma geração¹⁶ que pretendia modernizar a sociedade brasileira, com sua poesia inspirada com palavras de luta, de força, engajado com as causas sociais, em prol do abolicionismo, do povo, da democracia. A praça é uma invenção da democracia.

Viva Castro Alves (1864):

[...]
A praça! A praça é do povo
Como o céu é do condor
É o antro onde a liberdade
Cria águias em seu calor!

Senhor! Pois quereis a praça?
Desgraçada a população
Só tem a rua seu...
Ninguém vos rouba os castelos

Tendes palácios tão belos...
Deixai a terra ao Anteu.

[...]
No entanto em sombras tremendas
Descansa extinta a nação
Fria e trefa como o morto.
E vós, que sentis-lhe o pulso
Apenas tremer convulso
Nas extremas contorções...
Não deixais que o filho louco
Grite "oh! Mãe, descansa um pouco
Sobre os nossos corações"
[...]¹⁷

Já se passaram muitos anos desde que Castro Alves manifestou-se contra a repressão policial em um comício e a prisão de um grande jornalista amigo, o paraibano Antônio Borges da Fonseca. Castro Alves tinha apenas 17 anos e era estudante na Faculdade de Direito em Recife, quando, em praça pública, declamou em improviso este poema – “O povo ao poder”.

¹⁶ Condoreirismo, corrente que pertenceu ao Romantismo Brasileiro.

¹⁷ Estrofe do Poema “O Povo ao Poder” de Castro Alves. Disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/memorias/memorias_amor_povo.html. Acesso em: 07/11/2016.

Retratando a força de uma população unida, dando voz ao povo sobre o sentimento de busca da liberdade, sobre o pertencimento que o povo tem com a praça, “a praça é do povo, como o céu é do condor”. Buscava-se liberdade de expressão, de direitos civis, uma vida social melhor, para o povo que era desprezado e calado. Castro Alves representa a luta pela modificação da consciência social dominante. O Brasil, ainda continua na luta reivindicando o poder para o povo. Viva Castro Alves.

O presente estudo tomou como referência o uso de três orientações: a Etnografia, a Pesquisa Documental e a História Oral.

Como metodologia de pesquisa, a Etnografia visa produzir dados de conhecimento antropológico a partir de uma interrelação entre o pesquisador e o objeto de pesquisa, partindo das técnicas de pesquisa da observação direta e interpretação do olhar, do ouvir, e do sentir, para então conhecer e produzir conhecimento.

A seguir, esclareceremos algumas ideias que envolvem a pesquisa Etnográfica. Em Geertz (2008):

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (p.7).

A etnografia estuda a cultura de um povo, na qual um de seus principais aspectos está na interação com o outro, pois para estudar uma outra cultura que não seja a nossa, a cultura nativa, é apropriado vivenciar cotidianamente a rotina e os costumes do outro. É importante ressaltar que o conceito de cultura empregado, não se trata de uma definição geralmente utilizada pelo senso comum, que classifica cultura com aquilo que é considerado culto ou não. Mas como Geertz (2008) defende, essencialmente semiótico.

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2008, p.10).

O autor assume, a cultura, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. Isto é, cultura como algo que deve ser percebido e não como algo que deve ser definido. Cultura é tudo aquilo que, publicamente, é transmitido e recebido, portanto, compartilhado na sociedade, compartilhado no espaço público. Como aponta Geertz (2008), a cultura é pública porque o significado o é.

O método etnográfico é um método específico da pesquisa antropológica, porém este estudo fará uso apenas de alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica como: a observação, o registro em caderno da praça, a descrição densa e a produção de imagens, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social que não a teoria antropológica. O campo de pesquisa será a Praça “Dona Ermelinda”, localizada no centro da cidade de Miracema/RJ. A descrição etnográfica, para Geertz (2008) é interpretativa e microscópica. Exemplificando: não se trata de estudar a praça, mas estudar na praça. Minha investigação trata-se de algo que se movimenta, algo que não está fixo, que dependerá do acaso para acontecer, para realizar-se, conforme o andamento da pesquisa e da investigação. Trata-se de algo que ressignifica.

A pesquisa de campo etnográfico consiste em estudarmos o Outro, como uma Alteridade, mas justamente para conhecer o Outro. A observação é então esta aprendizagem de olhar o Outro para conhecê-lo, e ao fazermos isto, também buscamos nos conhecer melhor. Esta busca de conhecimento é sempre orientada por questões conceituais aprendidas no estudo das teorias sociais (ROCHA e ECKERT, 2008, p.3).

Assim, uma investigação que consiste em nos aproximarmos do outro para conhecermos aquilo que nos inquieta, como uma espécie de estranhamento, de tentar entender aquilo que está ali, mas que de algum modo, nós não percebemos, nós não vimos. Porém sentimos. Sentimos a existência de algo que necessita ser interpretado, entendido, significado. Então, entra a beleza da observação.

[...], a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. É se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais e históricos. As primeiras inserções no universo de pesquisa conhecidas como “saídas exploratórias”, são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo que acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social é construída (ROCHA e ECKERT, 2008, p.2).

Esta característica da observação, exemplifica a interação com as pessoas, a inserção densa da pesquisadora, a aproximação que a pesquisadora carece em realizar com as pessoas, com os grupos ou com o campo de pesquisa a ser estudado, a ser observado. Por isso, é tão importante aflorar na pesquisadora esses sentidos antes de sua observação com o objeto a ser pesquisado, para que este, não caia nas “armadilhas de explicar aquilo que observamos pelo senso comum” (BACHELARD, 1996 apud ROCHA; ECKERT, 2008, p.4). Isto é, pensar além das práticas institucionais, dos

discursos legitimados, daqueles que possuem poder; estar atento aos detalhes, aos gestos, ao que Lacerda (2010) considera como a “privacidade da miniatura”, que se caracteriza pelo sentido daquilo que é desconhecido, daquilo que permanece no anonimato.

É preciso mergulhar na privacidade da miniatura para conhecer [...], aproximar do quase insignificante, daquilo que se repete... um mergulho dentro do que é pequeno sem o medo de rompê-lo, até mesmo porque não irá se romper, pois não somos tão grandes quanto supomos (LACERDA, 2010, p.10).

Portanto, uma pesquisa de cunho etnográfico, é tão imprevisível. Pois, embora a pesquisadora acredite naquilo que ela observa, naquilo que a inquieta, ao mesmo tempo, é preciso estar atenta, em uma “vigilância epistemológica” que vasculhe permanentemente as noções, as suposições e o imediatismo, pois a pesquisadora não sabe como e quando aquilo que ele investiga irá se mostrar.

De acordo com Geertz (2008), praticar a etnografia está além de seus procedimentos metodológicos, ou seja, não se limita a esses procedimentos, mas na elaboração de uma “descrição densa”, noção utilizada por Geertz (2008, p.4) emprestada de Gilbert Ryle. Sob tal enfoque, a “descrição densa” está nos detalhes, nas singularidades ou nas minúcias que captamos através de quatro características da descrição etnográfica descritas por Geertz (2008, p. 15): “1) ela é interpretativa; 2) o que ela interpreta é o fluxo do discurso social; 3) a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis; 4) ela é microscópica”. A propósito destas afirmações, o pesquisador busca captar em sua investigação as mais diversas particularidades, atento aos pequenos fatos e situações que cercam sua vida cotidianamente.

[...] através da compreensão de que as ações sociais são comentários a respeito de mais do que elas mesmas; de que, de onde vem uma interpretação não determina para onde ela poderá ser impelida a ir. Fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas, [...], por que eles são levados a isso (GEERTZ, 2008, p.17).

Ou seja, não são os fatos em si, mas as interpretações destes, o entrelaçamento que permite compreender a cultura do outro, as ações e as construções sociais. Trata-se de pesquisar dentro, razão pela qual o interior me fascina. Nesse sentido, o interior que atravessa interiormente meu íntimo. Além de estar perto, é estar junto. Estar dentro fisicamente, mentalmente e por que não, emocionalmente. Ser compreendido em suas interpretações, seus significados/significações e não, necessariamente, para as leis.

É oportuno lembrar que a experiência compartilhada por Geertz (2008), descrevendo e analisando os sentidos e significados da briga de galos, a partir da pesquisa etnográfica, onde observou-se como uma Aldeia Balinesa tem sua cultura vinculada a esta prática, a qual era proibida por lei. Em abril de 1958, Geertz e sua esposa¹⁸ chegam a uma Aldeia Balinesa, atacada pela malária, assim, estavam todos muito abalados. Nessa aldeia, o casal pretendia atuar como antropólogos, uma aldeia pequena com cerca de quinhentos habitantes. Estrangeiros – eram vistos pelos Aldeões como invasores e não como profissionais. De acordo com o autor, esse comportamento era comum em Bali, as pessoas que não faziam parte de suas vidas eram tratadas como não-pessoas, ninguém os cumprimentava. Os dias foram passando, e eles não conseguiam nenhum tipo de aproximação, arriscaram abordar algumas pessoas que se afastavam e permaneciam em total silêncio. Cerca de uns dez dias depois, souberam que estava sendo organizada uma briga de galos, a não ser em ocasiões bem especiais, como dito anteriormente, a briga de galos em Bali era proibida por Lei, porém aconteciam em cantos isolados, quase que em segredo.

Não obstante isso, dessa vez os habitantes se organizavam para um grande evento – a briga de galos na praça central da Aldeia. Os aldeões acharam que poderiam ocupar a praça envolvendo quase todos os moradores sem chamar a atenção da Lei, com a intenção de arrecadar dinheiro para uma nova escola, a qual o governo não tinha condições de dar-lhes, ou devido às incursões policiais que haviam diminuído, pois segundo Geertz (2008), através de discussões subsequentes deduziu-se que o necessário suborno havia sido pago.

Geertz, então, observou (a princípio, por acaso) como uma aldeia balinesa tem sua cultura vinculada à briga de galos. De certa maneira, os galos simbolizavam os próprios habitantes, que ao identificar-se com seus galos, caracterizavam sua força: “grande parte de Bali se revela numa rinha de galos. É apenas na aparência que os galos brigam ali — na verdade, são os homens que se defrontam” (GEERTZ, 2008, p.188).

Durante a pesquisa, o autor vivencia, juntamente com sua esposa, a grande dificuldade de aproximação com os balineses, que por sua vez, ignoravam-nos. Sentiam-se como fantasmas, invisíveis. Havia uma grande distância entre eles, e foi exatamente nesta ocasião festiva, na briga de galos, que “todo aspecto de sua relação muda drasticamente, na maioria dos casos, para uma relação gentil, quase afetuosa – uma cordialidade branda, muito brincalhona, afetada e confusa” (GEERTZ, 2008, p.186).

¹⁸ A utilização do termo esposa se faz presente no texto, porque o autor (Geertz,2008) em seu referencial assim o faz; não menciona o nome da mesma.

Conforme previsto, a briga de galos acontecia em plena praça com centenas de pessoas em volta, entusiastas, inclusive Geertz e sua esposa, ainda invisíveis, quando no meio da terceira rinha, algo inusitado aconteceu: a chegada da polícia! Entre gritos estridentes de “polícia! polícia!”, como *gangsters*¹⁹ num filme, os policiais invadiram bem o meio de onde acontecia a rinha apontando suas armas para a multidão, que rapidamente, desmanchou-se, espalhando-se por diversas direções. Ao perceber todos correndo, sem entender o que estava acontecendo e sem saber o que fazer, Geertz e sua esposa, também correram. Correram com os balineses, sentiram na pele o que toda aquela confusão causava; correndo sem direção, encontraram outro fugitivo que inesperadamente entrou em um galpão, ao qual mais tarde souberam que era do próprio, perdidos e sem direção, seguiram-no. Quando os três chegaram ao pátio, a mulher do fugitivo que, com certeza, já estava sabendo dos devidos acontecimentos, montou uma mesinha com toalha, cadeiras e chás, e sem qualquer comunicação explícita entre eles, sentaram-se, como se já estivessem horas ali, se servindo e aparentemente, se deliciando com o chá. Mesmo assim, não escaparam da polícia, que ao entrar no pátio, logo questionaram: “que diabos estávamos fazendo ali” (GEERTZ, 2008, p.187). Sem cor e sem palavras, prontamente, foram defendidos por seu hospedeiro, que os descreveram com detalhes e de forma correta. Nas palavras do autor, descreveram-nos de forma apaixonada sobre “quem” e sobre o “que” eram:

Nós tínhamos todo o direito de estar ali, disse ele, [...]. Éramos professores norte-americanos, o governo nos havia dado permissão, estávamos ali para estudar a cultura, íamos escrever um livro para contar aos norte-americanos sobre Bali. Estivéramos lá a tarde toda, bebendo chá e conversando sobre assuntos culturais, e nada sabíamos sobre brigas de galos (GEERTZ, 2008, p.187).

Assim, bastaram essas palavras acima, para que os policiais se retirassem arrasados e da forma mais inesperada possível, Geertz e sua esposa deixaram de ser e de sentir invisíveis. Na manhã seguinte, a aldeia era outra para eles, e eles eram outros para a Aldeia. Tornaram-se o centro das atenções, das imitações e das indagações. Tiveram que contar a estória milhares e milhares de vezes, e de forma gentil, contaram. Definitivamente, foram aceitos. Considerados como um deles, pois se eles nem dali eram, nem sabiam o que estava acontecendo, por qual motivo eles também correriam?

De acordo com Geertz (2008):

¹⁹ É um termo usado para definir um membro de uma quadrilha ou de uma organização criminosa semelhante à máfia.

Deu-me a oportunidade de aprender, de imediato, um aspecto introspectivo da "mentalidade camponesa", que os antropólogos que não tiveram a sorte de fugir como eu, juntamente com o objeto de suas pesquisas, das autoridades armadas, normalmente não conseguem. *E*, o que é mais importante, pois todas as outras coisas poderiam ter chegado a meu conhecimento de outra maneira, isso colocou-me em contato direto com uma combinação de explosão emocional, situação de guerra e drama filosófico de grande significação para a sociedade cuja natureza interna eu desejava entender (p.188).

Os habitantes entenderam que, a partir do momento que eles correram, eles compartilhavam a estrutura e organização daquele povo. Assim, foram reconhecidos e aceitos, em uma sociedade avessa à presença de estrangeiros. Mais do que qualquer outra ocasião, toda aldeia se abriu para eles, satisfeitos e surpresos, por eles não optarem por apresentar seus papéis, e sim, por correrem, preferindo demonstrar solidariedade, mesmo que essa não tenha sido realmente a intenção dos dois. A esse respeito:

Constituímos nossas subjetividades nas relações que estabelecemos com os outros, nos contextos que habitamos, e também esses contextos sociais definem a identidade e a diferença, ou, melhor dizendo, a identidade é fabricada por meio da marcação da diferença (CALLAI, 2016, p.108).

Diante tal característica, sobre a descrição da briga de galos em Bali, desejo fazer o mesmo com minha pesquisa, acreditando, que de forma inesperada, assim como Geertz e sua esposa vivenciaram a pesquisa na Aldeia, vivenciarei na praça.

A extensa menção ao trabalho desenvolvido por Geertz se justifica por se tratar de um convite ao leitor a se aproximar da complexidade da análise presente na descrição densa. A leitura de Geertz é bastante formativa no sentido de nos ajudar a compreender como o pesquisador cria uma leitura muito particular e ao mesmo tempo social de práticas que poderiam ser consideradas meros movimentos cotidianos. Desde a observação de um evento aleatório – a briga de galos – Geertz empreende um mergulho profundo até se fazer autor das redes de relações presentes em determinada sociedade. Seu trabalho em muito influencia o meu, pois me ajuda a pensar no quão insuficiente são a descrição e análise de dados, quando desprovidas do esforço intelectual do pesquisador. Com isso desejo que minha trajetória investigativa seja afetada pelo trabalho de Geertz, com a esperança e a crença de que também serei presenteada com eventos inesperados importantíssimos ao ato criativo. A sensibilidade de Geertz me motiva a estar atenta as possibilidades que podem surgir em uma pesquisa.

Em outras palavras, refiro-me ao que Lacerda (2015) nos revela como “algo” que irrompe e nos atravessa: a surpresa. Ou seja, aquilo que surge no caminho que traçamos, que não planejamos, mas que de repente, ao acaso, surge em nossos caminhos. Nas palavras de Lacerda (2015, p. 6), pesquisar e atuar pedagogicamente em cotidiano é desconfiar continuamente do que se sabe, carregando consigo apenas a certeza de que algo está acontecendo ali. A pesquisa é marcada pela imprevisibilidade, pelo inesperado.

É importante considerar que não se trata de uma ação planejada por alguém e direcionada ao outro, mas de uma emoção que se constitui em nosso encontro inesperado com aquilo que ainda não havíamos percebido e que, silenciosamente, grita: compreenda-me. Embora também ocorra de forma inusitada interrompendo algo em nós, trata-se de uma surpresa que convida a produzir, fazendo com que a breve interrupção se inscreva como continuidade (LACERDA, 2015, p. 9).

Assim, somos tomados por outros sentimentos que nos movem na pesquisa; a surpresa, remete a disponibilidade e à abertura do sujeito com o que lhe acontece, interfere em nossas temporalidades e espacialidades, trata-se de pensar sobre o que pode surgir, ou não e nos tocar, ou não. Nós não esperamos uma surpresa, ela acontece e nos provoca diferentes percepções. “A surpresa ocorre em meio ao acaso e se mostra ao sujeito, mas é esse sujeito, e somente ele, quem a toma, segundo sua intencionalidade” (LACERDA, 2015, p.10).

Conforme dito anteriormente, este estudo foi desenvolvido em um espaço público, a Praça “Dona Ermelinda”, localizada na cidade de Miracema/RJ. Embora o campo de investigação tenha sido escolhido assim que esta pesquisa se iniciava, sinto na pele um arrepio, uma vibração, como se no fundo, eu sentisse que, de certa forma, tenha sido a praça, que tenha escolhido a todos os que de alguma forma fazem parte desta pesquisa. Cabe ressaltar, que esta investigação é resultado de minhas reflexões, minhas práticas e leituras teóricas, uma vez que, assumir que há algo que precisa ser compreendido em um meio dinâmico de contínua construção e desconstrução de ideias é um desafio que leva a investigar epistemologicamente algo que não é linear, e sim complexo e contraditório.

Assim, além da observação direta, foi realizado nesta pesquisa, o registro do caderno da praça, com a intenção de anotar aquilo que for visto, aquilo que acontecer e o que porventura, for escutado. Segundo Rocha e Eckert (2008, p.7) “este lugar não é neutro de sentidos. Cada acontecimento está vinculado ao contexto social em que a ação humana é desenvolvida”. Escrever sobre um outro, seja alguém ou um lugar, requer refletir sobre aquilo que narramos, que descobrimos e que interpretamos.

Na oportunidade, também foi realizada a descrição densa dos fatos observáveis, que é formada por teias de significados tecidos pelo homem, cujo objeto é passível de ser interpretado, buscando os significados contidos em particularidades e miudezas e, não apenas descrevendo-os.

Por seguinte, foi desenvolvida nesta investigação, a produção de imagens. Inicialmente, realizei em acervos particulares a coleta por antigas imagens da praça. Mas, também foi realizada a captura de imagens durante o período de investigação. A fotografia é reconhecida como um trabalho artístico, por isto, está protegida pela Lei de Direitos Autorais, nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998²⁰. Dessa forma, assim como os fotógrafos têm seus direitos preservados, aquilo que é fotografado também tem, o direito à imagem e à privacidade. Por esta razão, a Lei não me permite fotografar e expor algo que esteja em ambiente privado, porém em ambiente público, na legislação brasileira compreende a liberdade de fotografar desde que haja acordo tácito entre o fotógrafo e o fotografado. Em suma, Bourdieu e Bourdieu (2006), entendem que a fotografia é um verdadeiro sociograma²¹, ou seja, são usadas para explicar a estrutura de uma organização, seja esta grande ou pequena.

Em Lacerda (2010, p.728), encontrei uma citação de Bourdieu e Bourdieu (2006), que respalda “que o registro fotográfico de um evento público conta com a concordância tácita dos fotografados”.

Fotografar grandes cerimônias é possível porque – e apenas porque – essas imagens captam comportamentos que são socialmente aceitos e socialmente regulados, ou seja, já solenizados. Nada além do que deve ser fotografado pode ser fotografado. A cerimônia pode ser fotografada porque está situada fora daquilo que é a rotina diária, e deve ser fotografada porque materializa a imagem que o grupo, *qua* grupo, pretende apresentar de si próprio. O que é fotografado, e apreendido pelo leitor da fotografia, não são propriamente sujeitos na sua particularidade singular, mas sim papéis sociais.

Nas palavras de Benjamin (1987), “a natureza que fala à câmara não é a mesma que fala ao olhar” (p.94), mas outra, pois a câmara substitui um espaço que é lapidado conscientemente por homens e mulheres, por um espaço que ele percorre inconscientemente, que são os detalhes. A fotografia revela a nossos olhos

²⁰ Lei de Direitos Autorais, nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 26/07/2016.

²¹ Um sociograma é uma técnica que, através da observação e da contextualização, apresenta sob a forma de um gráfico as várias relações entre os sujeitos que formam um grupo. Disponível em: <http://conceito.de/sociograma> Acesso em: 26/07/2016.

particularidades que supostamente não vemos, seja pela velocidade que acontecem, pormenores traços, gestos e ações que advêm minuciosamente, mas que podem ser notados devido a recursos auxiliares da fotografia, a câmara lenta e a ampliação, embora o mecanismo técnico que a câmara propicia seja fascinante, por todos os seus recursos e processos, concordo com Barthes quando afirma que “como *spectator*²², eu só me interessava pela Fotografia por ‘sentimento’; eu queria aprofundá-la, não como uma questão (um tema), mas como uma ferida: vejo, sinto, portanto noto, olho e penso” (1984, p.39).

Depois de Larrosa (2002), a experiência nunca mais foi a mesma para mim. Depois de Barthes (1984), a fotografia nunca mais foi a mesma para mim, também. A experiência é única para cada um. E a fotografia também. As imagens podem passar por nós, e não nos causar nada, não nos atravessar, não nos impactar. Elas podem ser tão raras quanto a experiência que Larrosa inspira. É exatamente isso que Barthes revela, uma atração: “Tal foto me advém, tal outra não” (p.36). Assim, Barthes distingue na fotografia dois elementos estruturais: o *Studium*²³ e o *Punctum*²⁴. Em outras palavras, o *Studium* seria um “afeto médio”, quando a fotografia desperta um interesse geral, aquilo que agrada a nossos olhos, aquilo que nos é belo.

Reconhecer o *Studium* é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprová-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o *Studium*) é um contrato feito entre os criadores e os consumidores (BARTHES, 1984, p.48).

O *Studium* seria o objetivo e o segundo elemento o *Punctum* seria o subjetivo. De acordo com o autor, o *Punctum* é algo que nos salta aos olhos, que nos atravessa feito uma flecha, uma picada. O *Punctum* de uma fotografia nos apunhala.

[...] às vezes (mas, infelizmente, com raridade) um “detalhe” me atrai. Sinto que basta sua presença para mudar minha leitura, que se trata de uma nova foto que eu olho, marcada a meus olhos por um valor superior. Esse “detalhe” é o *Punctum* (o que me punge) (BARTHES, 1984, p. 68).

O *Studium* seria o que se passa, o que acontece e o que toca. O *Punctum* seria o que nos passa, o que nos acontece e o que nos toca. Mais uma vez a sensibilidade das

²² *Spectator*, considerado por Barthes como um dos três objetos da prática da fotografia, para o autor *spectator* somos todos nós, aquele que observa uma fotografia.

²³ *Studium* – palavra de origem latina cujo significado imediato quer dizer estudo, gosto por alguém.

²⁴ *Punctum* – palavra de origem latina cujo significado quer dizer picada, marca.

palavras de Larrosa entrelaçam com as palavras reflexivas de Barthes. Ambos, com sabedoria e poesia nos ensinam a compreender a vida com mais amor e emoção.

Em virtude do que foi mencionado, a prática da pesquisa etnográfica implica um conjunto de procedimentos que foram realizados no decorrer da investigação. A pesquisa aconteceu na Praça “Dona Ermelinda”, na cidade pequena onde nasci, me criei e ainda vivo: Miracema. Foram realizadas quatro etapas concomitantes:

- (i) Observação direta, com o compromisso de compreender, explorar e vivenciar. Observar o que se passa, enquanto se passa, refletindo sobre práticas educativas não-escolares que acontecem nesse espaço;
- (ii) Realização do registro de caderno da praça, como recurso de anotações, que permite o detalhamento das informações, dos comentários, das notas e apontamentos acerca das observações praticadas como uma ferramenta para uso individual;
- (iii) Produção de imagens, reconhecendo a imagem como uma forma de linguagem, para evocar conhecimento e memórias
- (iv) Coleta de imagens, referentes a acervos particulares, compreendendo que a imagem possui uma biografia, ou seja, que ela contém histórias e contextos passados.

Durante a realização desta investigação, as imagens produzidas e coletadas serão digitalizadas e organizadas em pastas, oferecendo um registro do que se passa nesse *espaçotempo*: a praça. Dessa forma, as imagens selecionadas nesta investigação serão inspiradas na noção de *Punctum* de Barthes (1984), isto é, as imagens que remetem uma marca, um significado. As observações serão registradas esporadicamente, de acordo com a rotina composta na praça. Os registros em caderno da praça serão calmamente analisados com o intuito de revelar as preciosidades que está prática proporciona. Logo, esses procedimentos serão desenvolvidos no capítulo III, baseado nas orientações da pesquisa etnográfica, possibilitando a compreensão dos seus significados através dos seus enfoques. Por conseguinte, esse material será disponibilizado no Centro Cultural “Melchíades Cardoso” – CCMC de Miracema/RJ, com o propósito de compartilhar com a população. Assim, possibilitar o acesso e contribuir com as informações obtidas nesta.

É importante salientar que a intencionalidade desta pesquisa, caracteriza-se em olhar para a realidade e procurar ver aquilo que não é dito, aquilo que é receptível; posteriormente, transformar isso em escrita, escrever uma escrita densa, tornando esse estudo relevante para os/as moradores da cidade e usuários da praça.

O presente estudo recorreu à Pesquisa Documental e à História Oral, para acessar a memória e contribuir com a construção do capítulo referente à história da praça.

A seguir, esclareceremos algumas ideias que envolvem a Pesquisa Documental. Em Gil (2002):

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (p.45).

O desenvolvimento da pesquisa documental, geralmente utiliza-se de documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos e outros. Incluindo-se vários outros documentos, como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins. (GIL, 2002).

De acordo com o autor, a pesquisa documental apresenta vários tipos de vantagens, entre as principais três delas são destacadas por Gil (2002): (i) os documentos utilizados constituem fonte rica e estável de dados; (ii) o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas; (iii) não exige contato com os sujeitos da pesquisa. Além, aponta para duas principais limitações: à não-representatividade e à subjetividade dos documentos. Porém, de acordo com o autor, a pesquisadora que se propõe a tal pesquisa, tem condições para, ao menos em parte, contornar essas dificuldades e, assim, realizar uma pesquisa satisfatória.

A Pesquisa Documental, é uma técnica de pesquisa de documentação indireta – ou de fontes primárias – e torna-se indispensável sendo esta utilizada como uma técnica para as ciências sociais e humanas, porque a maior parte das fontes escritas, ou não, são quase sempre a base do trabalho de investigação, e requer a utilização de documentos, conforme foram apresentados.

Por conseguinte, esclareceremos algumas ideias que envolvem a História Oral. Em Portelli (1997):

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturais sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar

de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição impossível sem ele (p.15).

A História Oral é salientada através da essencialidade do indivíduo em respeito a versões do passado, isto é, à memória. De acordo com Portelli (1997, p.15), “ainda que está seja moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais”. Nesse sentido, é importante destacar que neste método, o respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo, é, desse modo, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral.

Nas palavras de Portelli (2002, p.17), “cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados”. Assim, devemos embasar a nossa arte de ouvir na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. A História Oral não se trata de um interrogatório, é uma conversa, uma troca, onde a pesquisadora, não é especificamente uma entrevistadora ou algo do tipo, e sim, uma interlocutora, uma ouvinte, que busca através dos relatos reunir memorandos sobre as vivências do sujeito, seja do passado, ou presente.

Através dos procedimentos que caracterizam o delineamento do uso da História Oral, proponho-me a ouvir o chefe da Divisão de Tombamento e Patrimônio da Secretaria de Turismo, de Miracema/RJ, a fim de aprofundar a memória que relaciona a história da praça, na qual busco saber a seu respeito. Pois, apesar de a praça ser considerada uma importante referência na memória da cidade, sendo esta, assim por dizer, o início de tudo, deparei-me com pouquíssimos registros oficiais acerca de sua história. Diante tal dificuldade, tenho a impressão de investigar uma história apagada.

Em Le Goff (1990, p. 462), “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. Isto é, aos materiais da memória, esses podem se apresentar sob duas formas principais, monumentos (herança do passado) e documentos (escolha do historiador). Assim, para Le Goff, a história (memória coletiva e forma científica) é uma construção, que é concretizada através do monumento e do documento. O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, como os atos escritos. O documento é o fundamento do fato histórico, apresenta-se por si mesmo como uma prova histórica, como um testemunho escrito. A objetividade do documento

parece opor-se à intencionalidade do monumento. No início, o monumento era visto como um material historiográfico de valor contestável, por meio de testemunhos não escritos, e o documento, era essencialmente escrito; dessa forma possuía mais legitimidade por ser relacionado à neutralidade. O que é desconstruído, pois nas palavras de Le Goff, “todo documento tem em si um caráter de monumento” (1990, p.374), pois todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora, e não qualquer outra coisa que fica por conta do passado, sendo um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder.

Em conformidade com Ezpeleta e Rockwell (2007), coexiste, contudo, outra história e existência, denominada por elas de “história não documentada”, empreendida, articulada e escrita pelos praticantes. Isto é, compreende-se as múltiplas realidades vivenciadas por diferentes indivíduos, que organizam e reconstroem a vida cotidiana. Ezpeleta e Rockwell (2007), referem-se especificamente, que a escola possui uma história documentada, que geralmente é escrita por um poder estatal, ou seja, institucional, a qual destaca sua existência homogênea. Desta forma, a escola é condutora de um sistema de valores universais ou dominantes que se espalha sem modificação, portanto, toma forma material e ganha vida. “Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características” (EZPELETA; ROCKWELL, 2007, p. 134).

Nesse sentido, é necessário compreender o cotidiano como movimento social, abrindo-se para uma perspectiva, de aproximação para realidades desconhecidas, que produzem relações não necessariamente prescritas. Para Ezpeleta e Rockwell (2007), não se trata de analisar o cotidiano como “situação” cuja explicação se esgote em si mesma; nem de assinalar-lhe um caráter exemplificador, de dado, alguma configuração estrutural e formal, nesta construção, o desafio é aprender analiticamente o que a vida cotidiana reúne.

Sem dúvida, a historiografia oferece variadas formas de recuperá-la, a partir de novas análises de velhos documentos até a busca na história oral e na memória coletiva [...]. Assim, importa evitar a transferência mecânica daqueles conceitos que, embora tendo uma tradição consagrada nas ciências sociais, foram elaborados e definidos como objetos de estudo pertencentes a outro nível (EZPELETA; ROCKWELL, 2007, p. 135).

A partir destas considerações, reflito sobre a importância de valorizarmos todo material histórico como documento, independentemente do tipo de registro escrito.

Assim, considerar todos os vestígios e informações da cultura material, da paisagem e dos diferentes tipos de habitação, em sua forma tradicional; a história dedicava-se a memorizar monumentos do passado, transformá-los em documentos e em fazer e falar os traços que por si só muitas vezes não são totalmente verbais, ou dizer em silêncio outra coisa diferente do que dizem.

Em outras palavras, podemos dizer que os documentos são resultados de determinados sujeitos históricos, que são sujeitos construídos historicamente de um determinado campo social. Assim, se todo documento é monumento, é também, fruto da intencionalidade mais ou menos de quem o estuda ou o produz. Le Goff escreve que Michel de Foucault colocou claramente a questão ao declarar que os problemas da história se resumem em “questionar do documento”, pois nas palavras de Foucault (1969, p.13 apud LE GOFF, 1990, p.470), “o documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, *memória*: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que se não separa”.

Logo, todo documento é um instrumento de um poder, tendo em conta de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção.

Para a realização deste estudo, portanto, fiz uso também das orientações de um método – a História Oral. Neste, os procedimentos adotados foram: a realização de uma conversa não-estruturada; gravação; transcrição textual. O material produzido foi empregado como fonte para a compreensão e para a contribuição da pesquisa.

Tendo em vista os itens acima apresentados, os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à dignidade.

4 BENDITA SEJAS, Ó ERMELINDA

Ao longo da História, durante séculos, vimos o papel da mulher ficar marcado e restrito na sociedade. É importante ressaltar, que, atualmente, a mulher ainda luta para conquistar um espaço que sempre lhe pertenceu. Vivemos em uma sociedade machista, a qual nos menoriza, nos subestima, e resiste saturada de heranças históricas do sistema patriarcal, despejando uma cultura preconceituosa sobre nós, mulheres.

No que concerne à mulher e seu papel na sociedade, principalmente tratando-se de alguns anos atrás, estereotipada como o “sexo frágil”, aquela que pertence ao lar, aos afazeres domésticos, responsável por cuidar dos filhos, submissa e sem participação pública, apresento a vocês, Ermelinda. Mulher, nascida em 1785, contrariando toda a História, Dona Ermelinda Rodrigues Pereira, escreveu a sua história com muita força, ousadia e representatividade. Uma mulher que viveu à frente de seu tempo, diante uma época ainda mais arraigada de valores conservadores, destaca-se por sua eloquência, determinação e força.

Na primeira metade do século XIX, conforme relata a tradição, Dona Ermelinda, veio de Minas Gerais, do Distrito de Remédios, no Município de Barbacena, acompanhada de seus filhos e alguns escravos. Olharam admirados para a terra, com suas belezas, suas riquezas e ficaram encantados com estas paragens hoje denominada “Miracema”²⁵. Proprietária de muitas terras, ela mandou construir uma Capela dedicada ao culto de Santo Antônio, pois sua intenção era transformar suas propriedades em bens de uma Paróquia, pois um de seus filhos, Manoel, era seminarista na cidade de Mariana/MG. Porém, o plano de Dona Ermelinda em formar seu filho em padre, não se concretizou. Segundo relatos, ele se apaixonou por uma moça, Maria da Glória, e para se livrar dos planos de sua mãe, abandonou os estudos no Seminário de Mariana e fugiu com sua amada. Dizem que Dona Ermelinda só o perdoou muitos anos depois, diante a grande decepção.

Mas, além da construção da Capela, Dona Ermelinda doou muitos alqueires de terras, para a construção da futura freguesia de Santo Antônio, onde mais tarde, um dos sólidos esteios da Capela “brotou”. Diante o ocorrido, com crença e fé, a população considerou tal como milagre, e, por conseguinte, modificaram o nome da freguesia de

²⁵ Nome este extraído do tupi-guarani (Mira – gente; e Cema – nascer, brotar) sugerido por Dr. Ferreira da Luz – de origem gaúcha, poeta, médico e respeitado político no município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

“Santo Antônio” para “Santo Antônio dos Brotos”. Assim, nasceu uma cidade. Santo Antônio dos Brotos tornou-se Miracema. A colonização do território do Município de Miracema teve início exatamente no local onde foi edificada a Capela, na qual atualmente, instala-se em homenagem mais que justa a seu nome, a Praça “Dona Ermelinda”.

De acordo com Marcelo Salim de Martino²⁶, conforme relata a tradição oral, não existe documentação que comprove esta doação. Pela sua vivência nesses anos todos dedicados à pesquisa, Marcelo acredita até que este documento não tenha existido, declarando não ter lugar nenhum que faça referência, nem na Igreja, nem no processo em que a Prefeitura Municipal de Miracema moveu para ter o domínio das terras, porque as terras pertenciam aos santos. Dona Ermelinda fez uma doação a Santo Antônio, e a Prefeitura não podia cobrar impostos, porque as terras não eram da Prefeitura. Assim, na década de 1940, foi movida uma ação na qual o Estado deu o reconhecimento – ganho de causa para a Prefeitura, que reconhecia a Prefeitura como proprietária das terras. Devido a isso, há a nomeação enquanto o terreno do santo, ou o terreno do patrimônio. Porventura, dessa maneira, da praça gerou-se uma cidade. Bendita sejas, ó Ermelinda. Bendita sejas, ó Ermelinda (mulher). Bendita sejas, ó Ermelinda (praça).

Constituindo-se hoje de um conjunto de ruas, avenidas e praças, Miracema tem uma arborização que lhe é característica e conserva, nos eixos principais, o calçamento em paralelepípedos executado entre as décadas de 1930 e 1950.²⁷ É importante ressaltar que, no ano de 1883, a cidade foi denominada pelo nome de Miracema. Em pesquisa, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (2015)²⁸, após dezesseis anos de luta com intensa participação popular, conseguiu-se que o município fosse emancipado pelo Decreto nº 3.401, de 7 de novembro de 1935, com instalação em 3 de maio de 1936. Em 1943, foi o município elevado à categoria de comarca.

Em conformidade com o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC²⁹, o Centro histórico de Miracema constitui-se em importante referência na ocupação do Noroeste Fluminense, destacando-se por ainda manter gravados em sua paisagem cultural marcos significativos de sua história, a Praça “Dona Ermelinda” faz parte do Conjunto Arquitetônico, urbanístico e paisagístico como bem cultural tombado a ser preservado,

²⁶ Marcelo Salim de Martino é chefe da Divisão de Tombamento e Patrimônio da Secretária de Turismo da Prefeitura Municipal de Miracema, que gentilmente contribuiu para este trabalho, através da realização de uma entrevista, no dia 05 de fevereiro de 2018.

²⁷ Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/>. Acesso em: 27/01/2017.

²⁸ Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/>. Acesso em: 27/01/2017.

²⁹ Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/>. Acesso em: 28/01/2017.

incluindo sua arborização. Em vista das informações apresentadas no Informativo CCMC³⁰, as palmeiras imperiais foram plantadas pelo Dr. Raul Moreira do Nascimento, em 1917, ocasião em que o então distrito de Miracema recebeu a visita do Dr. Nilo Peçanha em Campanha à Presidência da República. O nome inicial da Praça era Parque “Dr. Raul Veiga”³¹, em homenagem ao Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1918 – 1922), por ter resolvido a célebre “questão de limites” com o Estado de Minas Gerais.

Localizada no centro da cidade, basta perguntar a alguém sobre o formato da praça, e ouvir: “é circular, é oval”. Curiosa, busquei uma imagem aérea da praça e qual não foi o meu espanto ao visualizar um lugar que em nada se mostrava circular ou oval: a praça tem a forma de um pentágono. É importante registrar que, antes de visualizar a imagem aérea, nunca me ocorrera este formato da praça. Para quem caminha pelas ruas da cidade e para quem adentra a praça, seu formato é deturpado pelo lugar ocupado pelo observador. “Às vezes é preciso parar e olhar para longe, para podermos enxergar o que está diante de nós”.³² Possivelmente, um observador não consegue diferenciar aquilo que é próprio do ambiente em si, com o modo que ele percebe aquilo que observa. Consegue imaginar quantas vezes caminhei por esta praça? Quantas outras pessoas e ou moradores por ela passaram? Categoricamente, dizemos que a praça é circular e oval. Falamos o que pensamos e o que acreditamos ser, mas não pensamos para falar e não duvidamos de nossas “certezas”. Diante da surpresa, a praça é um pentágono: um polígono de cinco lados. Liricamente, assemelha-se às pedras preciosas que assim são lapidadas. Mas, ao pensar criticamente, seu formato revela muito mais.

Apresento, a seguir, a imagem (Figura 2): Praça “Dona Ermelinda” do fotógrafo Sílvio Damasceno³³. Esta imagem, foi realizada com a tecnologia que utiliza a distância para capturar imagens – o *drone*³⁴, sem o qual não seria possível visualizarmos sua forma. Observe:

³⁰ Informativo CCMC – Publicação Trimestral do Centro Cultural “Melchíades Cardoso”. Fevereiro, março e abril de 2008. Responsável: Marcelo Salim de Martino.

³¹ Não há documento oficial, considerando que nesta época Miracema pertencia a cidade de Santo Antônio de Pádua; há jornais e outras fontes, referenciando a Praça “Dona Ermelinda” como Parque “Dr. Raul Veiga”. O motivo deste nome não ter permanecido é desconhecido.

³² (John F. Kennedy, 20 -)

³³ Sílvio Damasceno é fotógrafo, residente em Miracema e gentilmente autorizou o uso da imagem neste trabalho.

³⁴ *Drone* é uma palavra de origem inglesa. O termo *drone* é conhecido por ser qualquer tipo de aeronave sem tripulação – uma tecnologia que utiliza comandos humanos a distância, muito utilizado para capturar imagens.



Figura 2 – Praça “Dona Ermelinda”.
 Fonte: Arquivo Pessoal de Sílvio Damasceno, 2016.

Observando esta imagem, é possível remeter seu desenho ao campo de visibilidade Panóptico (FOUCAULT, 1997), cuja forma geométrica é o pentágono. Assim como a praça, a famosa torre de observação também é representada da mesma forma; qualquer semelhança não é tão coincidência assim, ambos nos induzem a um estado consciente e permanente de visibilidade.

Foucault (1997), apresenta a lógica do Panóptico, criado pelo Filósofo Bentham, cujo desenho arquitetônico pretende garantir a vigilância constante em presídios, fábricas e escolas, por meio de um olhar atento a tudo. O Panóptico baseia-se em um projeto de construção que prevê um prédio circular, com uma torre erguida no centro, e, dessa forma, basta colocar um vigia na torre central, para se ter uma visão privilegiada, o que lhe permite ver a todos, sem ser visto. De acordo com Foucault (1997, p.191), “daí o efeito mais importante do Panóptico induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder”.

Bentham colocou o princípio de que o poder deveria ser visível, pois o essencial era que os observados soubessem que estavam sob vigilância. Esta era a garantia da ordem. O Panóptico, para Foucault, nada mais é que uma máquina de dissociar o ver e o ser visto, pois no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver, já da torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto. Ou seja, é visto, mas não se vê.

Acerca das reflexões de Foucault (1997), pouco importa quem exerce o poder, pois na ausência de uma figura que governa, como por exemplo um diretor, haverá alguém que o cerca, seja um amigo, um familiar. Veja:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 1997, p.192).

Em uma sociedade onde o poder é exercido, de forma intencional, mecanicamente arquitetado, planejado, nos inquieta ser observado. O próprio observador torna-se também observado, ninguém está livre, diante de uma vigilância cada vez mais eficaz, que atualmente, expande-se através de câmeras de segurança, aparelhos celulares em mãos atentas a qualquer clique e *drones* cada vez menores sobrevoando ruas, casas e quintais.

Em verdade, esse modelo disciplinador, ativa uma relação de poder que se dá sobre o corpo do indivíduo, a partir do controle e da vigilância. Simultâneo a este poder disciplinar, abrirá espaço para uma “biopolítica”, que resultará no surgimento de uma nova tecnologia que deverá “estar direcionada para dispositivos que devem assegurar a vida da população, pois sua intenção será controlar o que possa limitar a vida do homem não em particular, mas no conjunto da espécie humana” (DINIZ; OLIVEIRA, 2014). Esse mecanismo de poder é chamado por Foucault de “Biopoder” e revela que as relações de poder não acontecem somente individualmente, mas amplia-se também para o espaço da população, do controle em massa.

A lógica panóptica seria uma biopolítica que exerce um biopoder, ou seja, um poder sobre o corpo, sobre o gesto. Em geral, o panóptico pode ser utilizado para empreender novas experiências, modificar o comportamento, adestrar e treinar os indivíduos.

O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens: um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (FOUCAULT, 1997, p. 194).

Ou seja, a lógica panóptica retratada por Foucault (1997, p.181), “é um tipo de implantação de corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de seus instrumentos e de modos de intervenção”. Tal lógica, serve de modelo a uma sociedade que cria e produz com maior eficácia, padrões e normas estabelecidas.

Desde tempos remotos vivenciamos o funcionamento uma sociedade constituída por mecanismos disciplinares. Foucault (1997) apresenta duas imagens da disciplina: a disciplina-bloco, e a disciplina-mecanismo. Na disciplina-bloco, mantém-se a instituição fechada, rompem-se as comunicações e suspende-se o tempo. Na disciplina-mecanismo, deve-se melhorar o exercício do poder, tornando-o mais eficaz.

Nesse movimento entre um esquema da disciplina de exceção e a vigilância generalizada, há a extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo dos séculos XVII e XVIII e a formação da sociedade disciplinar. Esta extensão é o aspecto mais visível de processos mais profundos, segundo Foucault (1997 p.199-201): i) A inversão funcional das disciplinas; em que as disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos; ii) A ramificação dos mecanismos disciplinares; em que as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar; iii) A estatização dos mecanismos de disciplina; em que a “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; Assim, pode-se falar da formação de uma sociedade disciplinar neste movimento que vai das disciplinas fechadas até o mecanismo indefinidamente generalizável do panoptismo. Segundo Foucault (1997), a modalidade disciplinar do poder não substitui todas as outras, mas se infiltra no meio de outras, desqualificando-as, mas servindo-lhes de intermediárias, pois se ligam entre si, permitindo conduzir os efeitos de poder, prolongando-as. A disciplina não é a instituição, é o modelo que o poder utiliza em seus processos de subjetivação.

Por fim, os princípios de modelo disciplinar continuam em vigor, pois o modelo que o poder utiliza colabora expressivamente para a construção de uma sociedade cada vez mais controladora; antes, a disciplina era imposta. Hoje, está cada vez mais interiorizada pelas pessoas, na qual o controle passa a ser uma espécie de manipulação aberta, cada vez menos visível e mais eficiente.

A esse respeito, se é verdade a existência e necessária uma rede de “vigilância”. Michel Certeau (1998), historiador e intelectual jesuíta, nos convida a refletir como é que

conseguimos escapar dessa vigilância generalizada, considerando que, ao ser exercida, “mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela”. (p.41), quais os procedimentos populares, sobretudo minúsculos e cotidianos, jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com tais, a não ser para alterá-los, através – “maneiras de fazer”, que constituem as práticas pelas quais os indivíduos “se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”. Assim, tratam-se de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano, dos consumidores ou dos indivíduos dominados, as quais permitem transitar pela vigilância, que compõem o que o autor chama de rede de uma antidisciplina. Logo, podemos compreender como um tipo de “resistência” diante a disciplina (controle) apresentada por Foucault (1997), não como uma oposição, mas como um complemento de suas investigações. Vale destacar que tais questões colocadas por Certeau (1998), são análogas e contrárias às levantadas por Foucault (1997): análogas, por distinguir operações que se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alterar seu funcionamento; contrárias, por não se tratar de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas que são assumidas pela criatividade dispersa, tática, bricoladora (CERTEAU, 1998, p.41).

A fim de ilustrar essas relações, a imagem da Praça (Figura 2) retrata uma profunda conexão entre a arquitetura e poder. Ao refletirmos sobre a história da humanidade perceberemos que tanto os monumentos, quanto as grandiosas obras, formas de expressão do domínio, que era exercido por um poder instituinte: senhores, reis, presidentes e governantes. Assim, podemos dizer que a arquitetura e a ordenação do espaço permanecem e resistem subjugadas por um poder. Foucault menciona que o poder estaria nas relações, em rede de poderes que se expandem e na história dos espaços, pois sempre há vinculação entre arquitetura e poder.

A esse respeito, após a imagem aérea da Praça, era como se minha escrita estivesse inscrita no chão: não somente vi a produção do espaço, mas também toda a estrutura panóptica do lugar. O foco não foi a confirmação ou a contestação da noção panóptica de Foucault, mas foi entender os fios tecidos por ele para compreender toda essa lógica e concepção de espaços e poder. Foi olhar para aquela imagem (Figura 2) e entender o quanto é perturbador superar essa sensação e esse modelo de inspeção que até então, não era percebido, ter consciência de toda a historicidade que aquele espaço camufla em sua arquitetura e estrutura. De repente, ao ver aquela foto, a Praça “Dona Ermelinda” é revirada ao avesso e tudo me fala como nunca antes.

O desenho da praça obedeceu à composição geométrica oriunda dos jardins franceses. As alamedas pavimentadas, são dispostas conforme os eixos de simetria. A Praça “Dona Ermelinda” também é conhecida como “Jardim”, muitos habitantes referem-se a ela dessa forma. É natural, ouvirmos frases como: “estava lá no jardim”. Tem-se conhecimento, através de fotografias, que na primeira década do século XX a Praça já existia e era denominada de “Jardim Público”.

[...] A Praça “Dona Ermelinda” já teve vários nomes, o que ficou mais conhecido foi “Jardim Público”, porque toda cidade tinha um Jardim Público, então criaram um (ENTREVISTADO MARCELO SALIM, 2018).

Acredito que essa expressão possa vir das heranças na história da evolução das praças. As primeiras praças brasileiras surgem no período colonial, assim como Murillo Marx enfatiza em um trecho em Robba e Macedo (2002), que a praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, conventos ou irmandades religiosas. Nos espaços livres urbanos, o surgimento da praça ajardinada, é um marco na história por alterar a função das praças na cidade, desde a antiguidade, os jardins são vistos como ambientes de meditação e que trazem paz, assim, inicia-se o processo de ajardinamento nas praças, o qual caracteriza-se no recebimento de vegetação e tratamento de um jardim, perdendo os traços de largo, terreiro, adro. No período imperial, a praça-jardim, mesmo sendo um espaço público, configurava-se por possuir um público específico, a classe privilegiada, que desfilavam com seus melhores trajes.

A Praça “Dona Ermelinda”, ou Jardim a quem preferir, também era conhecida como Praça do Chafariz, pois ali existia um chafariz que abastecia toda a parte central da cidade. Apesar de ter passado por reforma, revitalização e iluminação arquitetônica, em 2008, a praça não perdeu suas especificidades. A amenização de suas margens é obtida por palmeiras imperiais e canteiros gramados, que marcam de forma espacial a vegetação da praça, além de suas belas árvores de podas em topiaria, que é a arte de conduzir as copas em formas escultóricas, dos quais emergem fícus com copas cortadas em formas cilíndricas, uma característica peculiar. A praça possui um chafariz em forma de taça pontifica bem no centro; na pracinha circular, um parque infantil razoavelmente grande, que, geralmente, é muito requisitado pelas crianças ao saírem de suas escolas, e uma quadra esportiva – o *Rinck*, que foi inaugurado em 1919³⁵, por iniciativa de Cel. Pedro

³⁵ Conforme noticiou A Norma nº 1, Ano I, de 19/10/1919.

Soares, com concessão da municipalidade. Essa quadra esportiva é conhecida como *Rinck*, porque, inicialmente, ela foi uma pista de patinação.

Com o tempo, o aparecimento de outras práticas esportivas, como o vôlei, o basquete, ela foi adaptada para isso. Ela tinha as tabelas, ela foi marcada. O vôlei, por exemplo, teve um período de auge aqui na cidade, de times famosos e tudo. Então, os jogos aconteciam ali e foi feita essa adaptação (ENTREVISTADO MARCELO SALIM, 2018).

Assim, a antiga quadra de cimento – o *Rinck* foi reformado e adaptado, transformando-se no plano que é hoje – uma quadra de esportes. Portanto, mesmo não possuindo mais as características específicas de um *Rinck*, continua sendo chamado assim. “A vida presente soma-se uma nova e ao mesmo tempo uma antiga existência conferida pela força da memória”.³⁶

Na praça também tem uma escola que é o Jardim de Infância Municipal "Clarinda Damasceno". Tombado pelo patrimônio, o Jardim de Infância é localizado onde foi construída a primeira capelinha por volta de 1842. Segundo informações³⁷, foi fundado em 1934, sendo o terceiro do Estado do Rio de Janeiro; sua estrutura é caracterizada em forma de um casarão, espaçoso e aberto; não há divisões de salas, ao menos de cimento e paredes, há um tipo de biombo, que não separa nada, mas cria a sensação de existir ali paredes invisíveis. Eu não tive a sorte de estudar ali, mas o Jardim acompanha gerações. Assim como a praça, o Jardim de Infância localizado na praça, também recebe com muita justiça e mérito o nome de uma mulher, Dona Clarinda Damasceno de Freitas. De forma curiosa, grande parte da população Miracemense, refere-se ao Jardim no gênero masculino, chamando-o de Clarindo Damasceno. Torna-se imprescindível compreender a grande divergência da sociedade em reconhecer uma mulher com tanta força. Confesso, entristecidamente, que até pouco tempo antes de iniciar esta investigação, eu também me referia ao Jardim no masculino, como Clarindo. Sinto como se negasse a trajetória e a conquista deslumbrante dessa mulher, Miracemense. Nascida no ano de 1897, Dona Clarinda arrumou as malas e foi cursar o normal em outra cidade, deixou os estudos duas vezes por recomendação médica, mas pela força de vontade que sempre a caracterizou, venceu os obstáculos, terminou os estudos e ingressou no magistério em 1915, como

³⁶ Fragmento de autoria de Carlos Fernandes de Moura Delphim, retirado do Informativo CCMC, organizado por Marcelo Salim de Martino, nov. / dez. / jan. / 2018. Disponível em: Acervo particular do Centro Cultural Melchídes Cardoso, na cidade de Miracema/RJ;

³⁷ Informações obtidas em pesquisa no “Logradouro de Miracema”, 2006. Disponível em: Acervo particular do Centro Cultural Melchídes Cardoso, na cidade de Miracema/RJ;

professora efetiva em Paraoquena³⁸. Temos uma praça com uma escola “dentro”. Uma escola onde foi construída a primeira capelinha que originou a cidade, e mesmo demolida em 1914, permanece sua história cheia de mistério diante um esteio que brotou. Há um encantamento evidente nesta praça célula-mãe.

Conforme dispõe o Decreto nº 346, do ano de 1995³⁹, a praça passa por tombamento enquanto Patrimônio Cultural a fim de conservar suas memórias, histórias e registros. A praça possui traçado dos passeios que compõe de grandes vasos brancos arredondados com delicadas plantas; segue por seus espaços com gramas sempre verdinhas e bem aparadas; encanta com sua diversidade de flores e suas cores; em volta do chafariz, há um antigo bebedouro, feito esses de escolas, grande, com torneiras e cerâmicas, serve para lavar as mãos, mas alguns se arriscam em matar a sede, mesmo sem ter a informação se esta água é apropriada para o consumo; também em volta do chafariz há o busto de bronze do poeta “Gilberto Barroso de Carvalho” inaugurado em 1959, foi um presente da Marinha ao povo de Miracema/RJ. Próximo ao Parque Infantil há uma mureta balaustrada, está é que dá acesso ao centro da praça para o *Rinck*. A praça possui muitas árvores e palmeiras, que são as minhas preferidas, muitas tiveram que ser retiradas por ataque de cupins, deviam ter plantado mais, aliás, essas só poderão ser substituídas por outras da mesma espécie, caso sejam consideradas ameaçadoras para a população. Considero os bancos uma grande marca da praça, que possui dois tipos: os de madeira com pés de ferro, e os famosos e antigos bancos de cimento com nomes de casas comerciais, que patrocinavam cada banco.

Orgulhosamente, minha família possuía um banco, que atualmente não se encontra mais na praça⁴⁰, infelizmente, pois era um grande orgulho para o meu avô. Recordo em minha ida menina na praça, pensar que éramos “donos” daquele banco e que ele estava ali justamente para que toda vez que fôssemos passear por lá, pudéssemos sentar. Era meu canto preferido, meu banco preferido. Ficava em um das travessas próxima ao Chafariz. No banco havia a pintura da loja de fotografias que pertencia ao

³⁸ Distrito do Município de Santo Antônio de Pádua/RJ.

³⁹ O tombamento Urbanístico e Paisagístico do Centro Histórico de Miracema, por solicitação local, mostra claramente que o princípio de preservar o centro histórico da cidade, mesmo que eles não componham mais um conjunto contínuo, é uma realidade.

⁴⁰ A partir da reforma de 2008, foram substituídos alguns bancos que estavam quebrados; outros foram substituídos após 2008 e não mantiveram suas gravuras, não consegui informações a respeito do critério utilizado na época.

meu avô – *Foto Gemino*. Ter meu sobrenome ali, faz parte de uma doce lembrança que mantenho sobre meus passeios na praça.

No passado, havia um antigo viveiro com pássaros, patos, coelhos e tartarugas, onde hoje é um orquidário. Havia também um viveiro, uma espécie de gaiola, onde vivia um casal de araras azul. Sempre que me recordo desse viveiro, lembro de uma reportagem que li no Jornal Regional quando ainda era pequena, onde uma estudante fazia uma reflexão de não entender como uma praça tão grande, não dispunha de um espaço maior para as araras. Meu encantamento pelo viveiro transformou-se ali diante aquele relato. Alguns anos se passaram e com a reforma, as araras também foram retiradas, assim como seu viveiro-gaiola.

Não importa – Praça, jardim, pracinha – Além dos codinomes criados pela população, eis que a geografia da cidade está no cotidiano, produzimo-la constantemente, de forma tão íntima, tão própria, que mesmo que seja revelado para aqueles ditos “estrangeiros”, jamais terá o mesmo significado para aqueles que fazem parte desta organização, desta forma de se apropriar daquilo que nos pertence, cidade natal, cidade escolhida para ser a nossa. Talvez isso explique, as diversas maneiras, que nós, Miracemenses, nos referimos a nossa tão sagrada e bela praça. Faço minhas, as doces linhas da poesia – Minha Praça de “Tia Ricarda.”⁴¹

Olho o verde na Praça tingindo a cidade
Com esperanças guardadas nas velhas palmeiras.
Delas germinam no meu universo a saudade,
Que passeia na penumbra de suas fileiras.
Vejo nas sombras o que passou – só lembranças...
Juventude, que sem querer deixei pra trás,
Folhinha – verde escondendo uma feliz criança,
E dentro da brincadeira um grito de paz.
As árvores são as mesmas e o que de mim ficou?
Elas são fiéis cercaduras, anjos da Praça,
O sonho que prenda em suas asas voou,
Deixando a saudade em minha velha carcaça.
Debruço o meu coração na minha volta
Minhas doces acácias, meus, tão meus jambeiros,
Pertinho dos meus sonhos, minha inspiração solta,
Minha Praça, meu amor antigo, verdadeiro!

⁴¹ Ricarda Maria Leal Alvim, poeta, professora, Miracemense, matriarca da Família Alvim; cadeira nº 02 AML; diretora de Liberdade de Expressão; organizadora de “Logradouros de Miracema”; Poesia disponível em “Logradouros de Miracema”, vol. I, 2006; Acervo particular do Centro Cultural Melchídes Cardoso;

Minha gratidão ao compartilhar o mesmo sentimento, respeito e amor pela Praça. “Dona Ermelinda”.

A três metros de distância, em frente à Praça “Dona Ermelinda”, se encontra outra praça. A Praça "Ary Parreiras", conhecida como "Praça das Mães".

Eu sempre pensei que a praça era conhecida como “Praça das Mães”, pelo fato de Miracema ter sido gerada por ela, ter nascido a partir dela. A praça, inclusive, possui um monumento ⁴²em homenagem às mães, sabe-se que é oriundo da reforma da praça entre 1963 e 1966, porém em busca de saber oficialmente o motivo da praça ser conhecida como “Praça das Mães”, fui procurar em seus registros. Não tenho a intenção de provar uma verdade absoluta, mas o simples gesto de ouvir o outro tem transformado minha relação com a história da minha cidade. São histórias que não são contadas por aí, ou não são escutadas. Sinto que silenciemos o passado e menosprezamos as minúcias cotidianas. São memórias que agregam valores históricos, dignos de serem preservados.

Desta forma, me propus a ouvir um dos principais responsáveis pela preservação da cultura e história Miracemense, o Sr. Marcelo Salim de Martino. Ouvir o Marcelo foi inspirador e acolhedor. De forma agradável e amistosa fui recebida por ele no Centro Cultural “Melchíades Cardoso” (CCMC), que em suas instalações possui um riquíssimo acervo que guarda e preserva a memória de Miracema/RJ. Sinto que eu não poderia ter escolhido melhor, Marcelo é um presente para a cidade de Miracema, um cidadão que através de seu amor pela cidade, dedica-se há anos com muitos sonhos e luta para manter viva a identidade, os valores e a história encantadora de Miracema/RJ.

Atenciosamente, obtive a justificativa para o nome da praça, atribuído carinhosamente pela população como “Praça das Mães”. Trata-se, mais uma vez, de uma destas proezas da geografia do cotidiano, e para elucidar esta história, detenhamos a ouvi-lo:

Na década de 60, mais precisamente entre 63 e 66, foi prefeito Jamil Cardoso, e Jamil Cardoso demoliu essa Praça de 31, sobretudo, porque havia muita reclamação da vizinhança, de um morador dali. Ele reclamava muito que os namorados se enfiavam debaixo das árvores, que ali tinham umas árvores que eram podadas e tinham um formato ovalado, então que eles escondiam. Enfim, eu sei que o Jamil fez essa reforma e construiu um projeto muito modernoso, muito arrojado e que não tinha muito a ver com a arquitetura do entorno, com a igreja, com o casario. Era uma coisa muita moderna, pós-moderna até. E no Centro desse chafariz, ela tinha um chafariz, que era em formato de uma piscina, de concreto, e no centro do chafariz ficava a estátua da mãe, uma

⁴² Uma escultura em bronze, de autoria de H. Cozzo, uma mulher com um filho, representando a maternidade.

estátua de bronze que foi encomendada por um artista de fora da cidade. Era uma homenagem às mães Miracemenses que ele queria prestar. Com o passar do tempo, essa Praça também foi ficando muito descuidada, e o tipo de arquitetura, que era uma arquitetura muito marcante da década de 60, ela foi ficando defasada. Ela tinha os traços muito característicos desse período, o ladrilho da piscina começou a soltar, as crianças entravam ali para tomar banho, dormia gente dentro dele, a vegetação cresceu de forma desordenada do projeto, eram uns coqueiros assim, umas plantas que tinham muito espinho. E aí na década de 80, ela foi demolida novamente, entre 83 e 88, e foi feito um novo projeto. Aí foi pensado assim, no uso. Quando foi feito esse projeto de 83 a 88, eles levaram em consideração o uso social da Praça, que era uma Praça onde as festas da igreja são realizadas, um espaço que recebe manifestações folclóricas, culturais da cidade, outras peças, outros eventos (ENTREVISTADO MARCELO SALIM, 2018).

Com a revitalização em 2008, ganhou uma réplica do antigo coreto construído em 1931⁴³ e perdeu sua concha acústica estilizada que era utilizada em espetáculos e outros eventos, principalmente relacionadas à Igreja.

Ficou tão arraigado na comunidade o nome de “Praça das Mães”, que nós optamos por manter a escultura da mãe, manter na praça, [...] se tirasse ela dali, e se fosse transferida para outro lugar, não ia adiantar porque as pessoas iam continuar chamando de Praça das Mães, mesmo não tendo a escultura da mãe. Desse projeto de 66, a única coisa que permaneceu foi a mãe, e as quatro palmeiras que faziam parte do projeto (ENTREVISTADO MARCELO SALIM, 2018).

De forma bastante concisa, a Praça “Dona Ermelinda” estendeu-se até a Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães). Nessa relação, o efeito é que ambas figuram a geografia deste espaço público, coexistindo. Uma e outra se complementam. Uma termina, enquanto a outra começa, mais precisamente, neste contexto onde há uma terceira Praça, a Praça de Esportes “Gerson de Alvim Coimbra”, nome oficial do citado *Rinck*. Em 1922, o *Rinck* passou por uma reforma, tornando-se o “Antigo *Rinck*”, sendo transformado em uma quadra de esportes coberta, na época, o então Prefeito Dr. ° Salim Bou-Issa, resolveu homenagear seu amigo falecido, que teria sido um importante ativista em relação ao futebol em Miracema/RJ. Mas com o tempo, perceberam que a quadra descaracteriza a estrutura da Praça. Assim, novamente a Praça passou por outra reforma e voltou a ser o *Rinck*, mas mantiveram à homenagem, oficialmente Praça de Esportes “Gerson de Alvim Coimbra”, porém, popularmente, permanece nomeada *Rinck*. Portanto, na praça há uma praça. Além das tantas outras que estas podem ser. Praças sobre praças.

⁴³ Disponível em: <http://miracemarj.blogspot.com.br/2008/12/como-prometido-nova-praa-ary-parreiras.html>. Acesso em: 03/02/2017.

Tantos dias nas Praças, arquitetei-me e precipitei por tantas vezes. Perdi a razão por pensar que tinha razão. Sinto que desmontei, quando percebi que talvez eu precisasse saber mais sobre mim, para começar a saber um pouco sobre elas. As Praças não escondem nada, nós é que não vemos. Possivelmente, continuarei sem ver tantas outras. Lutamos uns com outros e nosso maior adversário somos nós mesmos. Resistimos quando deveríamos desistir, e simplesmente, permitir o óbvio, ou melhor, o que acreditamos que seria óbvio. Então, somos surpreendidos.

Após o pentágono da Praça “Dona Ermelinda”, descobri que a Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães) ia além do que meus olhos registravam. A Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães), não é e nunca foi somente aquilo que eu suponha que fosse. Uma Praça oval, com um coreto central e um monumento das mães. Mas, como nem tudo é o que parece, a Praça também não era. Ao menos, não essa. A Igreja Matriz, o Centro Cultural “Melchíades Cardoso” (CCMC), o antigo casarão onde funcionava a Prefeitura Municipal de Miracema, as ruas pavimentadas ao redor, com seus conservados casarões, surpreendentemente, são Praça. Por trás do mistério, há uma verdade compartilhada zelosamente por Marcelo Salim, com a qual fui surpreendida ao saber que a Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães), que forma um conjunto arquitetônico e paisagístico de maior beleza e importância cultural, se entende além de sua planta oval inspirada nos jardins europeus, isto é, a Praça tem início na esquina da Rua “Paulino Padilha”, indo até a subida da Rua “Santo Antônio”, além de toda a área que fica em frente a Matriz (Prefeitura, Solar D. Brasileira, residência do “Dr. Ururaty” e Jardim de Infância “Clarinda Damasceno”).

Para melhor compreensão, a Figura 3 registra a imagem captada via satélite ⁴⁴. O ícone sinalizador é onde se encontra a planta original da urbanização realizada em 1931 da Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães). Porém, todo este contorno de linhas em vermelho é correspondente ao terreno oficial da Praça. Veja:

⁴⁴ Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso: 13/02/2018.



Figura 3 - Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães)
 Fonte: *Google Maps Earth* (13/02/2018)

[...] A Praça “Ary Parreiras” que começa onde termina a Praça “Dona Ermelinda” e termina depois da Prefeitura. [...] O modelo tradicionalmente de praça, ele é ou circular, retangular, quadrado. Essa não. Ela foge totalmente dos padrões (ENTREVISTADO MARCELO SALIM, 2018).

Deste modo, destaco o mapeamento e as estruturas que caracterizam o uso do espaço público, evidenciando principalmente, o mapeamento das apropriações alternativas e privadas do espaço público. Isto é, a praça é um espaço público, no qual há uma apropriação privada, instituída e adaptada, que necessariamente, não implicam infrações ou delitos deste espaço. É importante destacar quanto à flexibilidade da utilização dos espaços públicos, que se expõe de apropriações diferenciadas, que podem indicar um melhor aproveitamento das infraestruturas públicas, uma ampliação para suprir as necessidades e o uso social e urbano da praça.

Entretanto, em reflexão com a história da cidade e assim sucessivamente, com a história da Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães), cabe destacar que a praça está localizada em uma área de terras que inicialmente, conforme já foi mencionado, pertenciam a Santo Antônio. O território que a princípio era do santo, atualmente é uma praça pública, que através de edificações privadas, resulta-se em uma apropriação relacionada à esfera privada. A revitalização deste espaço, caracteriza-se de implicações

e interesses sociais, econômicos e políticos. Salienta-se, que a praça apresenta aspectos públicos e privados que indicam uma diversidade de situações e contradições.

Em geral, a ideia de Praça está associada a uma arquitetura materializada pelo poder público, institucional, e consumida pela população. Consequentemente, a Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães) redimensionou espacialmente os sentidos, contrariando os padrões geralmente recomendados pelas normas tradicionais. Isto implica entender que essa configuração do terreno, onde localiza-se a Praça “Ary Parreiras” (Praça das Mães), foi tencionada no uso e no aproveitamento deste espaço público. A existência de uma nova configuração, que habitualmente, entende-se por Praça é desconstruída e remodelada, contrariando padrões e normas. Isso me faz pensar sobre o que diz Boaventura Santos (1987, p.19), “a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da arte ou da poesia”. Portanto, a razão de privilegiarmos uma única forma, estrutural ou de conhecimento nada tem de científico, é um juízo de valor.

Uma praça com detalhes únicos. A Praça “Ary Parreiras” acolhe os olhares dos que nela residem; ao fundo, a Igreja Matriz inaugurada em 1889, que é admirada por sua privilegiada localização, bem no alto, com uma arquitetura eclética, que exibem combinações de elementos da arquitetura neoclássica. O projeto⁴⁵ de sua construção é atribuído a um engenheiro alemão que estava de passagem pela cidade, resultando neste exemplar de arquitetura em estilo gótico, lembrando mais um castelo do que um templo, por suas torres a época serem menores que as atuais. A Praça “Ary Parreiras” é contígua à Praça “Dona Ermelinda”, acredito que a topografia do terreno tenha colaborado para a separação de ambas. A Praça “Dona Ermelinda” se encontra em um nível mais baixo, para ter acesso à praça é preciso descer as escadas. É um detalhe que nos provoca a sensação de entrar, sentimos que estamos adentrando a praça, particularmente, como se fosse um portal, um outro plano e esfera. Sendo a praça contígua, coloco-me a refletir se ambas farão parte de minha pesquisa de campo. Tenho a sensação de que uma completa a outra, a “Praça das Mães”, é o coração da cidade, é onde tudo começou.

Embora a cidade de minha investigação seja pequena, eu poderia ter escolhido tantos outros lugares, tantas outras opções. Mas eu encontro a praça. A verdade é que eu

⁴⁵ Disponível em: http://www.miracema.rj.gov.br/ver_noticia.php?n=321 . Acesso em: 20/02/2017.

vejo a praça além de um lugar físico. Caso contrário, esta pesquisa não teria o menor sentido.

Quando pertencemos a um determinado lugar? Quando nascemos nele? Quando crescemos em tal? Eu não sei dizer quando um lugar passa a existir dentro de nós. Mas consigo sentir o meu. Sinto o cheiro. O som. O ar. Quando estou na estrada, chega um determinado ponto do caminho desde o qual já me sinto em casa. O cheiro muda e o ar também – ou permanecem os mesmos, e o que muda é a minha corporeidade naquele espaço, meus sentidos acontecem em outras frequências. Então eu sinto que estou perto. Sinto que estou segura (apesar de estar ciente dos perigos que a vida oferece).

Em conformidade com Gaston Bachelard (1993), a casa é nosso canto do mundo, assim, nosso primeiro universo, habitamos a casa antes de habitarmos o mundo, “pois todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa (p.200)”. Dessa forma, ao recordarmos nossas “casas”, compreendemos que moramos em nós mesmos. Segundo o autor, a imagem da casa, “está em nós, assim como nós estamos nela”. Ou seja, “casa”, aqui, não designa propriamente a edificação onde alguns de nós reside, um endereço postal – mas este espaço (virtual ou real) que privilegiamos enquanto abrigo.

Com a imagem da casa, temos um verdadeiro princípio de integração psicológica. Psicologia descritiva, psicologia das profundidades, psicanálise e fenomenologia poderiam, com a casa, constituir esse corpo de doutrinas que designamos sob o nome de topoanálise. Examinada nos horizontes teóricos mais diversos, parece que a imagem da casa se transforma na topografia de nosso ser íntimo (BACHELARD, 1993, p. 197).

Para um fenomenólogo, a imagem da casa é o nosso lugar escolhido, uma atração profunda, com grande significado analógico: um matiz – colorido obtido da mistura ou combinação de várias cores. Assim, nosso “canto do mundo” trata-se de todas as dialéticas da vida, de como enraizamos, refere-se ao nosso dia a dia. A casa é nosso berço. Nas palavras do autor, a casa é um dos maiores poderes de integração para nossos pensamentos, nossas lembranças e nossos sonhos. Isto é o que nos mantém firmes diante as incertezas que a vida oferece. Sem essa noção, seríamos seres dispersos, jogados ao mundo.

Nessas condições, se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz. Somente os pensamentos e as experiências sancionam os valores humanos. Ao devaneio pertencem os valores que marcam o homem em sua profundidade. O devaneio tem mesmo um privilégio de autovalorização. Ele desfruta diretamente seu ser (BACHELARD, 1993, p. 201).

O ser é um grande valor ao qual voltamos em nossos devaneios, no interior do ser e no ser interior, um calor nos acolhe, abraça-nos. “A vida começa bem; começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa” (Bachelard, 1993, p. 201). A casa nos acolhe, nos protege e nos guarda. É importante ressaltar, que Bachelard direciona sua afetação para a poética da casa, tendo a casa e seus espaços como investigação, além de sua origem, de sua base e proteção, pensa a casa em seus valores imaginados, íntimos e figurativos. Sendo a casa a topografia do nosso ser, permanecem verdadeiramente aprofundados em nosso inconsciente, casas lembranças, casas onde nossos sonhos nos transportam, casas que assinalam uma intimidade, são os cheiros, o som, o ar, o qual citei acima. São únicos, são de minhas lembranças, e para senti-los, é preciso extrair a pura essência que há em nós, é imprescindível o que Bachelard menciona, muita imaginação.

Parece, portanto, que seja oportuno reproduzir aqui o trecho de uma canção, que embora sua letra possa mostrar o desespero e a agonia de alguém, consegue nesses versos elucidar a importância de sentir-se em “casa”, uma rua que lhe dê sentido, pode ser compreendida como uma rua íntima, habitada por nós em sua essência. Uma linda letra que não deixa nada a desejar a um grande poema.

Socorro, alguém me dê um coração,
 Que esse já não bate nem apanha
 Por favor, uma emoção pequena,
 Qualquer coisa
 Qualquer coisa que se sinta,
 Tem tantos sentimentos, deve ter algum que sirva
 Socorro, alguma rua que me dê sentido,
 Em qualquer cruzamento,
 Acostamento,
 Encruzilhada,
 Socorro, eu já não sinto nada
 (ANTUNES; RUIZ, 1998).

Uma hora ou outra, pego-me pensando nos mistérios de pertencer a um determinado lugar. Quem explica o porquê de nascer em um determinado lugar com uma determinada família?!

Você poderia ter nascido em qualquer lugar do mundo.

Poderia estar tomando um café agora, olhando a Torre Eiffel⁴⁶ nesse exato momento. Você poderia ser alguém lá na Síria⁴⁷, uma vítima da Guerra, ou não. Você

⁴⁶ Ponto Turístico em Paris.

⁴⁷ Síria vive em confronto desde março 2011, se transformando em Guerra Civil.

poderia ser chapecoense⁴⁸, seu coração estaria ainda mais ferido por tamanha tragédia. Você poderia ser de Taiwan⁴⁹ e poderia nem estar mais aqui.

Diante de tantas possibilidades eu espero que você esteja exatamente onde gostaria de estar. Se não, que passasse a refletir sobre esse lugar e sobre esse sentimento. Compreendo que podemos pertencer a diversos lugares, depende do momento, da temporalidade em que nos encontramos. Inspirada nas palavras de Callai (2016, p.103), encontro-me no lugar movediço, múltiplo e provisório da pesquisadora com o cotidiano, em que os acontecimentos me colocam diante de tensões, limites e possibilidades. Neste exato momento, sinto Miracema mais perto e em uma área de 396 quilômetros quadrados de extensão e 137 metros de altitude média, meu encontro se faz na praça. A praça não é só o meu campo de pesquisa. A praça é onde eu vou tecer a minha epistemologia. A praça é um *espaçotempo* que vai alimentar minha produção de conhecimento. A praça não é só um lugar. Aqui neste trabalho, não.

Em busca de História, os séculos XIX e XX foram decisivos na história da evolução das praças, considerando que a antiga praça passou a ser ajardinada, equipada, pavimentada e tratada com esmero, de modo a abrigar todas as novas modalidades de vida urbana que são então estruturadas. A praça, juntamente com as ruas, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história no país, tendo, desde os primeiros tempos da Colônia, desempenhando um papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento.

As praças representam diferentes momentos da história da cidade, além de exercerem importante papel na identidade de um município, bairro ou rua.

A praça pública, com sua vegetação e sua variação de uso, insere-se no contexto cultural de uma civilização ou de uma cidade e amplia o reconhecimento e entendimento de sua tradição paisagística, e ao mesmo tempo serve de indicador das várias influências culturais recebidas de sua população (BOVO, 2009, p.46).

As praças podem ser definidas, de maneira ampla, considerando os diferentes aspectos que as envolvem, tais como, suas definições, funções, usos e concepções. Para compreender seus diversos significados, torna-se necessário entender a praça a partir dos contextos de alguns autores. Nesse sentido, podendo ser os mesmos desvelados acerca dos seguintes trechos evidenciados por Bovo (2009) e organizados no Quadro 1:

⁴⁸ Cidade em luto, por tragédia de aeronave com time de Chapecó, onde vitimou 76 pessoas.

⁴⁹ Em 6 de fevereiro, um terremoto de magnitude 6,4 causou 41 mortes na cidade de Kaohsiung.

Quadro 1 – Definições de “Praça”

Ano	Definições
1947	A praça é o lugar para ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política (SPIRN, 1947 apud BOVO 2009)
1956	As praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais, religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento (RIGOTTI, 1956 apud BOVO, 2009).
1990	A praça é conhecida como os microcosmos da vida urbana, oferecendo excitações e descanso, comércio, cerimônias públicas, etc.; um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar (WEBB, 1990 apud BOVO, 2009).
1993	A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS, 1993 apud BOVO, 2009).
1995	A praça é o lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias (CASSETI; LIETI, 1995 apud BOVO, 2009).

FONTE: Quadro organizado a partir de Bovo (2009).

Nesse conjunto de definições (Quadro 1), percebemos que a funcionalidade da praça se alterou ao longo do tempo, ora como espaço social, ora como local de encontro. De acordo com Bovo (2009, p. 54), interessa entender a praça enquanto espaço onde se desenvolve parte da vida cidadina, porém não podemos deixar de lado as estruturas que a compõem, pois sem essas não há como se desenvolver a atividade humana nesses espaços.

No Quadro 1 podemos observar, de acordo com as informações apresentadas, a praça enquanto estrutura, processo e função, em diferentes pontos de vistas, sendo possível compreendê-la em sua dimensão política, social e econômica. De acordo com as definições, a praça era bem mais rica e significativa; com o passar dos anos, suas funções foram se estreitando.

Podemos pensar aqui a praça, a partir de Certeau (1998) em suas “maneiras de fazer”, diferenciando as noções de uso e consumo. O consumo é a forma como o instituído te instrui para consumir um lugar, e o uso é a forma como você consome o lugar. Certeau (1998) utiliza a televisão como um exemplo de consumo, o telespectador não participa diante o que lhe é transmitido, sendo um receptor daquilo que é produzido, diferente de uma criança que rabisca um livro, assumindo assim sua participação e autoria. Para o autor, “o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme [...] o que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da “ordem” que lhe é imposta), existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que se faz dele”. Na praça não é diferente, há formas reguladas de consumo referentes às suas dimensões

econômica, social, religiosa, cotidiana, mas também há usos destas dimensões. Nas palavras de Certeau (1998, p. 95): “deve-se, portanto, analisar o uso por si mesmo”. Estes, como exemplo, remetem aos traços que especificam o ato de falar, a prática da língua, e o uso subversivo utilizados pelos indígenas – as leis, as práticas, ou as representações que lhes eram impostas, faziam-se outras coisas, não as rejeitando ou as transformando, “mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes, ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir” (p.94).

A cada palavra que escrevo assumo minha autoria, tenho cada vez mais consciência do quanto é difícil esquecer essa ideia do sujeito cartesiano, que não se coloca, que não se mostra. Escrevo a partir de um lugar epistêmico, de um lugar político, de um lugar mediado por minhas condições materiais de vida e também a partir das marcas espaciais em minhas memórias, do meu corpo na praça, de minha relação implicada com esse espaço – a praça como memória afetiva de minha experiência espacial, com a minha cidade. Escrevo com minhas emoções, minhas tristezas, minhas histórias. Escrevo para tentar entender um pouco mais sobre a vida, sobre o mundo, sobre as pessoas. Escrevo debruçada sobre minha pesquisa, minhas investigações e minhas buscas. Sem saber aonde chegar, diante tantas possibilidades, tem mais a ver com o caminho, com o processo. Também tem a ver com o saber da experiência, do sentido ou do sem-sentido daquilo que nos acontece, de acordo com Larrosa (2002, p.27), “o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal”. A experiência é singular, não se repete, mesmo que as pessoas vivam o mesmo acontecimento, ela acontece ou não acontece para cada qual. A experiência está em nós, assim como a escrita a qual mencionei.

A primeira nota sobre o saber da experiência sublinha, então, sua qualidade existencial, isto é, sua relação com a existência, com a vida singular e concreta de um existente singular e concreto. A experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida. [...]. Se chamamos existência a esta vida própria, contingente e finita, a essa vida que não está determinada por nenhuma essência nem por nenhum destino, a essa vida que não tem nenhuma razão nem nenhum fundamento fora dela mesma, a essa vida cujo sentido se vai construindo e destruindo no viver mesmo, podemos pensar que tudo o que faz impossível a experiência faz também impossível a existência (LARROSA, 2002, p. 27).

Nestas condições, assim penso a pesquisa, sobre fazer pesquisa. Penso sobre minha cidade, minha praça e sobre o saber da experiência que Larrosa aqui nos ensina. Sobre essa abertura para o desconhecido, esse pensar livre, de ninguém, de todo mundo.

Por isso, meu fascínio pela praça, como eu disse anteriormente, a praça faz com que eu me sinta livre, pois suas temporalidades e espacialidades não são completamente reguladas, como nas escolas, nos hospitais, nos cinemas.

Assim, acredito na capacidade que temos em criar, as chamadas “táticas”, que fazem sentido e que proporcionam um pouco de sentido a nossas vidas também, como se estas fossem responsáveis por aquilo que nós somos.

O próximo capítulo é destinado às conversações com o material de pesquisa produzido durante o trabalho de campo na praça. O trabalho de observação na praça foi realizado, no período compreendido entre maio a julho de 2017, em temporalidades que não foram previamente fixadas.

Neste capítulo, estabeleço conversações com os registros que efetuei em meu “caderno da praça”. Para tanto, acredito que o segredo está nos pequenos detalhes. Naturalmente, esse sentimento foi extensivo à minha escolha, ou melhor, o “fazer artesanalmente”, que corresponde ao instrumento utilizado por mim nesta etapa: um caderno feito por minhas mãos, que refletem minhas escolhas e minha relação com este, principalmente por ampliar sua definição e sentido de forma ainda mais afetiva.

Desta experiência cotidiana, importam-me os sentidos, especialmente a apropriação, a amplitude e o movimento sobre o qual me debrucei. Vale ressaltar que espero que tais registros no “caderno da praça” sejam compreendidos como feito de expressão de uma “experiência”, a qual considero única para cada um e de subsídios teóricos únicos também. Os registros no “caderno da praça” são pequenos trechos que elegi como eixos de sentido para os acontecimentos que foram observados. É como se tivesse escrito um acontecimento com palavras que não disse explicitamente, mas que ao ler nas entrelinhas será entendido o seu sentido. “Caderno da Praça”, do tempo, do espaço e da experiência.

Todo o material oriundo das observações, conversas e imagens, que for relacionado a este *espaçotempo* – a praça – será enunciado neste capítulo, em diálogo com minhas reflexões acerca da educação-não escolar que ali se encontra em movimento.

5 (LEI)TURAS NO INTERIOR DA PRAÇA

Eu caminhava no jardim da praça
Sentei num banco para reviver
Doces momentos [...] ⁵⁰

Estou na praça.

Nunca pensei que seria tão desafiador escrever sobre este *espaçotempo* que conheço e ao qual pertencço. Geralmente, a prática da Etnografia se destina ao estudo da cultura e do comportamento de determinados grupos sociais, pesquisar o que é desconhecido para nós, por isso são tão importantes, a interação e a observação. Mas esta pesquisa trata de um campo sobre o qual não sou estranha. A praça é um lugar praticado não só pelo outro, mas praticado por mim. Faz parte da minha história e de minhas memórias, embora eu compreenda a presença de propriedades invisíveis aos meus olhos, por assim dizer, desconhecidas. Porém, minha intenção não é explicar essa realidade. Como pesquisadora do cotidiano, busco compreender as lógicas, na companhia de Certeau (1998), que examina as maneiras que as pessoas individualizam a cultura de massa, ou seja, as táticas, as astúcias praticadas pelos sujeitos, que desenham “interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem” (p.45). Especificamente, em se tratando desta investigação, podemos pensar a praça.

Olhar para o que já conheço, mas não vejo.
Ao menos ainda.
Cada dia, a praça se veste com outros sentidos
(Caderno da Praça, julho/2017).

Particularmente, a cada dia, tenho sentido a praça de formas diferentes. A praça nunca é a mesma, embora sua arquitetura permaneça estática. Há dias em que a encontro vazia, silenciosa, porém cheia de significados. O vazio costuma ocupar muito espaço. Refiro-me à ausência de pessoas, este vazio que me afeta. Nas ausências, percebo fortemente que as pessoas transformam este “espaço em um lugar praticado”. O cotidiano acontece, realiza-se no uso, indissociável do instante, das “artes de fazer”. Não é a

⁵⁰ ROSSI, Darcis; Xororó. A Força Jovem da Música Sertaneja – Volume II. In: Chitãozinho & Xororó. *Querida*. Discos Copacabana - 41986. LP. Lado A. Faixa 01. 1977.

maneira que se consome, ou que se está para consumir, mas as formas de uso que os praticantes criam quando necessitam. Certeau (1998) evidencia duas noções: a “estratégia” e a “tática”. Em síntese, uma estratégia seria aquilo que é instituído, uma entidade que é estimada como uma autoridade. É a ordem dominante, que se manifesta fisicamente em diferentes espaços e produtos, são as leis, os discursos, as linguagens. A estratégia é concreta, estática a um “próprio”, que devido à sua estrutura e seus modos de operar, já estão determinados. Dessa forma, podemos pensar a praça como uma estratégia a partir das ideias de Certeau. A praça é o instituído, é o “forte”, sua estrutura nos apresenta suas formas de consumo. Onde eu sento, onde eu ando, há placas com regras e leis, “não pise a grama”, na entrada do parque há a placa de “proibido para maiores de 10 anos”. A praça apresenta uma localização espacial que define sua identidade.

A tática se refere aos movimentos dos praticantes. Diferente da estratégia, não mantém nenhuma base específica, mas são sujeitos que criam e realizam de forma ágil para responder a uma necessidade que surja. A tática é um acontecimento, o que podemos chamar de improvisação, é algo que não está programado, a tática é o “caco” em um texto teatral. O caco é aquilo que surge espontaneamente no texto ou na cena, é autoral, é o que o ator introduz e cria em sua fala ensaiada, marcada, representada, metaforicamente, pela estratégia. Então, pode-se dizer que, apesar das estruturas sociais e dos poderes instituídos, as estratégias e as táticas surgem de acordo com a maneira com que se apropriam daquilo que lhes são impostos, subvertendo as regras e criando outras.

As regras são produzidas por um pensamento liberal para, supostamente, organizar e garantir que as pessoas tenham os mesmos acessos e oportunidades. Perceba que não se trata dos objetivos e das intenções das regras em si, mas sobre a maneira que esta é praticada. As táticas que as pessoas utilizam, independem das regras e de suas “receitas” de uso – ou, melhor dizendo, sua dependência, quando existente, ocorre no sentido da deturpação. A referência da tática ao jogo estratégico é sempre uma tentativa de conhecer para subverter. A vida é movimento, pulsação. A vida é o imprevisto. Apesar de toda a ordenação, as pessoas inventam, criam, ensinam. Apesar das placas de “não pise a grama”, observei crianças que seguem seus caminhos pela grama, entre as plantas, adultos que “reduzem” seu caminho atravessando a grama. No parque, além de frequentar crianças maiores de 10 anos, os adultos brincam com suas crianças sobre os brinquedos, eles balançam com os bebês no colo, eles sentam na roda gigante para girar mais forte e rápido. Brincam. Crianças e adultos foram observados sentados nas escadas que dão acesso à praça, no encosto do banco, em pé sobre os bancos e até atravessando a fonte

que, atualmente, está sem funcionar e seca. Essas pessoas não “quebram” as regras, essas pessoas criam maneiras de praticar o espaço segundo os próprios sentidos que inauguram. Essa praça pertence a essas pessoas? Ou é cotidianamente apropriada por elas por meio do uso, e com a negação do consumo imposto pela lógica hegemônica? Quais são as condições que influenciam suas práticas?

Com tal ressalva, acredito que muitas pessoas se esforçam para encontrar respostas. Buscam práticas “adequadas” de consumo que expressem uma escolha individual, ou conscientemente, vivem um enfrentamento diário contra esta lógica hegemônica. Cada dia é um dia. Um ciclo, um começo e uma luta.

Inicialmente, eu acreditava que a praça pertencia a essas pessoas. Mas cada vez que consigo revestir meu olhar com as contradições postas pela vida social, vejo a praça e o mundo de outra forma. Durante toda a trajetória desta pesquisa, percebo que faço parte literalmente de cada detalhe que aqui descrevo, observo e experimento. Há momentos em que não sei se estou pesquisando ou me pesquisando, como se eu mergulhasse em mim mesma. Porque sinto como se eu estivesse desmanchando diante tantas ideias e crenças em que sempre acreditei ou em que sempre fui levada a acreditar. Olhar o mundo, a praça e as pessoas da forma que hoje tenho aprendido tem sido dolorosamente, doce. O desmanchar ao qual me refiro não é apenas desconstrução, mas a criação de novas e outras formas de ser e de estar no mundo. Isto é, não implica em demolir algo e colocar uma nova estrutura no lugar, mas folhear o chão como se fosse um palimpsesto, portanto, não é algo que se descarta, mas que se integra, converte e revigora. Como um efervescente que ao dissolver, tem a oportunidade de ser mais eficaz, como se transformasse, borbulhasse. A praça pretende determinar o modo de relação social que o sujeito deve reproduzir, ali. Agora redefino, a praça não é das pessoas. As pessoas é que adentram a praça, consumindo segundo a ordem do lugar e também inventando segundo os sentidos próprios. É um embate sem fim. Praça e mundo: por toda a parte há regras estabelecidas em uma eterna batalha com o inaugural, o instituinte.

Lá vai ela, caminhando entre as flores e o vento. Nas mãos, mudas de uma roseira, que provavelmente, ela mesma tenha recolhido do jardim. Lá vai ela, caminhando pela grama. Seu vestido estampado se mistura com as cores das plantas. Em seu ombro, uma toalhinha (Caderno da Praça, julho/2017).

Dessa maneira, nossas invenções acontecem dialeticamente, teremos as pessoas concomitante com seus costumes e condutas usufruindo deste espaçotempo. São *insights*

⁵¹da pesquisa. Considerando estas suas experiências, únicas. Ímpares. Peculiares. Através dos acontecimentos: criamos, inventamos e reinventamos.

Ao iniciar esta pesquisa, em meus pensamentos, agora afirmo que ingênuos, acreditávamos que não seria tarefa muito difícil realizar a pesquisa de campo, em um campo que conheço e frequento desde que nasci. O que eu não saberia, especificamente desta praça? Eu admirava tanto a sensibilidade que uma pesquisadora é capaz de exercer, que logo, eu queria “entrar em campo”. Lembro-me de que em uma reunião, para tratar o planejamento que seria realizado nas orientações, as palavras que mais me encabularam foram: “Você não vai sentar na praça agora, você precisa ler, estudar muito para começar a entender o que você vai fazer lá”. Assim busquei (busco) fazer. A partir de algumas leituras e de alguns estudos, meus pensamentos foram: “eu pensava que sabia tudo sobre a praça. Agora sim eu sei o que fazer. Basta entrar em campo com meu caderno de anotações, observar e fotografar”. Vesti-me de pesquisadora e iniciei a pesquisa “de campo”. Alguns meses se passaram, cumprindo minhas etapas em diferentes horários, até de madrugada eu sentei no banco da praça. E foi dessa forma, que descobri que eu não sabia nada. E isso foi tudo para mim. Por mais paradoxal que esta afirmação seja. A verdade é que nós estudamos muito, lemos muito, para descobrirmos que nós sabemos tão pouco. Quanto mais observamos, quanto mais produzimos, a sensação que tenho é que menos ainda sabemos. Exatamente pelo fato de que sempre descobrimos o novo, de que nos surpreendemos. A pesquisa é isso, uma surpresa. É aventura, é descoberta. Nós precisamos senti-la.

Assim eu percebi, que eu não precisava estar na praça para pesquisar sobre ela. A praça precisava existir em mim, estar em mim. Eu precisava sentir a praça. Isso contrapõe o que, inicialmente, acreditei e apresentei na metodologia. Eu pensei que ao cumprir os procedimentos metodológicos estaria realizando a pesquisa de campo. O campo está em nós, e vai estar onde nós estivermos, na sala de aula, na mesa de um bar ou na fila da padaria. Eu precisava aspirar a praça. Esta não é a única intenção desta pesquisa. Não é a praça em si, mas o que ela faz sentir. Esse transtorno, esse encanto. É importante destacar que a pesquisa de campo, não se inicia somente quando “entramos em campo” fisicamente, a pesquisa de campo inicia-se quando conseguimos atribuir sentido ao que já nos habitava de forma difusa.

⁵¹ Esta palavra, que surgiu no inglês arcaico, é formada pelo prefixo *in*, que significa "em" ou "dentro" e a palavra *sight* que significa "vista". Assim, *insight* pode significar "vista de dentro" ou ver com os olhos da alma ou da mente.

Além disso, nesta trajetória compreendi que é preciso estar disposta a esperar, a manter-se interessada aos acontecimentos cotidianos. Evidentemente, não há uma hora certa, assim como não há um tempo determinado para que o inesperado aconteça. A sensação que porto é que nós “fazemos planos, e Deus ri”⁵². Por mais heterogênea que a pesquisa possa ser, é possível assimilarmos de acordo com a nossa interpretação, para tanto, antecipamos eventualmente variados sentimentos e criamos imagináveis expectativas.

As relações precisam ser construídas no desenvolvimento do estudo; sendo assim, é importante compreendermos a pesquisa como um processo de produção de conhecimentos, visto que, o procedimento da pesquisa de campo necessita muito mais que técnicas de pesquisa, e de observação dos fatos e fenômenos. Assim, é importante aprendermos a assumir nossas ansiedades e desejo de querer planejar o que é incerto, sem a pretensão inútil de nos livrarmos disso, aprendendo a viver com isso. Realizar a pesquisa na praça, foi tão desafiador quanto costuma ser para um ator/atriz que, incessantemente, torna-se vigilante de sua performance, pois um artista em período de criação, geralmente – nos ensaios, durante a criação de seu personagem, é natural a antecipação de sua fala, praticamente involuntária. Isto porque, durante as leituras dramáticas, o exercício costuma ser tão mecanicista, que a preocupação em decorar o texto acaba traindo sua atenção, e conseqüentemente sua atuação.

Imagine a cena teatral⁵³, diante das expressões, marcações, da respiração, do corpo em movimento, do tom da voz, destacando que você sabe exatamente o que tem de dizer e também sabe de quem dividirá a cena com você. Como acontece um diálogo, onde você sabe precisamente o que vai ser dito e o que tem a dizer? Desse modo, é gerado a grande armadilha do artista: a ansiedade. É desafiador desconstruir tudo que teoricamente, está organizado, planejado e detalhado. Faz-se necessário, resguardar não somente do outro, mas essencialmente, de si. Particularmente, uma das maiores cumplicidades que ocorrem no palco, é manter-se atento a ouvir o que outro tem a dizer, suportar suas ânsias e inquietações diante a tantos elementos. Há muito a ser ouvido e descoberto. Tanto na pesquisa, quanto no palco é fundamental que se tenha cautela, que se atente para não antecipar uma cena, ou um acontecimento. É importante concentrar-se nos detalhes.

⁵² Provérbio judaico. Sem a intenção de elucidar ou referir-me a alguma religião ou crença.

⁵³ Minha constante referência ao teatro, neste texto, se deve ao fato do meu pertencimento ao Núcleo de Produção Cultural Brasil – NPC Brasil; e minha formação artística pelo Projeto de Multiplicação da Filosofia e Metodologia do Grupo Nós do Morro;

Considerar o processo inacabado que se realiza nas relações, na troca, pois é justamente o cotidiano o território ideal para colocarmos nossa atenção. No cotidiano, os significados são indeterminados, tudo pode ser alterado, reconstituído, desordenado e transformado. É preciso estar aberta para viver o novo, para permitir novos conhecimentos. O cotidiano é assim, imprevisível e complexo.

Tal constatação, aproxima-se do ofício do lavrador ou agricultor, que mesmo se dedicando arduamente à plantação, não consegue controlar as chuvas ou o crescimento das plantas. Assim, como também não consegue acelerar o tempo. Logo, o agricultor precisa estar disposto a aprender com sua inquietude e a esperar com paciência o valioso fruto da terra. Do mesmo modo, acontece com a pesquisa, quando estamos em ação, percebemos que muitas coisas estão fora do nosso controle. Tal como um agricultor, também temos que abrir mão do desejo de controlar, para que aconteça uma espécie de imersão no acaso em busca daquilo que toda pesquisadora deveria ser – uma aprendiz.

Em meios a esses pensamentos, o imprevisto. De repente, num piscar de olhos surge uma bola e acerta em cheio a cabeça de uma jovem. Se eu fui surpreendida, quem dirá ela que recebeu a bolada sem esperar. Do banco onde estou, dá para ouvir o reboição vindo do *Rinck* e nesta confusão de sons, um grito foi decifrável: “Desculpa aí, moça”. Parece-me que a moça ficou bastante contrariada com a situação, saindo sem sequer olhar para atrás, mas a senhora que a acompanha não se contém, volta até a entrada do *Rinck* e fala seriamente com os meninos que ali jogam futebol. Ela está de costas para mim, mas seu corpo fala, e pelos gestos, ela não parece estar muito confortável com a situação. Com receio de ser a próxima vítima da bola, resolvi mudar de lugar e busquei assento próximo ao parquinho, que está lindo e recém-reformado.

A vivência deste imprevisto, foi o suficiente para me apropriar das possibilidades que poderiam acontecer comigo. Como não costumo olhar o todo, e me apegar aos detalhes! O que foi que fiz? Rapidamente, criei uma certeza, de que a qualquer momento aquela bola voltaria e atingiria também minha cabeça. Ora, como se nós tivéssemos o controle dos possíveis encadeamentos que ocorrem em nossas vidas cotidianas, de modo que vamos afrontando e desvinculando da realidade. Realidade esta complexa, que não produz certezas. Na verdade, nós só temos uma ideia de realidade. Presenciar a bolada, foi algo imprevisto e que imediatamente se transformou em lei: cabeças são atingidas por bolas. Então, ao mudar de lugar, inauguro uma lei. É isso que fazemos. Somos afetadas pelo acaso e o negamos, transformando-o em lei.

O que me assustou mais que o som da bolada, foi o risco de ser possivelmente a próxima. Foi a maneira como a situação me perturbou, aquele pedido de desculpa por conveniência de quem vai fazer isso ainda mais vezes durante o dia, que não me convenceu. Mas por qual razão esses são os pensamentos que nos norteiam? Poderiam ser outros, como ser salva por uma bolada, se por acaso a vítima fosse eu, levasse uma bolada tão forte que de tanta dor eu procurasse um médico, fizesse exames para saber se ocorreu algum trauma e descobrisse algum antigo problema, que poderia futuramente agravar se eu não comesse a tratar. Veja, as possibilidades são muitas e as mais variadas, mas de qualquer forma somos afetados. Somos direcionados a determinados pensamentos que não temos o menor controle sobre eles. A vida é imprevisível em muitos aspectos, e pode nos surpreender com acontecimentos inesperados. Porém, nossos pensamentos costumam ser tão óbvios, que acreditamos fielmente como as coisas irão acontecer, e a todo instante nos deparamos com o que não esperávamos, nada é seguro. Nunca estaremos seguramente prontos para o acaso, a surpresa.

Para tanto, Boaventura Santos (1987), realiza uma crítica sistemática à ciência moderna, cujas práticas de conhecimento engendram a sociedade e o mundo. Efetivamente, Santos (1987) apresenta sobre a divisão primordial que distingue as “condições iniciais” e as “leis da natureza”. Nas palavras do autor, as condições iniciais seriam o reino da complicação, do acidente e onde é necessário selecionar as que estabelecem as condições relevantes dos fatos a observar; e as leis da natureza seriam o reino da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor. Ou seja, tal distinção não tem nada do que podemos chamar de “natural”. É exatamente nela que assenta toda a ciência moderna. Isto é, um mundo complicado, onde a mente humana não é capaz de compreender nada completamente. Pois o conhecimento significa dividir, classificar para depois poder determinar suas relações sistemáticas. Pensamento este completamente arbitrário. O paradigma clássico, no século XX, utilizava-se de uma lógica da certeza, da linearidade e da simplificação do todo. Vejamos:

Um conhecimento baseado na formulação de leis tem como pressuposto meta teórico a ideia de ordem e de estabilidade do mundo, a ideia de que o passado se repete no futuro. Segundo a mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exatamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem. Esta ideia do mundo-máquina é de tal modo poderosa que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo (SANTOS, 1987, p. 5).

Inicia-se, então, a crise dos paradigmas na qual o modelo cartesiano começa a ser questionado e a perder, gradativamente, sua capacidade de explicar os fatos e os fenômenos a partir da Ciências Humanas e Sociais. Esse modelo de racionalidade que preside a ciência moderna parece surgir no período que vai do século XVII aos fins do século XVIII. Mas somente a partir do século XIV, contudo, que este modelo de racionalidade se estende. Na sociedade moderna, as relações deixam de ser naturais para serem predominantemente sociais. Mesmo que não determine, essa racionalidade moderna caracteriza nossas relações e a forma que definimos e lidamos com certos acontecimentos. Somos moldados a pensar de tal forma, e a acreditar que determinadas coisas irão nos acontecer por determinados motivos, herdamos essa racionalidade que acredita em uma única forma de atingir o conhecimento. Deixamos de perceber o mundo em sua complexidade, e o molduramos de forma reguladora, dura e rigorosa. Parafraçando Santos (1987, p.4) “a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata”. Ou seja, esse modelo desprivilegia todas as outras formas de conhecimento que não fazem uso de seus próprios princípios e suas regras epistemológicas, assim, estabelece duas distinções fundamentais, uma entre conhecimento científico e outra entre conhecimento do senso comum. É considerado cientificamente irrelevante tudo que não é “quantificável”. Logo, por um lado, entre a natureza e por outro, pessoa humana. Nestes termos, o conhecimento científico, legitimava a dominação humana sobre a natureza, reduzindo-a a meras leis e teorias. Assim sendo, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza, “sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, [...]” (SANTOS, 1987, p.11).

A racionalidade da modernidade, permite a simplificação do conhecimento, produz verdades únicas, reguladoras e normativas. Isso afeta fortemente o pensamento que tecemos diante de uma bolada, ou nas práticas cotidianas da vida, ou nas práticas pedagógicas escolares. Oras, que pensamento é este? Que olha para o mundo, para a educação (como por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular⁵⁴, um documento de caráter normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação

⁵⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 20 de dezembro de 2017, apesar das manifestações contrárias empreendidas por diversas entidades vinculadas à Educação.

Básica) e quer nos tornar únicos, com as mesmas regras. Que pensamento é este que não reconhece que há diferentes saberes? Que igualdade política, social e econômica é esta que não se exerce e muito menos gera justiça social? Este pensamento não é outro senão o pensamento que nos domina, que nos molda e nos menospreza. Para este, somos quantificáveis e exatos, não há nada mais injusto do que tratar com igualdade o que é desigual. Deveríamos olhar para o mundo, para a sociedade e para educação com equidade.

Estamos em tempos de renovação do pensar, denominada por Santos (1987) como uma fase de “transição paradigmática”, que se caracteriza pela noção da ciência dominante (moderna) em função de uma nova ciência (pós-moderna). Santos (1987, p.4) nos mostra que “as ideias que presidem à observação e à experimentação são as ideias claras e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza”. O propósito é buscar respostas diferentes para as mais variadas e complexas questões que estão longe da ordem cartesiana estática e mecânica.

Portanto, é de fundamental importância o surgimento de um novo paradigma, ao qual Santos (1987) extrai quatro teses principais deste, que são: i) todo o conhecimento científico-natural é científico-social; ii) todo o conhecimento é local e total; iii) todo o conhecimento é autoconhecimento; e, por fim, iv) todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum. De modo que o saber científico, abre-se a outros, vivemos uma revolução que possibilita um novo conceito para a palavra ciência e destaca-se por apresentar novas formas de se fazer ciência, e fundamentalmente, de reconhecer nesta forma de conhecimento virtualidades que enriquecem nossa relação com o mundo.

Se formos capazes de compreender a natureza e a força que regem o mundo a nossa volta, poderemos desfrutar momentos raros, simples e que dão sentido a nossa vida. Todo conhecimento é sim autoconhecimento (SANTOS, 1987, p.18).

O parque está cheio de crianças, todas elas estão acompanhadas por mulheres (provavelmente, a maioria são as mães), estas estão sentadas espionando seus filhos de longe, entre uma observada e outra, elas conversam e interagem entre si, estabelecendo, acredito eu, um momento de lazer, de “jogar a conversa fora”, de distração. São 16h 57min e em pouco tempo aqui, sei os nomes de quase todas as crianças, pois seus responsáveis exclamam por elas o tempo todo: Arthur! João! Helena!⁵⁵

⁵⁵ Nomes fictícios.

Entre tantas mulheres, há uma criança que parece *Punctum* para mim, talvez seja, por ser a única que neste momento está acompanhada pelo pai (inicialmente, eu não sabia que era pai, até que ouvi a criança o chamar assim). Por alguns instantes, foi como se o tempo estivesse em câmera lenta e somente os dois em movimento natural, creio que seja pela forma que se entreolham. Nesta cumplicidade, eles caminham saindo do parque. O pai pega sua bicicleta, e coloca seu filho sobre ela, ela é grande para o menino, porém seu pai o segura, e entre um movimento e outro, percebo que está ensinando seu filho a andar de bicicleta, entre risos e gritos, o menino diz: “Pai, não me solta” e repete, “não me solta”. Assim seguiram caminho, equilibrando entre a bicicleta e a rotina de um fim de tarde no parque.

Menino e bicicleta.
Fiquei pensando em seus tamanhos,
Canelas pequenas, rodas gigantes.
(Caderno da Praça, julho/2017).

Há momentos que são incômodos, como minha maneira de observar o que acontece ao meu redor. Já passei por diversas experiências de me interessar por algo como esta cena que citei acima, um pai ensinando seu filho a andar de bicicleta na saída de um parquinho em um fim de tarde, sem hora e sem data marcada ou planejada para acontecer (imagino eu, pois somente eles poderiam dizer), mas diante das circunstâncias, provavelmente, tratam-se das imprevisibilidades cotidianas. Se mudar os pensamentos, a maneira de encarar a realidade e o foco, tudo muda ao redor. A propósito destas afirmações, podemos refletir que o ritmo da bicicleta, a vida que ela produz de seu uso, não é compatível com a reprodução do sistema capitalista. Vejamos, a bicicleta permite a mobilidade do sujeito, ou seja, ela é um meio de transporte, mas diante de um automóvel, a bicicleta pode ser banalizada, e embora ela continue sendo um meio de transporte, transforma-se no que podemos nomear de “acessório”. A bicicleta utilizada como meio de transporte simplifica a vida, as pessoas vão ao mercado, ao centro da cidade, buscar seus filhos nas escolas, pegar pão na padaria. As associações dos ciclistas trazem outras características, a bicicleta pode representar sua relação com o mundo e a sociedade, defende uma maneira de viver a vida mais saudável e poluir menos, como alguns adesivos de campanhas incentivam: “respeite, um carro a menos”, ou “vá de bicicleta, se não for respeite os que vão”. Assim, a bicicleta é mais que um meio de transporte, é uma escolha de vida pois supera seus limites em busca de uma vida mais saudável.

Tanto quanto uma maneira ou outra, essas lógicas subsistem dialeticamente. A bicicleta representa diferentes formas e maneiras de viver a vida cotidiana, além de determinar o lugar social ocupado pelos indivíduos. Se a bicicleta é meu único meio de transporte, eu pertencço a uma determinada classe, mas se eu possuo um automóvel e utilizo a bicicleta como modismo, estilo, “acessório”, uma maneira de ser, então, eu pertencço a outra classe, fazendo parte de um grupo social privilegiado.

Ensinar seu filho a pedalar na praça, pode corresponder à ideia de que em menos de uma hora já estará em casa, já passou na padaria, já encontrou com a tia, a madrinha. Pode dizer também de uma realidade na qual o pai está desempregado e ocupa seu tempo com o menino, ou de outra realidade em que o pai dispõe de capital suficiente para usufruir do tempo de lazer. Há várias dimensões possíveis nas práticas empreendidas no espaço, e este se mostra enquanto local propício à reprodução das relações impostas pela lógica capitalista. Na escola, uma lógica hegemônica impera: a das classes dominantes. As leituras de realidade tomam como referência uma realidade que se impõe como dominante, dificultando compreender que as lógicas são diversas e mediadas pelas condições materiais de vida das pessoas.

De forma discreta, porém perceptível, esta cena providencia a experiência com a pesquisa, pessoalmente, é como se estivéssemos aprendendo a andar de bicicleta, alguns momentos, há algo ou alguém que nos impulsiona a pedalar, que nos segura, e há outros, que nos permite seguir sozinhos, a caminhar com nossas próprias pernas, ainda que cambaleando, mas firmes e confiantes. Experimentamos o prazer desafiador das observações acerca dos estudos de campo. O que afeta nesta observação, é a visibilidade do que necessariamente, não está dito, a determinação e a confiança que este pai ensina a teu filho. Há uma coragem plausível em soltar a bicicleta quando uma criança diz o contrário, de algum modo, e como se estivesse proferindo: você é forte e capaz, siga.

O que me afeta é essa imprevisibilidade que acontece e surpreende, e nos possibilita interpretar de outra forma. Um adulto, uma criança e uma bicicleta na praça, não se reduzem somente à cena de ensinar e aprender a andar de bicicleta, mas convidam a pensar na relação que os moradores criam com este *espaçotempo* – a praça, a relação com a bicicleta, a saída da escola, o momento de lazer, de aprendizagem, de troca, de cumplicidade entre pai e filho. O habitar, o laço tecido nesse *espaçotempo* – praça, que fará parte de suas memórias de infância, da vida no interior, da relação familiar que ali ocorre. Momentos como esses, diferenciam o sentimento entre aqueles que nascem e

crecem aqui, de outras pessoas que não fazem parte diretamente da história construída na cidade.

Diante de minhas memórias, há muitas fotografias registradas na praça. A praça sempre foi cenário de grandes eventos e momentos. Recordo-me das fotografias dos desfiles cívicos, das crianças uniformizadas e das gravatas. Uma minoria, que até tão pouco, eram muitos para mim. Eu não posso negar a grande armadilha em que eu mesma armei para mim, por acreditar que todas as pessoas pudessem usufruir de momentos como esses. Ora, a praça não é pública? E todas aquelas fotos? E todas aquelas lembranças o que eu faço? Eu reflito. Reflito e percebo que esta foi uma realidade que tive a oportunidade de registrar diante a tantas fotografias que meu avô talentosamente registrava. Sua profissão era sua paixão e seu sustento. Agora eu percebo que, nas fotografias, só se vestiam terno e gravata. O povo, eu nunca vi. Nunca vi como os vejo agora. Eu não pude ver essas pessoas nas fotografias antigas e velhas, mas eu as vejo da melhor maneira que eu poderia ver, em suas existências. Essa é a imagem em que, a partir de agora, com este estudo, eu quero ver.

No decorrer de nossas vidas, é preciso compreender que nem todos são públicos das praças públicas. O espaço social da praça não é democrático, não é para todos. Pois as relações sociais não são as mesmas para todos. Não há uma relação única, assim como não há uma relação que seja circular. Existem diversas contradições, pois há um entrecruzamento nas relações sociais, de classe, de raça e de gênero. Dessa forma, é preciso compreender que um lugar público, é diferente de um espaço acessível e aberto ao público. O lugar é público, mas suas restrições não. Os conflitos estão presentes nas relações das pessoas e nos grupos sociais. Se o lugar é público, por que não é para todos? Por que ferem o direito de ir e vir?

De repente, todo o movimento de aprender a andar de bicicleta me paralisa e me leva a refletir sobre a relação ensino-aprendizagem. Andar de bicicleta é tão diferente do que vivenciamos na educação, que embora reformulada, mantém seu modelo tecnicista. Esta proposta de educação surgiu no regime militar, onde sua intenção era formar mão-de-obra para o mercado de trabalho, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem e da abordagem sistêmica do ensino. O tecnicismo educacional definiu uma prática pedagógica altamente controlada e dirigida com atividades mecânicas inseridas em uma definição rígida e passível de ser. O tecnicismo não tem o corpo no andar de bicicleta, esse soltar, pelo contrário. Distante disso, os percursos pelos quais iremos transitar durante toda a nossa vida não são determinados, programados e detalhados como no

tecnicismo. Os caminhos que iremos transitar são possibilidades, assemelham-se ao pedalar, a essa eterna busca pelo equilíbrio e à luta pela liberdade que inserimos em nossas relações.

Os caminhos não são determinados, estamos à deriva, acerca do desenvolvimento da incerteza, da dúvida e do acaso. Assim, como andar de bicicleta. Temos uma intenção, um desejo, uma subjetivação. A escola planeja e executa. Na vida, a cada nova experiência se criam outras formas de percepção e de conhecimento sobre o mundo, que se constituem nessa deriva. Somos seres em movimento, com desejos constantes que sobrepõem a nossa congruência com o meio.

As vozes vindas do parque, silenciam aos poucos. Está anoitecendo. Os pássaros assumem as árvores, procuram abrigo em seus ninhos. Neste momento, o som que prevalece, são seus cantos e seu chichiar.
(Caderno da Praça, julho/2017).

No vento, os aromas. O perfume das pessoas, das flores e do orvalho, o cheiro da grama, da terra molhada, e dos cigarros. Durante o dia é diferente, mas neste instante, é noite. Gosto de fotografar à noite, gosto das luzes e de todas as cores que a praça confia nas noites. Depois de algumas horas fotografando, resolvi sentar para verificar na câmera como as fotografias estavam ficando, percebi que pela terceira vez um senhor moreno e com dificuldades para caminhar passava por mim, pensei que ele estivesse curioso em saber porque eu fotografava, geralmente as pessoas estranham minha presença na praça com a câmera nas mãos, passei até a fotografar em momentos que a praça se encontrava mais vazia, para não incomodar e não despertar tanta atenção. Mais uma vez, percebo o senhor passando, mas dessa vez, tirei os olhos do monitor e olhei para ele, troca de olhares suficiente para ele se aproximar e perguntar:

“Você é filha do Gemino?”

Sorri e apenas respondi: “Sim, sou!”

Então ele continuou dizendo que sabia, ainda mais que havia reparado que eu estava com uma câmera, além de ter os traços familiares, eu também tinha o “dom” da família, a fotografia. Enquanto ele falava, eu pensava: dom, eu não sei, mas sem dúvidas o amor por essa arte foi herdado. Entre suas falas e meus pensamentos, com a câmera nas mãos, ele sussurrou: “Eu gostava tanto de seu avô, o Seu Gemino”. Por mais que ele tenha sussurrado, a frase chegou até mim, na velocidade do piscar de um *flash*, tão forte que fez um tremendo barulho. Antes mesmo que eu dissesse algo, ele se desculpou por ter interrompido e por estar falando tantas coisas, mas era porque ele gostava muito de minha

família. Ele foi se afastando e só tive tempo de agradecer e dizer que não me importava pelo fato dele ter se aproximado. Então, ele sorriu e foi. Ficando cada vez mais distante e acenando. Eu? Eu fiquei ali por alguns minutos tentando assimilar o momento, e sem pensar, registrei em meu caderno da praça, sem saber se compartilharia ou não. Aquele homem foi embora assim como um lambari que escapole por entre os dedos, enquanto brincamos no ribeirão. Eu o perdi porque estava olhando para a praça por onde ele passava, sem notar que a praça habitava aquele homem.

Neste dia, fui para casa feliz com os registros realizados, empolgada resolvi compartilhar com meu pai algumas fotografias daquela noite. Ele olhou, olhou, colocou os óculos, e novamente, olhou, olhou e disse: “Nem parece a praça, na fotografia, ela está bem mais bonita”. Fiquei extremamente assustada, pois para mim, ela estava exatamente como ela era. Como assim não parecia a praça? Fiquei confusa, e depois de um tempo, fui ler algumas anotações que havia feito, e uma delas dizia:

Eu desejo ver a praça pelo olhar do outro.
Será que é possível?
(Caderno da Praça, julho/2017).

Neste instante, percebi que talvez teria sido isso que havia acontecido. Porém, ao invés de ver a praça pelo olhar do outro, ela foi vista pelo meu. Pois, a fotografia revela a forma que enxergamos o mundo, o modo de ver e de pensar não só a si mesmo, bem como o outro, uma vez que ao fotografar, nós escolhemos o ângulo, o foco e o enquadramento, profissionalmente (que não é o meu caso), decide-se a velocidade, a abertura, a iluminação e outros parâmetros que abrangem mais que um simples *click*.

Compartilho o mesmo sentimento expressado por Barthes (1984, p.147) que, “se gosto de uma foto, se ela me perturba, demoro-me com ela. Que estou fazendo durante todo o tempo que permaneço diante dela? Olho-a, escuto-a, como se quisesse saber mais sobre [...] que ela representa”. Logo, o que mais nos encanta na fotografia, essencialmente, não se encontra apenas nela, mas em nós, naquilo que inserimos a ela. E onde estão as imagens produzidas durante este estudo? Por que não foram inseridas aqui? – O leitor há de perguntar. E eu lhe respondo: elas estão em mim.

Acredito que a experiência seja isso, imprevisto e deslumbramento. O imprevisto tem a ver com o senhor que chegou sem eu esperar, escorregou em minhas mãos e foi embora, o senhor levou com ele a praça. Suas palavras e suas atitudes mexeram tanto comigo que fui embora sem entender o que eu sentia, e o que esta pesquisa estava me causando durante seu percurso. Mais uma vez, percebi que não se tratava da praça, mas

do sentimento que ela me causava. O deslumbramento tem a ver com a fala do meu pai sobre minhas fotografias. Foi neste momento, que conscientemente, percebi como eu própria entreolhava a praça. Esta era a minha praça. A praça em que eu me via.

6 “O QUE NÃO TEM FIM SEMPRE ACABA ASSIM”

Vamos dar um tempo
Não sei quem deu a sugestão
Aquele sentimento que era passageiro
Não acaba mais⁵⁶

Este capítulo é dedicado às minhas considerações acerca do caminho e das reflexões tecidas neste trabalho.

Início retomando que o presente estudo teve como objetivo investigar a educação não-escolar. Este objetivo relacionou-se ao interesse por compreender como se constroem alguns sentidos sociais em um espaço público, cuja ocorrência pôde ser observada na praça de uma cidade pequena. Foram descritas algumas destas observações, tais como os modos de relação que estas pessoas reproduzem ali. Os encontros, a bola, o parque, a bicicleta, relataram o processo inacabado que se realiza nas relações, na troca e no cotidiano deste espaçotempo.

Dentre os tantos espaços possíveis, meu interesse repousou na praça. Antes de iniciar esta pesquisa eu pensava que a praça era um local de grande valor, principalmente, para as cidades do interior, cidades que foram construídas em torno da praça e da Igreja. Compreender essas vinculações foram tarefas lentas, que não foram fáceis de assimilar. A praça como espaço social é, permanentemente, afetada por redes e tessituras em movimentos complexos cujos traços são a contradição e a complementaridade. Estas lógicas estavam enraizadas profundamente em mim, desconstruções de pensamentos que fizeram parte, essencialmente, da construção desta pesquisa.

Introduzida nesta pesquisa, sofri uma cegueira parcial em relação à realidade. As linhas se desenrolavam, e eu não percebia suas tessituras, seus laços e nós. Precisei de tempo para entender que a escrita e a pesquisa também se realizam assim, nas relações casuais, variáveis e abrangentes. Que as verdades depois de descobertas, são fáceis. Difícil foi compreender que existem outras possibilidades, outras verdades e não verdades. Demorei a absorver o que estava ali o tempo todo. Eu me sentia delirante,

⁵⁶ O título deste capítulo é um trecho desta canção. GESSINGER, Humberto. *Novos Horizontes*. In: Engenheiros do Hawaii. Gravadora: Universal *International*. 2007.

indiferente e insegura. Por que fazemos isso conosco? Por que fazemos isso uns com os outros?

Encontrei uma liberdade vigiada, imaginada e esboçada. Mas a nossa existência, desenrola-se, dialeticamente, em processos de transformação. Assim, pude olhar o mundo sem fronteiras, e simultaneamente, estimar sua complexidade. O olhar dualista percebe que por um lado, existem as normas, as regras, a burocracia, o oficial, e o legitimado. Por outro, existe o instituinte, o uso, as práticas, a recusa e as criações. O desafio foi mergulhar criticamente nesta dicotomia e aprender que um lado não exclui o outro, pelo contrário, necessitam dessa relação para existirem.

Comprometida neste trabalho de pensar o espaço, compreendi que o lugar não determina as relações e as relações não determinam o lugar: deve-se provar, explorar, e não supor. Embora as leis sejam vigorosas, elas não determinam sempre as nossas escolhas. Compreendi que o fenômeno da globalização influencia no contexto local, e que o local também o influencia, é um fluxo que movimenta as relações que produzem o espaço praticado. A esse respeito, torna-se necessário relacionar o espaço, o tempo e a sociedade, de nos posicionarmos criticamente frente às relações, apreender que o romantismo, ao qual estamos propensos, ao menos particularmente, precisa ser dosado para que nossos pensamentos possam fluir rizomaticamente, a fim de perceber os aspectos econômicos, culturais e políticos, em meio a um cenário de crises e lutas em que se encontra o nosso país.

Sabidamente, compreendi que a pesquisa em cotidianos, distancia-se dos modelos rígidos, cartesianos e lineares. Há outros saberes e outras formas de enxergar o mundo, é um processo, uma descoberta que nos surpreende e que de alguma forma nos liberta. É um engano reduzir o conhecimento, a sabedoria e as ideias.

Neste sentido, a educação atravessou-me testemunhando que se encontra cada vez com maior intensidade e ininterruptamente nos espaços não oficiais, na vida, nas pessoas e nas histórias. A educação não está somente dentro das escolas, das instituições e universidades. A educação está na prática, no fazer, no dia a dia, no cotidiano, na correria, na rotina e no trânsito. Está aqui neste momento, nesta escrita, nesta leitura. Está nos detalhes, nas minorias, nas migalhas, no pobre, no negro, nos índios e menos favorecidos. A educação está em nós, dentro de nós.

Convém ressaltar, que há uma distinção entre educação e escolarização. Brevemente, a educação é a formação de uma pessoa, são os valores éticos, morais, e sociais que a compõem. A educação é toda incursão de aprendizagem e conhecimento

que se inscreve no decorrer de nossas vidas. Escolarização é uma parte da educação, um processo que atende aos padrões de nossas formações, é a construção de saberes e ensino, a escolarização, refere-se aos conhecimentos escolares. A educação abrange a escolarização e outras áreas; vários aspectos da vida em sociedade são aprendidos na escola, e auxilia na formação do cidadão.

É importante ressaltar, a grande importância e responsabilidade intrasferível que a escola possui na formação de um cidadão; o cidadão começa a entender como a vida funciona, o dever e a necessidade de compreender as funções e as regras que nos cercam, como ter uma rotina, compreender os conteúdos, adquirir conhecimento sobre as coisas que regem o mundo e também a ser mais sociável. De fato, depositamos na escola esperanças sociais que concerne o nosso desenvolvimento.

Nesta trajetória, percebi que para pesquisar sobre a praça, não precisava estar na praça, e que meu campo não se restringia em estar apenas sentada em seu banco, mas em viver a praça em todos os seus sentidos. Compreendi que a pesquisa de campo se inicia quando conseguimos atribuir sentidos ao que já nos habitava de forma difusa. A praça precisava existir em mim, estar em mim. Assim, percebi que não se tratava da praça em si, mas do sentimento que ela me causava e me fazia sentir. Estar ali, levou-me a perceber que as pessoas tecem significados e escrevem suas histórias nos lugares que elas habitam. Que o ser humano tem uma capacidade magnífica de inscrever ensinamentos com o meio social que vivencia, e ressignifica este quantas vezes preciso for.

A realização desta pesquisa revelou-me que é preciso estar disposta a esperar, a manter-me interessada aos acontecimentos cotidianos, sem hora e sem data para acontecer. Que a vida é feita de imprevistos, surpresas, e para isso é preciso estar atenta, valorizar os pequenos detalhes, prestar a atenção naquilo que consideramos óbvio e claro, porque nem tudo é o que parece ser, e nem tudo é o que tem que ser ou deveria ser.

Compreendi que há uma história não documentada, escrita pelos praticantes que reconstroem os sentidos e a memória, que a história oral é preciosa e necessária, que é preciso parar para ouvir, parar para pensar, parar para sentir. Compreendi que ao trabalhar com imagens, não significa expô-las visualmente quando você entende a fotografia como linguagem. Que o que encanta, não se encontra apenas nela, mas em nós, naquilo que inserimos nela.

Iniciei esta pesquisa com memórias, verdades e medos. Terminei sem saber o que fazer comigo e com tanto sentimento. O caminho foi longo e lento, e a todo o momento a maior dificuldade talvez tenha sido lidar com tantas possibilidades. Descobri que um

caminho pode levar a vários, e que algumas mudanças precisam acontecer em nós, e não apenas nos lugares, nas pessoas e nas coisas. As leituras possibilitaram-me imensidões: éticas, caóticas e poéticas. Obtive respostas, e ainda mais perguntas. Há um silêncio ensurdecedor em mim, a sensação de um fim que não termina, mas que se inicia. Meu rumo, é o inverso.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Ricarda Maria Leal. **Logradouros de Miracema**. Ed.2006. vol. I. Miracema, RJ: MPmemória. 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond. **O Tempo**. Disponível em : <http://www.sbu.unicamp.br/lendolettras/index.php/textos/22-quando-drummond-fala>. Acesso em: 23/07/2016.

ANTUNES, Arnaldo; RUIZ, Alice. Um Som. In: Antunes, Arnaldo. **Socorro**. São Paulo: BMG Brasil, 4 CD. Faixa 6. 1998.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARRETO, Eduardo; MESQUITA, Evandro. Rádio atividade. In: _____. Blitz. **Estou a Dois Passos do Paraíso**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, CD – LP. Faixa 1. 1983.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. 7º Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.91-107.

BONDIA, Jorge Larrosa. Tremores: Escritos sobre a experiência. Formatado: Português (Brasil). **Rev. Bras. Educ.** [online]. n.19. 2002.

BOURDIEU, Pierre; BOURDIEU, Marie-Clarie. O camponês e a fotografia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, jun. 2006.

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes urbanas, Imagem e Uso**: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

CALLAI, Cristiana; A relação da pesquisa com a escrita e com as possibilidades de dizer de si. In: _____. **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências e invenções. 1 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p.103-110.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. (Tradução: Diogo Mainardi). São Paulo: Biblioteca Folha, 1972.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

EZPELETA, Justa; ROCKWELL. Elsie. **A Escola**: relato de um processo inacabado de construção. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **A escola na cidade que educa**. Cadernos Cenpec: Pesquisa e Ação Educacional, São Paulo, v. 1, n. 1, p.133-139. 2006.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1ª.ed., IS. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 323p. 2008.

GESSINGER, Humberto. ;Tchau Radar! In: Engenheiros do Hawaii. **Melhor Assim**. Gravadora: Universal *Music Group*. Faixa 11. 1999.

_____. **Novos Horizontes**. In: Engenheiros do Hawaii. Gravadora: Universal *International*. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades pequenas, grandes problemas**: perfil urbano do agreste Potiguar. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2005.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. **A privacidade da miniatura**: uma pesquisa em cotidiano escolar. Curitiba: Educar, n. 36, p. 233-244, 2010.

_____. **A professora e o cotidiano da cidade pequena**. Niterói: Editora da UFF, 199p., 2014.

_____. **Em práticas pedagógicas e investigativas... a surpresa**. Salvador: Entreideias, v. 4, n. 2, p.15-22, 2015.

LEAL, Bernardina. A quem compete filosofar? **Cadernos Linhas Críticas**, Brasília, v. 5-6, p. 113-114, 1998.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. In: _____. **Documento/monumento**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 462-476.

MARTINO, Marcelo Salim de. **Informativo CCMC**. Publicação Trimestral do Centro Cultural “Melchíades Cardoso”. Fev. / mar. / abr. de 2008.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo: v. 15, 1997.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.

ROCHA; Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. ETNOGRAFIA: SABERES E PRÁTICAS. In: Pinto, Céli Regina Jardim; Guazzelli, César Augusto Barcellos. (Org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2008.

ROSSI, Darci; Xororó. A Força Jovem da Música Sertaneja – Volume II. In: Chitãozinho & Xororó. **Querida**. Discos Copacabana - 41986. LP. Lado A. Faixa 01. 1977.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. **Os “pequenos” e a cidade**: O papel da escola na construção do direito à cidade. Rio de Janeiro, Ano IV, n.1, p. 01-26, Jan/junho. 2008.

_____. Os “Pequenos”, **A Escola e o Direito à Cidade**. 26ª Reunião Anual da ANPEd Novo Governo. Novas Políticas? Rio de Janeiro: Educação Popular, n.06, p.01-18. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1987. 22 p.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p. 89-109, 2012.

SEVERO, José Leonardo R. de Lima. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. Brasília: Rev. bras. Estud. pedagog. (online), v. 96, n. 244, p. 561-576, set./dez. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Comprovante da Plataforma Brasil

UFF - HOSPITAL
UNIIVERSITÁRIO ANTÔNIO
PEDRO / FACULDADE DE



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Relatos Interiores,Experiências Cotidianas.

Pesquisador: Ludymila Gemino

Versão: 1

CAAE: 64841016.8.0000.5243

Instituição Proponente: Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da UFF

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 011852/2017

Patrocinador Principal: FUN CARLOS CHAGAS F. DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAPERJ

Informamos que o projeto Relatos Interiores,Experiências Cotidianas. que tem como pesquisador responsável Ludymila Gemino, foi recebido para análise ética no CEP UFF - Hospital Uniiversitário Antônio Pedro / Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense - HUFMUFF em 16/02/2017 às 09:43.

Endereço: Rua Marquês de Paraná, 303 4º Andar

Bairro: Centro

CEP: 24.030-210

UF: RJ

Município: NITEROI

Telefone: (21)2629-9189

Fax: (21)2629-9189

E-mail: etica@vm.uff.br

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA – RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Av. Luiz Fernando Linhares, 131 – Centro – Miracema – RJ CEP 28460-000

Telefone: (22) 3852 – 0542

e-mail: pmmiracema@gmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: Relatos Interiores, Experiências Cotidianas: A Educação Não-Escolar em uma Cidade Pequena

Pesquisadora Responsável: Ludymila Aguiar Gemino.

Instituição a que pertence o Pesquisadora Responsável: Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEn, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES, da Universidade Federal Fluminense – UFF.

Telefones para contato da Pesquisadora: (22) 98114-2559 - (21) 96736-2379

Nome do Voluntário: _____.

Idade: _____ anos. **R.G.:** _____.

Responsável legal (quando for o caso): _____.

R.G. Responsável legal: _____.

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa Relatos Interiores, Experiências Cotidianas: A Educação Não-Escolar em uma Cidade Pequena, sob a responsabilidade da pesquisadora Ludymila Aguiar Gemino, a qual pretende investigar a educação não-escolar, a fim de compreender como se constroem os sentidos sociais de um espaço público, cuja ocorrência pode ser observada na praça de uma cidade pequena. Sua participação é voluntária, esclarecemos também que o (a) Sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. A relevância deste trabalho não atua diretamente com sujeitos, por se tratar de uma pesquisa observacional. Porém, pode ocorrer um desconforto para os sujeitos que frequentam e transitam o campo de pesquisa observado: a praça. Esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o direito que temos sobre a cidade, o real sentido de nosso papel em seu desenvolvimento e crescimento, a importância de provocar no outro, essa reflexão. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Serão realizadas observações na praça durante três semanas consecutivas, com duas horas de observação diárias. A pesquisadora poderá se alocar em diferentes pontos da praça, a cada dia. As observações serão registradas em diário de

campo, sem que os nomes dos sujeitos observados constem destes registros. Serão produzidas imagens, sendo que serão suprimidas a identificação dos sujeitos. As anotações e imagens deveram ser orientadas pela busca de práticas educativas não-escolares ocorridas na praça, e deverão ser submetidas a um tratamento pautado pelo rigor científico e pela ética. Neste tratamento oferecido às anotações, elas serão lidas e sobre elas será feito um recorte, buscando destacar as observações consideradas como de maior importância e consistência com a proposta do trabalho, onde através de uma anotação será realizada a análise de uma cena, onde dela haverá a extração de uma informação, seja literal, filosófica ou educacional. Em relação às imagens, elas serão utilizadas como uma ferramenta de visualização e melhor explanação do campo de pesquisa do presente estudo. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Danos e riscos serão evitados, porém, se ainda assim, o (a) Sr (a) se sentir danificado física, moral, psíquica, social, cultural ou espiritualmente, haverá restituição, além da liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a Prefeitura e seus responsáveis legais, ou qualquer outra penalização. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto (22) 98114-2559 ou do endereço: Rua Santa Luzia, 18, Miracema – RJ, e, se necessário através do contato do Comitê de Ética em Pesquisa: E-mail: etica@vm.uff.br e Tel./fax: (21) 26299189.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo. Portanto:

Eu, _____, RG n° _____
 _____ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Miracema - RJ, ____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do participante

Nome e Assinatura do responsável legal (quando for o caso).

Ludymila Aguiar Gemino
 Pesquisadora Responsável

ANEXO C – Declaração de Anuência**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA**

Declaramos que esta instituição tem interesse em participar do projeto Relatos Interiores, Experiências Cotidianas, proposto pela pesquisadora Ludymila Aguiar Gemino, autorizando sua execução.

Declaramos ainda, conhecer e cumprir as Resoluções éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação.

Miracema - RJ, ____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

ANEXO D - Termo de Autorização de Uso de Imagem

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
 INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO EM ENSINO
 EPISTEMOLOGIAS DO COTIDIANO E PRÁTICAS INSTITUINTES

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente na cidade de Miracema/RJ, autorizo, através do presente termo, a Discente, Ludymila Aguiar Gemino, do Programa de Pós-Graduação em Ensino sob a orientação da Profa. Dra. Mitsi Pinheiro de Lacerda, da Universidade Federal Fluminense – UFF, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – INFES, a utilização da imagem (Praça “Dona Ermelinda”) para fins científicos e de estudos, para ser utilizada no projeto de Dissertação de Mestrado intitulado, “Relatos Interiores, Experiências Cotidianas: A Educação Não-Escolar em uma Cidade Pequena”. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Miracema, XX de XXXX de 2017.

Assinatura



CONTATO:

E-mail: ludymilagemino@hotmail.com

Cel.: (22) 98114-2559

